

QUARTEIRÕES ABERTOS

Inês Maria Ferreira Fernandes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Juri:

Presidente: Prof. Doutor António Manuel Barreiros Ferreira
Orientador: Prof. Doutor Vítor Manuel de Matos Carvalho Araújo
Vogal: Prof. Doutora Helena Silva Barranha Gomes

Novembro 2012

ao meu pai

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas incríveis que conheci este ano, que me fizeram sentir sempre em casa e me ajudaram a conhecer um novo país por dentro.

Em especial àqueles que sempre me ofereceram boas conversas, filmes, música, café e sorrisos. E me ouviram refilar. Tanto.

Aos que passaram inúmeras vezes por mim na FAU, sem saber que este trabalho contém a palavra abacate.

Aos que estão longe, pelas saudades.

À professora Catharina, pelas reflexões iniciais.

Ao VCA por me permitir desenvolver este trabalho com total liberdade e por sempre me responder perguntando.

Ao André, pelas viagens.

À minha mãe, pelo amor.

Ao meu pai, pela cumplicidade.

E a ambos, pelo exemplo, o brilho nos olhos, as bases para ser quem sou e pela oportunidade de voar.

Valeu!

RESUMO

As cidades são o reflexo mais directo e duradouro das relações humanas e da organização em sociedade. Estas são formadas por elementos e por categorias de espaços que podem ir desde espaços públicos como a rua e a praça, a espaços privados como edifícios construídos e terrenos privatizados. Morfológicamente, o quarteirão é um elemento urbano que mistura, agrupa e, ao mesmo tempo, divide os espaços públicos dos privados. Muitas vezes detentor de ambiguidades na separação destas duas atmosferas, é um elemento pouco valorizado e por vezes deixado de lado no planeamento da cidade. Tipologicamente, e ao longo da história, existem várias maneiras de organizar e construir um quarteirão interna e externamente, mas o mais interessante deste elemento é a possibilidade de articular espaços cheios e vazios, mediando a transição entre domínios abertos e fechados, públicos e privados.

O objectivo desta dissertação é analisar e compreender a possibilidade do quarteirão urbano se abrir para a cidade, criando espaços semi-públicos de transição que podem ser integrados numa rede de mobilidade pedonal complementar, de proximidade e vizinhança, e paralela aos espaços públicos “tradicionais”.

O pátio aparece como elemento de características flexíveis e potenciais de transformação e articulação entre os espaços construídos e vazios, detentor de uma escala mais aproximada das necessidades humanas e de relacionamentos sociais.

Em complemento da revisão bibliográfica, são estudadas as visões de vários autores sobre as características que tornam os espaços públicos lugares vivos, seguros, funcionais e atraentes para a utilização diária urbana.

À luz de um contexto histórico e da compreensão das características e potencialidades do pátio, do quarteirão e das características físicas que contribuem para a vivência e utilização de um espaço colectivo, são analisados exemplos existentes de espaços públicos e intervenções dentro de quarteirões em duas cidades opostas a nível geográfico, social e histórico: Lisboa e São Paulo. O estudo assenta na análise por observação apoiada nas dimensões histórica, legal, morfológica, funcional e sensorial dos espaços em estudo, e na comparação das suas diferenças e semelhanças que permitem verificar a veracidade e coerência dos pressupostos dos capítulos anteriores e a possibilidade de adequação destas características a novos espaços projectados.

Palavras-chave:

Espaço Público

Quarteirões

Pátios

ABSTRACT

The cities are the most direct and lasting consequence of the relationships between human beings and of the organization of society. These are formed by elements and categories of spaces that involve public spaces e.g. the street and the square, and private ones like the built environments, and privatized lands.

Morphologically, the block is an urban element that mixes, groups, and, at the same time, divides the public spaces from the private ones. Many times, it contains ambiguities dividing these two atmospheres. It is an underestimated element, sometimes cast aside in urban planning. Typologically, and throughout history, there are various ways to organize and build a block internally and externally, but the most interesting thing about this element is its possibility to articulate full and empty spaces, mediating the transition between open and closed, public and private domains.

The objective of this dissertation is to analyze and understand the possibility of opening the urban block to the city, creating transitional semi-public spaces that can be integrated in a complementary pedestrian mobility net, of proximity and neighborhood, parallel to “traditional” public spaces.

The courtyard appears as a flexible element with potential transformation characteristics that can articulate the constructed and empty spaces, detain a smaller scale, closer to the human necessities and to social relationships. Complementing the bibliographical revision, the point of view of some authors about the characteristics that make the public spaces live, safe, functional and attractive spaces for the urban daily use are studied.

Based on a historical context and the understanding of the characteristics and potentialities of the courtyard, the block and the physical characteristics that contribute for the experience and use of a collective space, existing examples of public spaces and interventions inside urban blocks are analyzed in two opposite cities (geographically, socially and historically): Lisbon and São Paulo. The study is set in the analysis by observation supported in historical, legal, morphological, functional and sensorial dimensions of the spaces in study, and the comparison of its differences and similarities, allowing to verify the veracity and coherence of the estimated items of the previous chapters and the possibility of adequacy of these characteristics to new planned spaces.

Key-words:

Public Space
Urban Blocks
Courtyards

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
0.1.	OBJECTO DE ESTUDO	2
0.2.	OBJECTIVOS	2
0.3.	JUSTIFICAÇÃO	3
0.4.	METODOLOGIA	3
0.5.	ESTRUTURA E CONTEÚDOS	4
0.6.	ESTADO DA ARTE	5
1.	PÁTIO	9
1.1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	10
1.2.	O PÁTIO COMO ELEMENTO	19
2.	QUARTEIRÃO E ESPAÇO PÚBLICO	23
2.1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	24
2.2.	QUARTEIRÕES ABERTOS	34
3.	VITALIDADE DOS ESPAÇOS URBANOS	39
4.	CASOS DE ESTUDO	55
4.1.	DIMENSÕES	57
	VILA SOUSA	61
	VILA EM PINHEIROS	66
	RECONVERSÃO DO CHIADO	72
	ALVALADE	83
	PARQUE DAS NAÇÕES	91
	CENTRO COMERCIAL BOM RETIRO	101
	CETENCO PLAZA	107
4.2.	CONCLUSÕES POR DIMENSÃO	114
4.3.	CONCLUSÕES DUPLAS	119
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
6.	BIBLIOGRAFIA	125

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 1. PÁTIO

Figura 1.1: Habitação semi-permanente em comunidades antigas no Sudão.	11
Fonte Schoenauer, 2000	
Figura 1.2 e 1.3: Casa-pátio chinesa. Fonte Schoenauer, 2000	12
Figura 1.4: Reconstrução do interior de uma Casa-pátio em Ur. Fonte Schoenauer, 2000	12
Figura 1.5: Casas gregas com peristilo. Fonte Schoenauer, 2000	13
Figura 1.6: Domus romana. Fonte Blaser, 1997	13
Figura 1.7: Padrão de uso do solo numa área residencial típica em Pompeia.	13
Fonte Schoenauer, 2000	
Figura 1.8: Cidade Islâmica - Ruas e Pátios. Fonte Le Corbusier, 2004	14
Figura 1.9: Padrão de uso do solo numa área residencial típica em Medina na Tunísia.	14
Fonte Schoenauer, 2000	
Figura 1.10: Claustro da catedral românica de Coimbra. Fonte www.flirck.com	14
Figura 1.11: Casa típica medieval com o pátio de serviço ao fundo. Fonte Schoenauer, 2000	15
Figura 1.12: Back-to-back houses: Birmingham. Fonte Schoenauer, 2000	15
Figura 1.13: Três casas com pátios: Mies Van der Rohe. Fonte Blaser, 1997	16
Figura 1.14: Kingo Houses: Jorn Utzon. Fonte Schoenauer, 2000	16
Figura 1.15: Pátio de los Arrayanes: Palácio de Allambra. Fonte Blaser, 1997	17
Figura 1.16: Vila Mendonça, Espaço interno. Fonte Pinto, 2008	18
Figura 1.17: Ilhas do Porto - Plantas esquemáticas ocupando de um a vários lotes.	18
Fonte Matos, 2009	
Figura 1.18: Sentido centralizado e encerramento do pátio. Fonte Reis-Alves, 2005	20

CAPÍTULO 2. QUARTEIRÃO E ESPAÇO PÚBLICO

Figura 2.1: Ágora helenística de Assos. Fonte Benevolo, 1993	25
Figura 2.2: Forum de Pompeia. Fonte Sitte, 1993	26
Figura 2.3: Mesquita em Fez, Marrocos. Fonte Michell, 1985	26
Figura 2.4: Quarteirão medieval. Fonte Benevolo, 1993	27
Figura 2.5: Praça do Campo em Siena. Fonte Benevolo, 1993	28
Figura 2.6: Place des Victoires, Paris. Fonte Benevolo, 1993	28
Figura 2.7: Plaza Mayor, Madrid. Fonte Santos, 2008	29
Figura 2.8: Quarteirões da Baixa Pombalina, módulo compositivo do plano urbano.	29
Fonte Filipe Folque in: http://temp.betatechnologies.info/folque/ff.html	
Figura 2.9: Opções do novo traçado urbano de Paris por Haussman. Fonte Benevolo, 1993	30
Figura 2.10: Quarteirões resultantes dos traçados - Paris de Haussman. Fonte Lamas, 2004	30
Figura 2.11: Plano de expansão de Barcelona. Fonte www.wikipedia.org	31
Figura 2.12: Evolução dos quarteirões de Barcelona por densificação. Fonte Lamas, 2004	31
Figura 2.13: Interior de quarteirão revitalizado pelo plano Pró-Eixample.	31
Fonte www.proeixample.cat	

Figura 2.14: Plano Zuid de Amsterdão. Fonte www.wikipedia.org	32
Figura 2.15: Karl-Marx-Hof, Viena. Fonte Lamas, 2004	32
Figura 2.16: Karl-Marx-Hof, Viena. Fonte Daniel Rego	32
Figura 2.17: Super-Quadras, Brasília. Fonte Lamas, 2004	33
Figura 2.18: Super-Quadras, Brasília. Fonte Autora	33
Figura 2.19: Quarteirão Tradicional. Fonte Figueroa, 2006	35
Figura 2.20: Quarteirão Moderno. Fonte Le Corbusier, 2004	35
Figura 2.21: Quarteirões da primeira e segunda “Eras” segundo Portzamparc. Fonte Guerra, 2011	36
Figura 2.22: Quarteirão aberto. Fonte Figueroa, 2006	36

CAPÍTULO 3. VITALIDADE DOS ESPAÇOS URBANOS

Figura 3.1: Diagrama de hierarquia de uma zona residencial. Espaços públicos, semi-públicos e privados. Fonte Gehl, 2006	40
Figura 3.2: Passage des Panoramas em Paris. Fonte Rasteiro, 2008	41
Figura 3.3: Espaços residenciais semi-públicos. Fonte Gehl, 2006	42
Figura 3.4: Centro Pompidou - Espaço público de transição. Fonte Autora	42
Figura 3.5: Tráfego lento é uma característica das cidades animadas. Fonte Gehl, 2006	43
Figura 3.6: Relação entre qualidade do espaço exterior e actividades exteriores. Fonte Gehl, 2006	44
Figura 3.7: Actividade humana como atractivo. Fonte Gehl, 2006	44
Figura 3.8: Permeabilidade da malha urbana. Fonte Carmona et al, 2010	46
Figura 3.9: Efeito de borda. Fonte Gehl, 2006	47
Figura 3.10: Pontos de apoio. Fonte Gehl, 2006	48
Figura 3.11: Recortes das fachadas. Fonte Gehl, 2006	48
Figura 3.12: Pontos de acesso aos edifícios como lugares de encontro e transição. Fonte Echavarri et al, 2009	48
Figura 3.13: Espaços semi-públicos na entrada de residências em Melbourne. Fonte Gehl, 2006	49
Figuras 3.14 e 3.15: Dimensões do espaço público. Fonte Gehl, 2006	53

CAPÍTULO 4. CASOS DE ESTUDO

VILA SOUSA Fonte Autora	61
Figura 4.1: Vista aérea. Fonte adaptado de Google Maps	62
Figura 4.2: Cheios e Vazios. Fonte Autora	63
Figura 4.3: Corte transversal esquemático. Fonte Autora	63
Figura 4.4: Acesso ao pátio interno. Fonte Autora	63
Figura 4.5: Portão de entrada na vila. Fonte Autora	64
Figura 4.6: Túnel de acesso. Fonte Autora	64
Figura 4.7: Pátio Interno. Fonte Autora	64
Figura 4.8: Vizinhos. Fonte Autora	65
Figura 4.9: Moradora observando o espaço pela janela. Fonte Autora	65

VILA EM PINHEIROS Fonte Autora	68
Figura 4.10: Vista aérea. Fonte adaptado de Google Maps	67
Figura 4.11: Vila privatizada na vizinhança. Fonte Autora	68
Figura 4.12: Cheios e Vazios. Fonte Autora	69
Figura 4.13: Corte esquemático. Fonte Autora	69
Figura 4.14: Acessos. Fonte adaptado de Google Maps	69
Figura 4.15: Entrada da vila. Fonte Autor	70
Figura 4.16: Espaço interno. Fonte Autora	70
Figura 4.17: Vegetação no interior. Fonte Autora	70
Figura 4.18: Limite do espaço com objectos decorativos. Fonte Autora	71
RECONVERSÃO DO CHIADO Fonte Autora	77
Figura 4.19: Vista Aérea. Fonte adaptado de Google Maps	78
Figura 4.20: Plano de reconstrução da Baixa. Fonte www.ordemengenhadores.pt	78
Figura 4.21: Incêndio do Chiado. Fonte www.skyscrapercity.com	74
Figura 4.22: Planta geral do projecto: Blocos A e B. Fonte Siza, 2000	75
Figura 4.23: Plano: Axonometria Bloco B. Fonte Siza, 2000	75
Figura 4.24: Dois patamares, Bloco A. Fonte Autora	76
Figura 4.25: Cheios e Vazios, Bloco A. Fonte Autora	76
Figura 4.26: Corte esquemático, Bloco A. Fonte Autora	77
Figura 4.27: Cheios e Vazios, Bloco B. Fonte Autora	77
Figura 4.28: Corte esquemático, Bloco B. Fonte Autora	77
Figura 4.29: Acessos. Fonte adaptado de Siza, 2000	77
Figura 4.30: Muro no final do percurso do Bloco B. Fonte Autora	78
Figura 4.31: Entrada da rua Garrett, Bloco A. Fonte Autora	78
Figura 4.32: Entrada da rua Garrett, Bloco B. Fonte Autora	78
Figura 4.33: Entrada da rua do Carmo, Bloco B. Fonte Autora	79
Figura 4.34: Pátio interno, Bloco A. Fonte Autora	79
Figura 4.35: Pátio interno, Bloco B. Fonte Autora	80
Figura 4.36: Esplanadas, Bloco A. Fonte Autora	80
Figura 4.37: Túnel de acesso, Bloco A. Fonte Autora	80
Figura 4.38: Ocupação das escadas do túnel de acesso da rua do Carmo, Bloco B. Fonte Autora	81
Figura 4.39: Banco corrido fixo, Bloco B. Fonte Autora	81
Figura 4.40: Bloco B. Fonte Autora	82
ALVALADE Fonte Autora	83
Figura 4.41: Vista Aérea. Fonte adaptado de Google Maps	84
Figura 4.42: Quarteirões do plano de Alvalade. Fonte Costa, 2002	85
Figura 4.43: Cheios e Vazios. Fonte Autora	86
Figura 4.44: Corte transversal esquemático. Fonte Autora	87
Figura 4.45: Acessos. Fonte Autora	87

Figura 4.46: Alinhamento dos acessos. Fonte Autora	87
Figura 4.47: Entrada principal do jardim. Fonte Autora	87
Figura 4.48: Interligação dos acessos. Fonte Autora	87
Figura 4.49: Fachadas internas dos edifícios. Fonte Autora	88
Figura 4.50: Equipamentos - Parque Infantil. Fonte Autora	88
Figuras 4.51 e 4.52: Usos espontâneos. Fonte Autora	88
Figura 4.53: Rua sem saída - Quarteirão 2. Fonte Autora	88
Figura 4.54: Percurso central do jardim. Fonte Autora	89
Figura 4.55: Separação da circulação automóvel e pedestre. Fonte Autora	89
Figura 4.56: Quiosque do jardim. Fonte Autora	89
Figura 4.57: Estatuas do jardim. Fonte Autora	90
Figura 4.58: Interior do quarteirão de estacionamento. Fonte Autora	90
PARQUE DAS NAÇÕES Fonte Autora	91
Figura 4.59: Vista aérea. Fonte adaptado de Google Maps	92
Figura 4.60: Plano de Pormenor da zona central Fonte Soares, 1998	92
Figura 4.61: Campus da Justiça. Fonte www.archdaily.com	93
Figura 4.62: Mar do oriente. Fonte www.archdaily.com	94
Figura 4.63: Cheios e Vazios - Campus da Justiça. Fonte Autora	95
Figura 4.64: Corte - Campus da Justiça. Fonte www.archdaily.com	95
Figura 4.65: Cheios e Vazios - Mar do Oriente. Fonte Autora	95
Figura 4.66: Corte - Mar do Oriente. Fonte www.archdaily.com	95
Figura 4.67: Acessos Campus da Justiça. Fonte Autora	96
Figura 4.68: Entrada Campus da Justiça. Fonte Autora	96
Figura 4.69: Acessos Mar do Oriente. Fonte adaptado www.archdaily.com	96
Figura 4.70: Túnel entrada Mar do Oriente. Fonte Autora	96
Figura 4.71: Embasamento Campus. Fonte Autora	97
Figura 4.72: Acesso Mar do Oriente. Fonte Autora	97
Figura 4.73: Entrada do edifício L: Abstracção das fachadas. Fonte Autora	97
Figura 4.74: Pátio interno Mar do Oriente. Fonte Autora	97
Figura 4.75: Bancos e pontos de apoio - Campus da Justiça. Fonte Autora	98
Figura 4.76: Usos Espontâneos - Campus da Justiça. Fonte Autora	98
Figura 4.77: Usos Espontâneos - Mar do Oriente. Fonte Autora	99
Figura 4.78: Caracter Institucional - Campus da Justiça. Fonte Autora	99
Figura 4.79: Distância e/ou proximidade- Mar do Oriente. Fonte Autora	100
CENTRO COMERCIAL BOM RETIRO Fonte Autora	101
Figura 4.80: Vista aerea. Fonte adaptado de Google Maps	102
Figura 4.81: Vista axonométrica geral. Fonte Guerra, 2011	102
Figura 4.82: Placa de restrição de horários. Fonte Autora	102
Figura 4.83: Cheios e Vazios. Fonte Autora	103

Figura 4.84: Corte. Fonte Guerra, 2011	103
Figura 4.85: Acessibilidade. Fonte adaptado de Guerra, 2011	103
Figura 4.86: Entrada da Rua José Paulino. Fonte Autora	104
Figura 4.87: Entrada da Rua Ribeiro de Lima. Fonte Autora	104
Figura 4.88: Espaço interno. Fonte Autora	104
Figura 4.89: Esplanada da torre central. Fonte Autora	105
Figura 4.90: Automóveis e espaços de estadia no interior do quarteirão. Fonte Autora	105
Figura 4.91: Segurança observando o espaço interno. Fonte Autora	105
CETENCO PLAZA Fonte Autora	107
Figura 4.92: Vista aérea. Fonte adaptado de Google Maps	108
Figura 4.93: Avenida Paulista. Fonte www.flickrriver.com	108
Figura 4.94: Momentos do espaço interno. Fonte adaptado de Guerra, 2011	109
Figura 4.95: Cheios e Vazios. Fonte Autora	110
Figura 4.96: Corte esquemático. Fonte Autora	110
Figura 4.97: Acessos. Fonte adaptado de Guerra, 2011	110
Figura 4.98: Acesso pela Frei Caneca. Fonte Autora	111
Figura 4.99: Espaço interno (Momento 1). Fonte Autora	111
Figura 4.100: Pórtico de entrada Av. Paulista. Fonte Autora	111
Figura 4.101: Entrada da torre sul. Fonte Autora	112
Figura 4.102 e 4.103 : Espaços para sentar. Fonte Autora	112
Figura 4.104: Praça e Area verde. Fonte Autora	112

CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES

Figura 5.1: Espaços vazios dos quarteirões estudados à mesma escala. De cima para baixo: Reconversão do Chiado; Alvalade; Parque das Nações; Vilas, São Paulo. Fonte Autora	122
---	-----

0. INTRODUÇÃO

0.1. OBJECTO DE ESTUDO

Na presente dissertação pretende-se estudar o quarteirão urbano e a relação entre os seus componentes: edifícios e espaços vazios por eles conformados. Neste âmbito serão analisadas as possibilidades da utilização dos vazios como pertencentes e complementares à rede de espaços públicos tradicionais utilizando a tipologia do pátio como elemento de trabalho adaptado à situação urbana.

Consideram-se todos os espaços vazios do interior dos quarteirões, sejam eles públicos ou privados, de transição entre a cidade e os espaços construídos. Pelas particularidades destes lugares, o pátio aparece como elemento transportador de características próprias e qualidades adaptáveis à utilização pública, oferecendo uma escala mais humana e íntima à vivência diária dos seus utilizadores, como espaço de proximidade.

2

A abertura e possibilidade de utilização dos espaços internos dos quarteirões oferece-se como uma alternativa aos logradouros degradados e mal aproveitados, ou espaços residuais expectantes e sem função, que muitas vezes encontramos no interior dos quarteirões.

0.2. OBJECTIVOS

Quer-se, com esta dissertação, afirmar a potencialidade dos espaços internos dos quarteirões como impulsionadores de revitalização urbana e como espaços e percursos alternativos aos tradicionais, explorando uma dimensão adormecida da cidade.

Pretende-se defender a recuperação de uma escala mais humana e sensível dos espaços públicos, utilizando a evolução histórica como base de compreensão das formas urbanas como reflexo dos pensamentos humanos e sociais, para que se possa compreender a situação da actualidade. O foco desta abordagem defende uma cidade criada por pessoas e para as pessoas, tentando potenciar a interacção entre elas pelo uso dos espaços de vizinhança, muitas vezes reciclando e reaproveitando os espaços já construídos ou ocultos na cidade.

Procura-se identificar as características espaciais do pátio e avaliar a adaptabilidade deste elemento ao espaço público, compreendendo as suas características, enquanto objecto abstracto, que lhe conferem uma atmosfera distinta dos demais espaços, olhando-o sob uma perspectiva de redescoberta da sua identidade. Propõe-se que esta análise seja complementada por uma leitura das especificidades que conferem a um espaço público a probabilidade deste ser utilizado, vivo e desempenhar um papel activo e

intermediário nas relações humanas do quotidiano urbano.

Através da avaliação de situações existentes em dois países diferentes (Portugal e Brasil) com base na observação directa dos lugares em análise, pretende-se criar um método de comparação universal de resultados para verificação dos conhecimentos adquiridos, que poderá ser aplicado na análise de qualquer exemplo e contribuir também na projecção de futuras intervenções na cidade.

0.3. JUSTIFICAÇÃO

A motivação para este estudo parte da constatação da existência de espaços internos desaproveitados dentro dos quarteirões urbanos e do seu potencial de trabalho sob o ponto de vista de uma utilização aberta.

O interior dos quarteirões é um assunto que toca na área do urbanismo, mas também noutras áreas como arquitectura, sociologia e paisagismo, tornando-o complexo e abrangente, justificando um estudo mais aprofundado do papel potencial deste elemento na vida urbana.

O pátio aparece como objecto agregador de características e atmosferas consideradas únicas e fascinantes num espaço exterior, que podem combinar e complementar espaços de proximidade dentro de quarteirões, inicialmente de ocupação periférica.

Por contraste entre a vivência em duas cidades com organizações de quarteirão nitidamente distintas (Lisboa e São Paulo) nasce uma vontade de estudar essas diferenças e compreender de que modo os espaços urbanos intersticiais edifício-espaço encontrados podem ser aproveitados para benefício de todos os utilizadores, independentemente da sua forma aparente.

0.4. METODOLOGIA

A dissertação baseia-se na análise de alguns elementos teóricos que compõem o campo de estudos inseridos em problemáticas urbanas que se aproximam da leitura de espaços públicos considerados de sucesso. Foram escolhidas as bases teóricas que directa ou indirectamente contribuem para a definição das características urbanas que possibilitam a criação de espaços públicos alternativos e o aproveitamento do solo dentro de quarteirões urbanos.

Os temas procurados complementam-se entre si e formam uma sequência de informação, levando a conclusões que, quando cruzadas, permitem a criação de uma proposta de metodologia de análise e estudo que será adap-

tada a exemplos existentes em duas cidades conhecidas pela autora, numa perspectiva que procura aproximar-se da universalidade. Esses temas são apresentados sequencialmente e correspondem à organização dos capítulos deste trabalho.

- O pátio como elemento espacial e arquitectónico central
- A relação entre as esferas pública, semi-pública e privada que compõem as cidades, e o seu reflexo na organização dos quarteirões urbanos
- A vivacidade dos espaços públicos sob uma perspectiva de utilização humana intensa e diversificada.

4 O primeiro capítulo organiza e agrupa as características gerais, universais e mais permanentes dos pátios ao longo do tempo, através de três dimensões (morfológica, funcional, sensorial) que irão servir para orientar a construção da matriz de análise desenvolvida nos capítulos seguintes. Estas dimensões serão aplicadas a casos de estudo de intervenções em quarteirões existentes. A aplicação de conhecimentos será realizada maioritariamente através da observação empírica e directa das características que compõem os espaços em análise e da utilização que lhes é dada. Verificada a pertinência das premissas iniciais, são retiradas conclusões que partem do particular novamente para o geral, podendo ser úteis na orientação de novos projectos e intervenções em espaços deste tipo.

0.5. ESTRUTURA E CONTEÚDOS

Procurando corresponder aos objectivos e metodologia propostos, o trabalho estrutura-se em quatro momentos principais que correspondem à sua divisão em capítulos:

1. O pátio

Este capítulo parte da análise do pátio enquanto elemento de características específicas, tentando sumariá-las e sistematizar a sua essência enquanto elemento abstracto, baseando-se na sua evolução histórica e importância construtiva desde o seu aparecimento até aos dias de hoje. Nesta aproximação tenta-se compreender as razões para o nascimento e proliferação destes espaços e as suas diferenças ou semelhanças quando existem em lugares do mundo distantes. A abrangência deste estudo vai sendo reduzida até se aproximar geograficamente dos territórios Ibéricos. O resultado deste capítulo foca-se em três dimensões - morfológica, funcional e sensorial - que resumem as qualidades do pátio.

2. O quarteirão e o espaço público

Este momento da dissertação incide sobre uma análise dos espaços públicos e a sua relação com os privados, apoiando-se no quarteirão urbano como elemento que mais se expõe a esta relação, e a evolução de ambos como reflexo da sociedade ao longo do tempo. Procura-se compreender os diferentes tipos de quarteirão existentes e como as suas formas influenciam as vivências do espaço interno e relação com a envolvente.

3. Vitalidade dos espaços urbanos

Recorrendo a estudos sobre o tema da vivência e utilização de cidades pelas pessoas, procura-se uma exposição de características que contribuem activamente para o sucesso da utilização diária dos espaços numa perspectiva humana. Estas características não pretendem ser uma “receita” pronta a ser aplicada em diferentes casos, mas sim uma constatação de que determinadas condições físicas são essenciais e contribuem para a escolha da utilização de determinados espaços urbanos em detrimento de outros, e sem as quais essa vitalidade desejada não acontece. Estas características podem ser físicas, sensoriais ou funcionais, complementando-se entre si e contribuindo para uma utilização urbana mais viva e adaptada às necessidades humanas.

5

4. Casos de estudo

Através dos conhecimentos adquiridos nos capítulos anteriores é proposta uma metodologia de avaliação para comparação de sete casos de estudo de intervenções em quarteirões nas cidades de Lisboa e São Paulo. Optou-se pela escolha de exemplos em contextos diferentes que contribuirão para uma maior amplitude e riqueza da análise.

5. Conclusões

Neste capítulo são apresentadas as conclusões gerais da dissertação, em resposta aos objectivos e metodologias expostas neste capítulo introdutório. São também lançadas pistas para futuras utilizações ou referências da utilidade das ideias expostas.

0.6. ESTADO DA ARTE

Várias leituras contribuíram valiosamente para a realização deste trabalho, tanto a nível de informação e novos conhecimentos teóricos essenciais nesta pesquisa, como a nível de estruturação de conteúdos, organização das

ideias e exposição gráfica das mesmas.

À divisão do trabalho nas três áreas teóricas descritas correspondem grupos de obras mais influentes relativas aos temas específicos.

Em relação ao primeiro capítulo, sobre o pátio, foram influentes as seguintes obras:

- Norbert Schoenauer (2000), no seu livro “6000 Years of Housing”, desempenhou o papel de principal referência histórica, pois oferece uma exaustiva descrição e clara exposição e documentação gráfica da evolução habitacional e urbana desde as primeiras construções humanas até aos dias de hoje em todo o mundo. Desta obra foram utilizadas várias referências sobre as habitações principalmente da antiguidade, onde o pátio era um elemento de referência.

6

- O texto de Reis Alves (2005), “O que é o pátio interno?” sistematiza o significado físico, funcional e sensorial do pátio, passando, também, por uma descrição histórica da presença deste elemento e a sua potencialidade espacial.

Sobre a evolução o quarteirão urbano e dos espaços públicos, as leituras de maior influência foram:

- No seu texto “Habitação coletiva e a evolução da quadra”, Mário Figueiroa (2006) divide sistemática e resumidamente a evolução da organização interna do quarteirão enquanto elemento desde o considerado quarteirão tradicional, até às tipologias experimentadas nos nossos dias, ilustrando com exemplos que abrem possibilidades de pesquisa maiores.

- José Lamas em “Morfologia urbana e desenho da cidade” (2004) descreve a história das cidades sobre um ponto de vista morfológico, apontando as características dos elementos que compõem a urbe. No seu estudo apresenta sempre um ponto de vista especificamente sobre a organização do quarteirão ao longo do tempo, acompanhando a descrição das principais mudanças e características das cidades e do pensamento humano ao longo da história.

- Christian Portzamparc (1997), “A terceira era da cidade” é um artigo de referência para esta dissertação na medida em que organiza as tipologias do quarteirão em três momentos que correspondem a épocas históricas distintas e colmata numa proposta de quarteirão aberto como adaptável à actualidade, que é precisamente a ideia que se quer defender na presente dissertação.

Sobre os comportamentos humanos nos espaços e a compreensão sobre as características que tornam uma cidade viva e funcional resumem-se as

principais leituras:

- Jan Gehl (2006) em “La humanizacion del espacio urbano” centra a sua pesquisa no espaço entre os edifícios e a sua utilização, procurando documentar as características que contribuem para o sucesso ou insucesso dos mesmos. É uma obra muito ligada a questões sensoriais humanas e comportamentos sociais e interações entre as próprias pessoas, procurando entender de que maneira a disposição e características físicas dos espaços podem potenciar ou desencorajar acções básicas como ver, sentar, caminhar e interagir a várias profundidades.

- Jane Jacobs (2000) na sua obra “Morte e vida de grandes cidades Americanas” é uma referência indiscutível, na medida em que aponta várias ideias simples mas bem estruturadas que defendem características que tornam qualquer espaço público vivo e interessante. Estas ideias, sempre baseadas num longo estudo de observação directa da vida real das cidades e comportamento dos seus habitantes, defendem o conceito de “diversidade” como um contraponto ao contexto histórico da época marcado por ideologias de cidades modernas zonadas que originaram e promoveram o racismo, segregação urbana, dependência automóvel, proliferação de subúrbios, movimentos pendulares, insegurança e outros problemas desta época que anunciavam a decadência e falhanço dos modelos modernos de cidade. A autora defende o modelo tradicional de cidade, com edifícios voltados para a rua (espaço principal da cidade, representando a força vital de encontro social e palco de actividades variadas), fomentando a auto-vigilância dos utilizadores e a utilização saudável dos espaços urbanos.

- Julio Echavarri; et al. (2009) em “La ciudad Paseable”, apresentam orientações aplicáveis a planeamento urbano e resumem as características que consideram importantes no desenho de cidades pensado para peões. Os autores defendem uma cidade para ser percorrida a pé. Com todas as vantagens que essa modalidade de deslocação apresenta, destacam-se a vivência directa do espaço público, o incentivo à escala mais humana dos lugares, a mistura e a proliferação de usos, a adaptação das cidades às pessoas, a potencialização das relações humanas, etc. A obra está repleta de exemplos práticos e resumos sintéticos das ideias apresentadas, sendo de fácil leitura e percepção.

- Kevin Lynch (1997), “A imagem da cidade” é uma obra de referência clássica na medida em que apresenta a leitura dos espaços públicos sobre uma visão de observação e percepção inconsciente do utilizador, descortinando as sensações transmitidas pelos elementos e espaços urbanos. Com as suas observações, o autor sistematiza uma metodologia aplicável a qualquer cidade, na apreensão dos lugares.

Sobre a leitura e análise dos casos de estudo, a obra de Carmona et al. (2010) “Public places urban spaces: the dimensions of urban design” foi uma influência directa na organização da proposta de avaliação dos exemplos escolhidos por dimensões. Nesta obra os autores apresentam seis dimensões principais da teoria e prática do desenho urbano que vão desenvolver em capítulos separados: morfológica, perceptual, social, visual, funcional e temporal.

Também sobre a organização da dissertação, algumas teses de mestrado contribuíram como referência tanto nos conteúdos como na estrutura interna do trabalho. Pela semelhança temática os trabalhos mais influentes foram de Luís Rasteiro (2008), do Instituto Superior Técnico: “Espaços públicos interiores de passagem” e “Miolos de quarteirão (ou a cidade pelo avesso)” de Nathalia Oliveira (2009), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. PÁTIO

“O pátio interno é a construção de um espaço seguro, protegido. Este conceito remete à imagem da mãe ao conter o seu filho no aconchego de seus braços, e até mesmo no calor de seu ventre.”

(Reis Alves, 2005)

O elemento pátio está presente em diversas, situações, formas e contextos, ao longo da história e em várias partes do mundo, geralmente associados a usos privados: em habitação; fábricas; ambiente escolar; mosteiros ou igrejas; prisões; de armas; de serviço; ou em edifícios públicos variados.

Numa primeira abordagem a este tema, olhando a palavra “pátio” etimologicamente, encontram-se várias definições que podem ajudar a compreender este elemento sob perspectivas gerais:

“Pateo: * Recinto lajeado para que dá entrada a porta principal de algumas casas; terreno murado anexo a um edifício; recinto descoberto no interior de um edifício ou rodeado por outros edifícios; vestíbulo.

10 * Do verbo latino: Patēo, ēs, ui, ēre, v. int. Estar aberto, exposto; estender-se; abrir-se; estar descoberto; manifestar-se; ser evidente.”¹

“Pátio: Espaço aberto frente a um edifício (pátio de honra) ou compreendido no interior do edifício. Este é lajeado, geralmente rodeado de arcadas, servindo de passeio. Parte de terreno descoberto que, situado no centro de um complexo arquitectónico serve para iluminar e arejar os recintos internos”²

Illescas (1997) define um pátio como a possibilidade de ser muitas coisas: fonte de luz, de sombra, jardim, praça e paisagem, armazém de imagens, limite do horizonte, mas também um mecanismo projectual eficaz que permite resolver muitos problemas e fazer desaparecer do edifício todos os espaços escuros e inúteis da planta.

Já para Blaser (1997) o homem precisa do contacto com a natureza (o sol, chuva, luz, plantas), de um espaço de protecção do ambiente citadino artificial criado pelo próprio homem. O pátio corresponde a este espaço pois está constantemente submetido às intempéries.

Para Reis Alves (2005) o pátio é uma questão de simbolismo, de abstracção, um lugar sensível, privado e confortável, interno e protegido. Necessita de ter um sentido circular, de ser um “centro irradiador” onde se esteja em segurança.

1.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

No seu livro, “6000 Years of Housing”, Schoenauer (2000) estudou aprofundadamente as questões relacionadas com a maneira de habitar do homem e de constituir comunidades desde os primeiros vestígios de intervenção humana na Natureza. Nesse estudo, o elemento pátio aparece recorrentemente relacionado com a habitação privada como um espaço de impor-

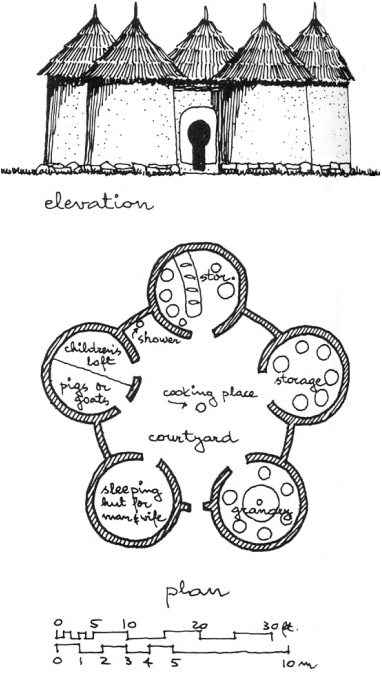
1 Pequeno Dicionário Latino-Português. p.132, Cit in: Reis-Alves (2005)

2 PAIS DA SILVA, Jorge Henrique; CALADO, Margarida 2005; Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura

tância indiscutível no equilíbrio doméstico e reflexo da forma de viver das sociedades ao longo do tempo. O autor sintetiza quatro razões principais para a existência histórica prolongada deste elemento:

A primeira razão tem a ver com considerações **psicológicas**; ao pátio estão ligadas questões de privacidade e protecção do mundo exterior, tanto dos bens materiais e pessoais como das actividades domésticas. Em segundo lugar existe uma razão **económica**; a maior parte das cidades da antiguidade eram fortificadas, limitando o terreno e, consecutivamente o espaço para construção de habitações. O pátio permite uma maior densidade urbana num espaço menor sem recurso a construir em altura, ideia inconcebível na época. Em terceiro lugar a existência dos pátios está sempre associada ao **clima**, protegendo as habitações da exposição directa do sol, vento e condições climáticas mais extremas. É comum a existência de água e plantas nos pátios, providenciando condições atmosféricas favoráveis. Por último existe também uma conotação **religiosa**: a presença de um espaço onde a natureza está presente está ligada à ideia de paraíso ou de oásis, onde o céu fica exposto e passa a fazer parte da casa. Aqui a altura é ilimitada, infinita. Schoenauer (2000) mostra que os pátios estão presentes desde as civilizações pré-urbanas, quer como parte integrante de espaços habitacionais privados, quer nos espaços considerados comuns nas comunidades onde moravam várias famílias. Este elemento era importantíssimo na definição de agrupamentos sociais: as construções costumavam agrupar-se em redor de um ponto central - fogo - formando um círculo de tamanho variável subjacente à ideia de partilha e controle ou referência do centro comunitário. De qualquer maneira o pátio surge primeiramente ligado à função de habitar, pois as primeiras construções humanas, sejam elas temporárias ou definitivas, apareceram precisamente para servir esta função. Aqui, o pátio costumava funcionar como espaço multiusos, local onde se desenvolviam as principais actividades sociais, onde se cozinhava, se faziam fogueiras, refeições, se dormia ou apenas circulava. Era o centro das vidas familiares.

Figura 1.1: Habitação semi-permanente em comunidades antigas no Sudão



Antiguidade

Blaser (1997) defende que os primeiros pátios conhecidos apareceram na China e na Índia, e datam de 3000 anos AC. Já na região de Creta, os primeiros vestígios da utilização deste elemento são de 2000 anos AC. Aqui são encontrados vários exemplos na cidade de Ur – uma das cidades mais estudadas da antiguidade.

Na China, segundo Schoenauer (2000), o pátio é um elemento muito recorrente nas habitações urbanas e organizador dos seus espaços internos, característica visível em construções até aos dias de hoje. A típica casa urbana chinesa da antiguidade era uma composição de vários edifícios de um só

piso em redor de um pátio central. Este aparecia como agregador do conjunto e protector dos ventos e condições climáticas agressivas. Estava muito relacionado com a ideia de paraíso e, normalmente, continha um jardim com os vários elementos da natureza presentes, simbolizando as duas polaridades do cosmos: o yin e o yan. Um lugar de equilíbrio espiritual e físico, que assumia uma importância inquestionável e respeitada na organização interna dos espaços. Alinhadas com as ruas, as casas urbanas chinesas estavam orientadas segundo os pontos cardeais. Os vários pavilhões que rodeavam o pátio eram ocupados por diferentes membros da família, numa hierarquia de gerações e de sexos, sendo o pavilhão virado a sul ocupado pelo chefe de família, os laterais pelos filhos e o edifício virado a norte pelos criados e serventes. A casa tinha vários níveis de intimidade, sendo esta também organizada hierarquicamente. Nas casas com mais de um pátio, a entrada sequencial em cada um marcava um nível de privacidade maior. Sempre relacionado com o clima, a área do pátio nas cidades do norte da China era maior do que a área construída interna para permitir maior exposição solar dos edifícios. No sul o inverso verificava-se, e os telhados destas casas eram mais prolongados criando uma região de sombra que abrigava parcialmente o pátio e permitia a recolha da água da chuva e o controlo da quantidade de exposição solar. A fachada de rua destas casas era muito simples, raramente com mais de uma janela, virando a complexidade da vida doméstica para o pátio, que organizava as habitações de forma simétrica. Desta maneira a cidade ganha um carácter abstracto, uniforme e homogéneo, sem separações sociais: ricos e pobres vivem lado a lado.

Em Ur, a típica casa urbana tinha um ou dois andares e consistia num pátio rodeado por várias divisões internas. Em comparação com as casas chinesas, estes pátios tinham dimensões, proporcionalmente à casa, mais reduzidas, e funções mais práticas de iluminação, distribuição e organização de todas as divisões da casa, funcionando como o seu núcleo. Schoenauer (2000) defende que uma das razões que pode estar ligada com a primeira aparição destes espaços em ambiente doméstico urbano está relacionada com a função de exaustão de fumos de fogueiras e cozinhados realizados no interior das habitações.

Na antiguidade os exemplos mais destacados e estudados do desenvolvimento da tipologia de pátios em habitação são as residências gregas e romanas. Estas receberam grande influência das casas orientais, Etruscas e Helenísticas. Apesar das naturais diferenças entre os vários exemplos destas casas, é possível generalizar opções e elementos recorrentes à maioria delas, reflectindo um estilo de vida da sociedade de então.

Segundo Schoenauer (2000) a casa típica grega funcionava em redor de um espaço central aberto, o peristilo: um pátio rodeado de colunas que dava

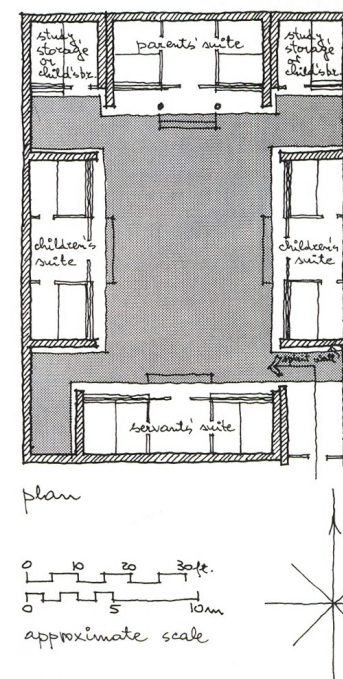
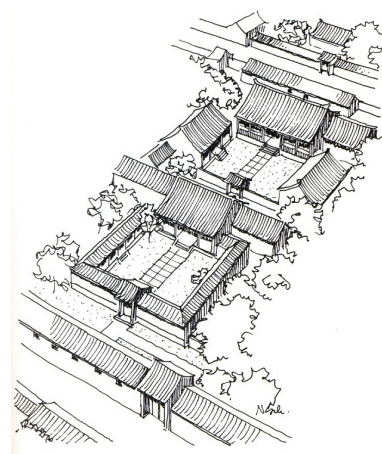
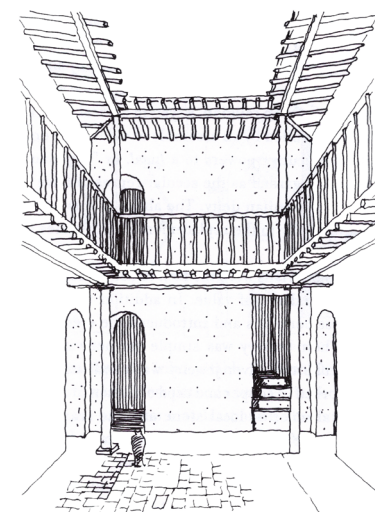


Figura 1.2 e 1.3: Casa-pátio chinesa

Figura 1.4: Reconstrução do interior de uma Casa-pátio em Ur



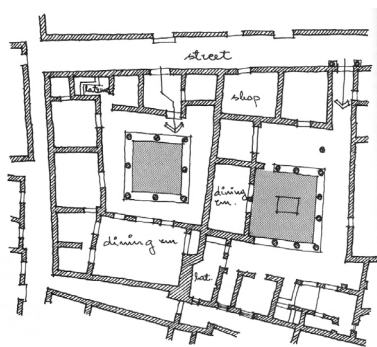


Figura 1.5: Casas gregas com peristilo

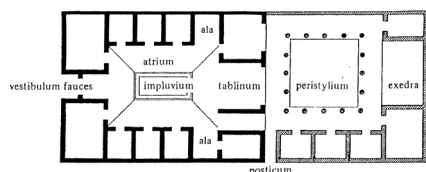


Figura 1.6: Domus romana

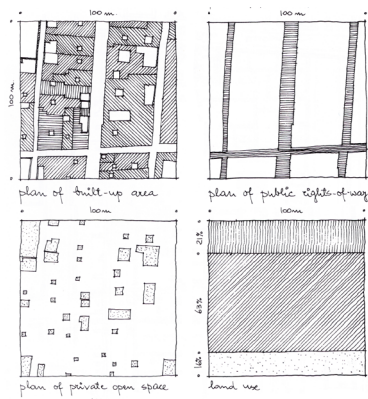


Figura 1.7: Padrão de uso do solo numa área residencial típica em Pompeia:

Espaço público de passagem: 21%

Área construída: 63%

Espaço privado aberto: 16%

acesso aos quartos adjacentes, normalmente localizado na parte sul da casa para permitir melhor insolação. As proporções dos pátios em relação ao resto da casa variavam bastante, não sendo possível generalizar um tamanho padrão. A casa costumava ter apenas um andar e o número de quartos e tamanho dos mesmos também variava consoante a riqueza da família, chegando as casas maiores a ter mais que um pátio. Ainda assim, as diferenças das casas consoante a classe social não eram muito visíveis, principalmente pelo aspecto exterior, que, tal como nas casas chinesas, era modesto e com poucas aberturas. As mulheres, os homens e os criados ocupavam diferentes áreas da casa e consoante fosse dia ou noite diferentes partes da casa eram utilizadas. Era como se houvesse duas linhas interceptadas separando a casa: uma dividia a secção das mulheres e homens, e outra dividia a secção nocturna e diurna, sendo o pátio o elemento articulador entre todas elas.

Sobre a típica casa romana, domus, Schoenauer (2000) afirma que esta é uma mistura entre a casa de atrium etrusca e a casa de peristilo grega, com a sua herança oriental. Assim a casa romana tinha dois pátios internos: o atrium (menor) e o peristilo (maior). O atrium definia a parte mais pública da casa, à volta do qual se organizavam quartos de visitas, de criados e de recepção. Era restrito a funções sociais formais e políticas. Neste, os telhados eram um pouco prolongados, oferecendo protecção para a circulação no perímetro do pátio e escoamento das águas da chuva para o impluvium (recipiente para recolha da água da chuva no centro do atrium). O peristilo definia a parte mais privada da casa, em redor do qual se organizavam os quartos da família, as salas de jantar e cozinhas, era o centro da vida doméstica. Este pátio era maior que o atrium e também continha um impluvium, mas neste o telhado era suportado por colunas que separavam a parte coberta e descoberta do pátio. Normalmente tinha plantas, flores e até fontes e estátuas criando um ambiente sombreado, ameno e rico no seu interior. Em contraste com os ambientes adornados do interior, as fachadas exteriores das casas romanas aproximavam-se às gregas e chinesas na sua modéstia, simplicidade e abstracção, contando com poucas aberturas para o exterior.

Pátio Islâmico

“Um dos rasgos mais chamativos de todos os monumentos arquitectónicos islâmicos é o seu interesse prioritário pelo espaço encerrado, pelo interior em oposição ao exterior, à fachada, ou à articulação geral exterior de um edifício. (...) O aspecto exterior do edifício não nos ajuda, de facto, a compreendê-lo, interpreta-lo ou identifica-lo.” (Michell, 1985, 10)¹.

1. Tradução livre da autora

Nas cidades islâmicas, onde o clima árido e quente se fazia notar com maior agressividade, o pátio desempenha um papel essencial tanto nas habitações privadas como nos edifícios públicos, sendo este elemento uma presença constante na vida urbana, tanto pública como privada. Na cultura islâmica, todos os homens são iguais aos olhos de Alá. Esta ideia reflecte-se obrigatoriamente nas construções e mais profundamente nas habitações: todas as casas apresentam um aspecto modesto, abstracto e semelhante, ocultando as desigualdades sociais, deixando a cidade despida de ornamentos pessoais. Mais uma vez o pátio é o lugar central das habitações, sendo o cenário de inúmeras e variadas actividades quotidianas. As casas são agrupadas muito juntas, expondo a menor área possível ao ar árido e sol intenso. As ruas das cidades islâmicas são muito estreitas pelas mesmas razões, e, geralmente, as cidades organizam-se em patamares em terrenos declivosos, deixando que os pátios das construções públicas (como hospitais, escolas e igrejas) se assumam como protagonistas na teia de espaços públicos, que seguiam um padrão complexo e hierarquicamente bem definido, em terrenos aplanados. O espaço público, é, então, invertido: As ruas têm meramente uma função delimitadora de quarteirões e de atravessamento dos aglomerados urbanos, vencendo as inclinações do terreno. Impessoais e abstractas, chega a ser difícil a distinção da função de um edifício ou a sua organização interior pela fachada de rua. O pátio tem um papel de desafogo muito maior do que a rua, nesse sentido toma o papel das praças, pois estas não existem como tradicionalmente se conhece.

Época medieval

A herança oriental das casas com pátio que influenciou as habitações gregas e romanas foi-se perdendo, ao longo desta época, no mundo ocidental. Os mosteiros, conventos, igrejas ou palácios foram dos poucos edifícios a continuar o modelo de edifício introvertido, reinterpretando o peristilo das casas romanas e gregas e transformando-o num claustro. Segundo Reis Alves (2005) este claustro foi rodeado de colunas ou arcadas formando uma galeria geralmente abobadada que funciona como espaço de transição para que se reduzisse o desconforto visual derivado da diferença do nível de iluminação entre o ambiente escuro do interior das igrejas medievais e o pátio aberto e totalmente iluminado do exterior. Este modelo espalhou-se, tal como a religião cristã, por toda a Europa. A partir deste espaço distribuía-se a igreja, sacristia, refeitórios, dormitórios, e outros espaços internos da vida monástica. Era destinado à reflexão, repouso, silêncio, contemplação e à oração da vida religiosa, devido às características acústicas, climáticas e visuais proporcionadas. Mais uma vez o sentido de espiritualidade, paz e presença do divino domina estes “pátios”, sendo que eles não têm uma

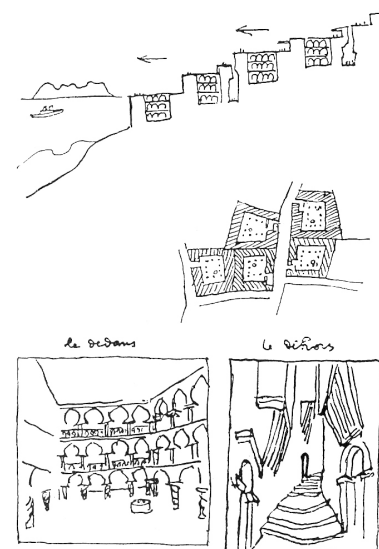


Figura 1.8: Cidade Islâmica - Ruas e Pátios

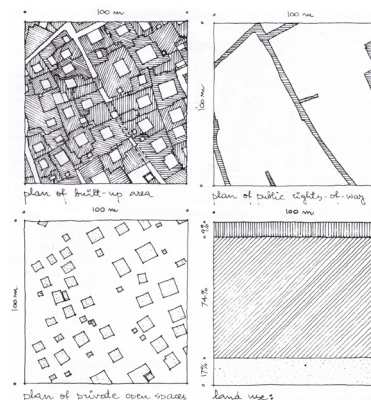


Figura 1.9: Padrão de uso do solo numa área residencial típica em Medina na Tunísia:
 Espaço público de passagem: 9%
 Área construída: 74%
 Espaço privado aberto: 17%

Figura 1.10: Claustro da catedral românica de Coimbra

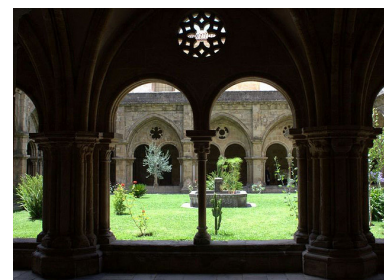
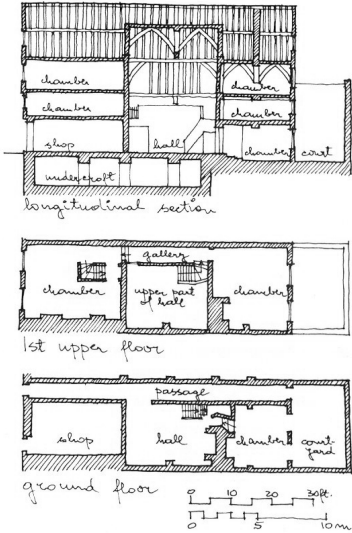


Figura 1.11: Casa típica medieval com o pátio de serviço ao fundo



1. Aqui entendida como idade contemporânea ou seja, o período que começou em finais do século XVIII - com a revolução francesa - e abrange os tempos atuais, conforme dicionário da Língua Portuguesa (em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa>)

função mais específica do que propiciar um ambiente calmo e reflexivo, longe das distrações, ameaças e perigos do mundo “exterior” mas ao mesmo tempo perto dos elementos da Natureza.

Já as habitações e construções urbanas nesta época variaram bastante, reflectindo as mudanças constantes da sociedade. A tipologia das casas com pátio foi sendo substituída por um sistema de construção “extrovertido” onde os espaços internos estão orientados para fora e não para dentro. Esta alteração prende-se com a emergência de uma nova classe social relacionada com o comércio e mercantilismo: a burguesia. As fachadas dos edifícios ganharam importância, comunicando directamente com a rua e os seus transeuntes, representando a riqueza e classe social dos seus habitantes e publicitando uma imagem comercial.

Os pátios passaram a ser utilizados por razões meramente funcionais de ventilação, iluminação ou de serviço com dimensões cada vez mais reduzidas e pouco ou nada utilizados na prática, até ao seu quase desaparecimento. Mais tarde, surgem novamente como espaços centrais nos palácios urbanos renascentistas, recuperando as ideologias gregas e romanas que se haviam perdido.

Época Contemporânea¹

Na transição para o século XX também se pode encontrar o elemento pátio em sistemas de conjuntos habitacionais, relacionados com partilha de espaços comuns por classes sociais mais desfavorecidas. Os modelos de habitação para operários começam a surgir em todo o lado, fruto das mudanças trazidas pela revolução industrial e as novas oportunidades de trabalho que levaram à migração para as cidades, causando um aumento desequilibrado entre a oferta e a procura de condições de alojamento. Segundo Matos (2009) os conjuntos habitacionais, primeiramente muito precários e depois mais evoluídos, aparecem simultaneamente em vários lugares do mundo, nomeadamente nas cidades Britânicas, onde se encontram as back-to-back-houses, em NY as railroad e dumbell houses, em França os courons, casas corredor em Espanha, as vilas de Lisboa e ilhas do Porto e mesmo os cortiços no Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil. A autora refere ainda que estas são formas urbanas características do capitalismo industrial que veio acompanhar toda a mudança social, económica e política da época. Nestes exemplos a máxima rentabilização associada à necessidade de preços baixos integra sempre um espaço comum bem definido - um pátio - ao redor do qual se desenvolvem os espaços privados e individuais de habitação. Estes pátios são lugares partilhados onde se permite a realização de diversas actividades espontâneas e improvisadas, que incentiva a um ambiente de comunidade e vizinhança muito forte e característico destes sítios.

Figura 1.12: Back-to-back houses: Birmingham



O pátio foi ainda um dos elementos resgatados e reinterpretados na grande temática do movimento moderno: a habitação. Utilizado como elemento racional de organização do espaço, ou simplesmente como espaço complementar, foi um dos grandes temas da obra de Mies Van der Rohe e um elemento muito trabalhado por outros arquitectos como Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Alvar Aalto, Jorn Utzon, Luis Barragán, etc. Sem nenhuma “regra” ou modo de fazer, o pátio foi estudado e introduzido de diversas maneiras e tamanhos, associado a diferentes funções, com expressões desde as mais próximas aos pátios da antiguidade até aos mais abstractos, des-construídos ou menos delimitados espacialmente.

Mies induz a especialidade dos pátios através de planos verticais sugestivos, ou horizontais da água, como no pavilhão de Barcelona ou nas suas “casas com pátios”, onde o espaço interior e exterior se fundem e se complementam. Já Le Corbusier ousa teorizar o pátio na vertical, em habitação colectiva, onde cada apartamento podia ter um espaço verde próprio (Vers un architecture), ou na Villa Savoy, onde a casa se desenvolve em redor do pátio num segundo piso, com amplos vãos que comunicam com o exterior. Jorn Utzon utiliza o pátio como elemento principal nas Kingo Houses, um complexo habitacional de casas agrupadas em L, onde todas têm um contacto forte com a natureza. Luis Barragán utiliza os pátios, a natureza e as cores de forma contemplativa introduzindo uma simbiose entre natureza e espaços internos. O pátio é uma espécie de oásis de serenidade, observação e abstracção.

Os exemplos são inúmeros, e têm repercussões até aos dias de hoje, sendo o pátio um elemento de carácter, por assim dizer, optativo, que, em geral, e apesar de tudo, continua a ser pouco recorrente.

Portugal e Espanha

Segundo Ilídio de Araújo (1973), na península Ibérica a área ecológica tradicionalmente denominada de “mediterrânica” coincide e coexiste com a área correspondente à presença árabe no território. Aqui o clima e a tradição exaltam a existência recorrente de pátios tanto em atmosferas públicas como privadas.

A chegada dos árabes à península, no século VIII, ocorre em consequência da expansão do império muçulmano que procurava propagar a religião islâmica e adquirir novos territórios e riquezas. Aqui a presença muçulmana durou por cerca de 8 séculos e conviveu com outras religiões como o cristianismo, criando uma mistura muito rica e característica desta região, visível na cultura portuguesa e espanhola até hoje, principalmente na região sul da península, a última a ser desocupada pelos muçulmanos. Áreas de conhecimento como a medicina, matemática, astronomia, agricultura,

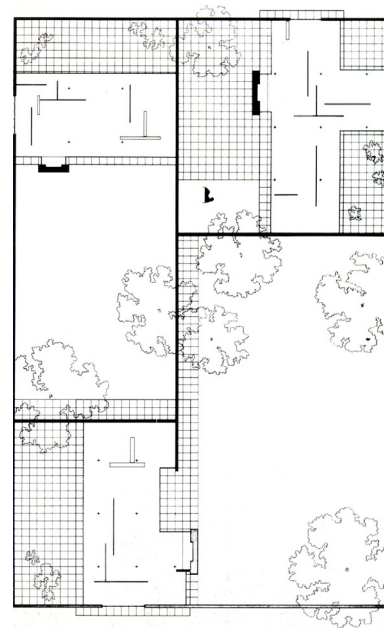


Figura 1.13: Três casas com pátios: Mies Van der Rohe

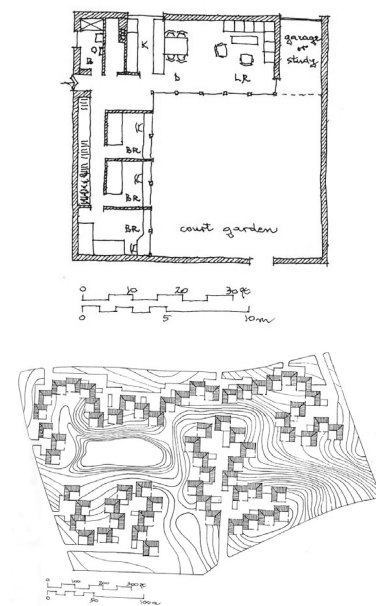


Figura 1.14: Kingo Houses: Jorn Utzon

artesanato e arquitectura foram bastante influenciadas pela presença muçulmana.

As cidades e construções sob esta influência deixam transparecer as características já referidas da herança oriental onde os edifícios se organizam de forma “invertida”, sendo o pátio um dos espaços mais importantes da vida urbana.

Um dos exemplos de edifícios mais recorrentes e importantes da arquitectura muçulmana desta época e que exemplifica na perfeição esta tradição é o palácio de Allambra, em Granada. Este grande complexo construído, organiza-se de forma introvertida em torno de vários pátios ricamente ornamentados e dispostos em terraços, simbolizando cada um deles uma intenção e ambiente distintos. A água (em movimento com chafarizes, córregos ou canais de irrigação, ou em repouso, com espelhos de água e lagos) e a vegetação são elementos muito recorrentes nos pátios, ajudando ao aumento da humidade do ar e ao conforto atmosférico nestes espaços. Além disso a presença da água reflecte o sol, inundando os espaços internos de luz subtilmente. Em redor dos pátios existem varandas, arcadas e espaços cobertos que permitem uma transição gradual entre interior e exterior.

Figura 1.15: Pátio de los Arrayanes: Palácio de Allambra



Saltando para o final do século XIX, em Portugal, como já foi referido anteriormente e à semelhança do que se passou no resto da Europa e do mundo, o rápido desenvolvimento da indústria nas cidades desencadeou uma forte migração de população para os centros urbanos em busca de trabalho. Segundo Pereira (1994) o aumento demográfico repentino não foi acompanhado pela oferta de habitação, principalmente a custos acessíveis para esta classe chamada laboriosa, levando-a a viver em condições precárias, insalubres e degradantes no país, situação denunciada pelo inquérito industrial em 1881. Em Lisboa, alguns senhorios começaram a improvisar pequenas habitações abarracadas nas traseiras dos seus prédios para alugar a operários; edifícios desocupados começam a ser explorados e alugados quarto a quarto, surgindo assim uma possibilidade de negócio que resolveria a situação desta classe operária. No final do século XIX começam a institucionalizar-se as chamadas “vilas operárias”, habitações multifamiliares intensivas construídas em redor de um pátio linear comum, antecedidas por experiências de habitação em pátios, em redor dos quais se dispunham pequenas habitações insalubres, e ainda das chamadas correntezas: filas ou bandas de casas constituídas de pequenas construções de dois fogos ou mais, inicialmente com um piso, aos quais foram acrescentados novos pisos.

Tentando construir o maior número de fogos ocupando menos terreno possível, a forma mais comum das vilas operárias construídas em Lisboa

optava por uma organização espacial em que as habitações eram construídas no perímetro dos espaços livres formando um pátio comum que dava acesso às entradas das casas. Este pátio aparece na maioria das vezes com um carácter linear de corredor. Muitas vezes os acessos aos fogos dos pisos superiores eram feitos pelo espaço exterior, do pátio, em sistemas complexos de galerias e escadas metálicas, de maneira a poupar espaço interno de construção.

“Construídas em estrutura de ferro, articulando as respectivas escadas de acesso e por vezes formando ponte, estas galerias adquirem um grande valor como elementos ordenadores do espaço e atestam a introdução de tecnologias modernas na construção de vila” (Pereira, 1994, 514).

18

Estes espaços livres – pátios – permitem uma convivência íntima entre vizinhos, uma característica típica das sociedades mediterrânicas e da sociedade de Lisboa, principalmente nesta época. As vilas foram uma resposta racional e económica aos problemas de saúde pública associados à falta de salubridade das habitações. Apesar de serem destinadas a habitação de população de baixa renda, e da baixa qualidade dos materiais de construção utilizados, as vilas tinham sempre uma preocupação notória com aspectos estéticos relacionada com a noção de pertença e identidade que era dada pelos moradores. A simetria, sempre muito recorrente nestas organizações, era muitas vezes impressa pelos próprios pátios. É bastante comum encontrar ornamentações nos vãos de janela e nos remates de cobertura, decorações com elementos metálicos e o desenho cuidadoso dos letreiros de entrada. As vilas operárias traduzem um modelo de divisão de espaço urbano: os espaços privados são fortemente compartimentados em contraste com os espaços públicos que assumem um espaço único para todas as funções colectivas.

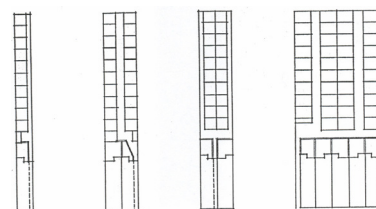
Tinham actuação quase cirúrgica, de pequena extensão e baixo volume construído, geralmente no interior de quarteirões já existentes ou nas tra-seiras de edifícios. O acesso era muitas vezes indirecto, sendo a sua localização reflexo da marginalização da classe social que representavam. Criavam-se pequenos bairros à margem dos arruamentos, escondidos em zonas da cidade elas próprias segregadas, associadas a bairros de uso industrial.

Na cidade do Porto a situação apresenta-se muito semelhante, e, pelos mesmos motivos, aparecem as chamadas ilhas: habitações precárias construídas no interior de quarteirões urbanos, e, que, tal como as vilas de Lisboa, se organizavam em redor de um pátio ou corredor exterior, espaços comuns que funcionam como extensão do espaço doméstico. Segundo Matos (2009), na sua forma mais comum as habitações tinham um ou dois pisos com apenas uma frente de 4 metros e uma área interna de 16 m², construídas em filas, por vezes costas com costas, sendo que uma ilha continha em média



Figura 1.16: Vila Mendonça, Espaço interno

Figura 1.17: Ilhas do Porto - Plantas esquemáticas ocupando de um a vários lotes



10 a 12 casas que compartilhavam as áreas de casa-de-banho. O código de posturas Municipais de 1869 limitava a fiscalização apenas aos edifícios visíveis da rua, deixando as ilhas desatentas e marginalizadas, por serem construídas nas traseiras dos terrenos de habitação burgueses. O acesso à rua era feito através de estreitos corredores por entre as construções de face para a rua. O conjunto é fechado sobre si mesmo, havendo pouca distinção entre espaço público e privado, permanecendo o espírito de comunidade e vizinhança no interior das ilhas, mas também um ambiente propício a actividades marginais e um foco de doenças e infecções. Com tendência a localizarem-se perto das zonas industriais e de trabalho, as ilhas, mais uma vez, são espelho de uma segregação social ao nível do quarteirão (interior e exterior) ocupando as áreas urbanas menos nobres ou mais envelhecidas.

19

1.2. O PÁTIO COMO ELEMENTO

A tipologia de casas com pátio forma uma concepção urbana de grande qualidade pois para além de ser um modelo muito compacto e não desperdiçar espaço, permite uma boa organização hierárquica das ruas e clareza entre o espaço público e privado. A abstracção das fachadas exteriores é uma lição de urbanidade, permite a co-existência de diferentes grupos sociais no mesmo território, gerando uma variedade muito rica de vivências e trocas urbanas. Em várias épocas da história foram experimentados vários modelos de habitação em redor de pátios como medida de rentabilização de espaço, conseguindo mais por menos. O pátio funciona na ideia do menor espaço para a maior funcionalidade com a reunião de usos e pessoas num só lugar. Nestes termos, os problemas da actualidade, como a procura da redução de impacto ambiental e económico das construções e o direito à habitação para cada vez mais habitantes no mundo apontam para modelos de construção com pátios como uma possível solução. A desfragmentação dos espaços vai de encontro à ideia de partilha e de bens comuns, que seria um modelo válido, por exemplo, em comunidades pobres, bairros de lata ou favelas, que podiam tornar-se mais sustentáveis, funcionais e rentáveis utilizando menos recursos.

Ao longo da história o pátio, como qualquer outro espaço ou elemento arquitectónico, assume diferentes funções, posições, formas, importâncias e expressões em distintas ocasiões e por vários motivos, relacionando-se sempre com a época e a sociedade em que está inserido. Por vezes assume uma posição central ao redor do qual todos os espaços e funções da habitação ou do espaço se organizam, outras, uma localização periférica ou fun-

ções simplesmente de serviço, ventilação, circulação ou iluminação. Mas toma sempre um papel essencial na climatização passiva dos espaços, no controle da temperatura interna, iluminação e salubridade dos mesmos. É indiscutível também a sua importância em termos acústicos e visuais. Um pátio possui uma atmosférica única e irrepetível de conforto, paz, equilíbrio, privacidade e aconchego, sempre numa vontade de interacção com a natureza (pela integração de elementos como a chuva, o sol, vento e vegetação dentro de construções) e com uma outra dimensão tridimensional - o céu - de uma forma equilibrada.

Analisando o pátio de uma forma descritiva podem ser resumidas algumas características gerais relativamente à sua morfologia, funcionalidade e características sensoriais.

20

Morfologia

A forma de um pátio é sempre geometricamente bem limitada e de sentido centralizado ou convexo. O espaço fica definido pelo encerramento total por fachadas construídas. É essencial a percepção clara do pátio pelo utilizador, que é conseguida através da volumetria pura do vazio e da sua relação directa com o cheio. A proporção entre altura das fachadas e dimensões do espaço vazio é de extrema importância na percepção do espaço e influencia directamente a sua funcionalidade e percepção. Esta proporção pode variar bastante. A localização do pátio em relação ao espaço construído que o envolve deve ser estruturante, unificador e regulador dos espaços internos. Simetria, proporção, composição e axialidade são características muitas vezes subjacentes e introduzidas por estes vazios no interior dos edifícios.

Funcionalidade

Uma das características que torna o pátio uma solução intemporal é a sua flexibilidade multifuncional. O pátio é independente de quem o usa, quando e para quê: acolhe funções que não têm espaços definidos para elas por serem esporádicas, imprevisíveis, espontâneas ou porque envolvem muitos utilizadores. Pode servir como espaço de circulação, distribuição espacial ou centro social e de encontro entre utilizadores. A já referida climatização dos espaços internos é uma função essencial do pátio, que garante a salubridade destes e a sensação de conforto - um espaço encerrado é protegido dos ventos, ruídos e poluição e pode oferecer uma mistura de sombras e iluminação. Muitas vezes nos pátios existem elementos naturais que complementam essas funções e contribuem para a criação de uma atmosfera única.

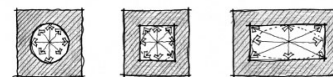


Figura 1.18: Sentido centralizado e encerramento do pátio

Sensorial

A sensação de controlo visual associada a estes espaços é muito marcante. O perímetro do pátio é uma linha de vigilância em relação ao ponto central. Nos hospitais, prisões, escolas e construções religiosas este é um aspecto que está bastante ligado à presença do pátio. Do pátio é possível ver e ser visto. Esta característica transmite segurança e aconchego para o utilizador. O encerramento do espaço para além de criar uma protecção atmosférica e acústica, oferece motivos para a percepção visual e sensorial de um contraste entre o pátio e o espaço exterior, e dos limites internos do mesmo. Os pátios também aparecem muitas vezes ligados a uma carga religiosa, relacionados com a ideia de paraíso e reflexão.

Como elemento, desvinculado das habitações ou edifícios privados, o pátio oferece qualidades, que, quando olhadas individualmente, são características arquitectónicas que podem ser adaptadas às cidades, aos bairros e aos quarteirões na procura de espaços urbanos funcionais, de qualidade e numa escala mais humana.

A principal questão deste elemento é a relação conseguida entre edifício(s) e espaço(s) adjacente(s). Ele propicia uma transição controlada entre os domínios internos e externos, públicos e privados e oferece uma grande capacidade de adaptação e flexibilidade de uso em situações distintas. É um lugar que privilegia o encontro e a ideia de comunidade, pela sua morfologia centralizada. Assim, o pátio pode ser olhado como um lugar abstracto, carregado de simbolismo, com características potenciais para se integrarem em diferentes situações, inclusive no contexto urbano.

Qualquer espaço ou elemento urbano que compõe o desenho das cidades, antes de ser desenhado, foi um resultado da ocupação do vazio por conjuntos de construções, ou uma intenção relacionada com as funções urbanas de circular e estar. As ruas eram atalhos ou simples espaços de passagem entre edifícios construídos; as praças eram largos, pontos de cruzamento entre ruas ou lugares que foram sendo rodeados de construções de forma convexa. Os quarteirões, com os seus espaços vazios internos, são os últimos elementos urbanos que faltam planejar, que merecem uma atenção tão profunda como qualquer outro espaço de cidade e que podem ser pensados como um conjunto e não como uma simples divisão de lotes para usos privados. A relação dos edifícios com o espaço adjacente dentro do quarteirão é uma matéria importante, que, quando pensada em conjunto, à escala da cidade permite o aproveitamento mais eficaz e proveitosa destes espaços. O pátio tem várias características que se encaixam nesta demanda, se pensado como um espaço aberto e colectivo, equivalente ao pátio das casas

unifamiliares. No sistema urbano, a reunião familiar característica do pátio pode ser substituída pela partilha e vizinhança, numa proposta em que o espaço é comum a todos os utilizadores do quarteirão e da cidade. Tal como o pátio nas casas da antiguidade, este “pátio urbano” deve ser pensado como o centro, um espaço vazio bem definido, proporcionado, regulador e compositivo da cidade e do quarteirão com uma relação estruturante com os cheios construídos. Assim, o pátio à escala urbana não é apenas um espaço sobrance mas antes parte integrante da construção, numa composição onde o cheio e o vazio formam um todo, uma unidade indissociável. Nesta perspectiva, as características e qualidades do elemento “pátio” podem ser utilizadas em conjunto, ou em partes nos espaços públicos, aproveitando os vazios, as sobras e as traseiras que hoje em dia existem no miolo de quase todos os quarteirões urbanos. Em alternativa, o “pátio urbano” poderá ser um novo elemento da composição, criando passagens, espaços de estada, de encontro, surpresa, comércio, vigilância interna, vida nocturna, vivência e redescoberta da própria cidade, funcionando como um motor de reabilitação e injeção de vida nos quarteirões envelhecidos e adormecidos das cidades consolidadas, ou elemento regulador de quarteirões urbanos em cidades novas ou planeadas.

2. QUARTEIRÃO E ESPAÇO PÚBLICO

“A função principal dos espaços comunitários é proporcionar o cenário para a vida entre os edifícios, para as actividades quotidianas imprevistas.”

¹(Gehl, 2006, 67)

O espaço urbano é “simultaneamente fragmentado e articulado, e esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais” (Correa, 2005). Podemos identificar o espaço público como o reflexo mais directo da evolução humana, da sua organização em sociedade e do crescimento das cidades. É o protagonista que se apoia e acompanha as relações entre o homem, a natureza, as divindades e os outros homens, e as actividades fruto dessas relações ao longo do tempo. Goitia (1982) defende que as cidades estão ligadas à história e são elas próprias história.

“A cidade, tal como a realidade histórica, nunca é independente das etapas por que passou na sua evolução: é uma actualização dessas etapas e a sua projecção em direcção ao futuro.” (Goitia, 1982, 25).

Neste sentido, uma cidade é sempre um produto inacabado e, uma vez que foi erguida sempre pelos antepassados, é sempre desactualizada, é sempre antiga, em constante mutação e actividade.

A cidade divide-se em duas esferas principais: a do espaço público e do espaço privado. Geralmente podemos identificar o espaço público como o vazio e o privado como o cheio. Um complementa o outro, e ambos formam uma unidade urbana e estão estreitamente vinculados com a forma das cidades. “A tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialéctica.” (Lamas, 2004, 86). A relação entre os cheios e os vazios, o ponto onde acaba o privado e começa o público é o reflexo mais directo das características, comportamentos, crenças e organização de uma sociedade, e, consequentemente da sua história e acções ao longo do tempo. Segundo Lamas (2004) uma cidade é uma separação entre o domínio público e o domínio privado. Os elementos físicos urbanos (ruas, praças, edifícios, quarteirões, monumentos, etc) são utilizados ao longo da história de um modo sensivelmente idêntico, actuando como denominadores comuns da produção urbana.

2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Lynch (2007) refere que, para além da revolução agrícola, o grande factor chave para a fixação e aglutinação de edificados que vieram a formar uma “urbe” se deu por motivos de culto religioso sobre fertilidade, morte e sobrevivência. As cidades da Suméria apresentavam templos enormes como pontos mais importantes de uma sociedade hierarquizada que evoluiu de relações de parentesco em aldeias para relações de classe, em cidades maiores. A base da pirâmide social era ocupada por camponeses e escravos e terminava nos sacerdotes e funcionários de estado, sendo a propriedade de terra concentrada nas mãos destes últimos. A cidade é um local de ma-

nifestações religiosas e ocupações planeadas pelas classes dominantes. Os espaços públicos de maior importância e regularizadores do aglomerado construído eram lugares de destaque para cerimónias religiosas que impunham um sentido de hierarquia urbana que reproduzia a hierarquia social de então. Nas cidades do Egipto as crenças religiosas tomam conta da organização espacial urbana, sendo que existiam duas realidades: a cidade dos vivos: temporária e desvalorizada; e a cidade dos mortos: rica, ornamentada e feita para durar para sempre, com edifícios monumentais de formas geométricas puras que se assemelhassem à grandiosidade dos elementos da paisagem natural.

No oriente os rituais divinos associados a simbolismos, hierarquias e superstições dominavam e moldavam completamente a organização da cidade. Os elementos da natureza eram determinantes: divisão em grelhas proporcionais, rigorosamente alinhadas norte-sul, direita-esquerda numa tentativa de controlo do “caos” natural e de segurança permanente para a vida humana.

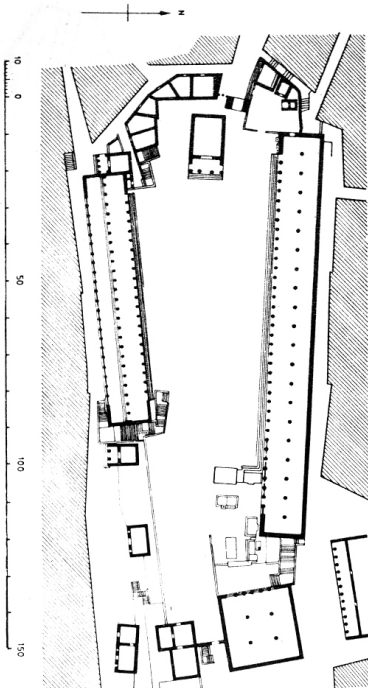
Todas estas derivações de ritos e superstições mágicas têm como base conceitos que ainda hoje são utilizados nos desenhos das cidades, da arquitectura e dos espaços públicos e que reflectem a organização hierárquica da sociedade actual: ordem, estabilidade, simetria, domínio, eternidade, monumentalidade, centralidade, etc.

Antiguidade

Na Grécia a cidade forma um organismo que funciona como um todo e é dividida em três partes distintas: áreas privadas (moradias todas do mesmo tipo que diferem em tamanho); áreas sagradas (os recintos, monumentos e templos dos deuses); e as áreas públicas (destinadas a todas as actividades políticas, comerciais, teatrais, desportivas, etc.).

Estas áreas públicas foram desenvolvidas tanto pela civilização grega como pela romana, em paralelo com uma ideia de democracia e participação da sociedade em decisões de interesse público. Os espaços públicos, principalmente o Ágora, para os gregos, e Fórum, para os romanos (as principais praças públicas e o centro da actividade com características e importância urbana semelhantes) eram palco de todas as discussões políticas, festas, manifestações e grandes trocas comerciais. Eram de importância suprema na vida diária dos cidadãos, tudo passava por estas praças. Actividades como jogos, sacrifícios religiosos e performances dramáticas e artísticas eram sempre dadas ao ar livre, no espaço público, acessíveis a todos. A configuração tanto do Ágora como do Fórum era fechada e rodeada de stoa (pórticos com colunatas cobertos), o que impingia a estas praças uma sensação de encerramento, como num “pátio”, ainda que se tratasse de uti-

Figura 2.1: Ágora helenística de Assos



lização pública. Camillo Sitte (cit. in Baixinho, 2010) compara as casas com pátio romanas e gregas com as suas cidades, pois nas casas os espaços internos organizavam-se em redor de um pátio e nas cidades as construções urbanas dispunham-se em volta da ágora ou fórum, sendo os espaços livres os protagonistas em ambas as situações.

As ruas e o tecido urbano das áreas residenciais era simples e modesto, em contraste com os lugares públicos de grande investimento colectivo e artístico.

Segundo Lamas (2004) o quarteirão grego acompanha a quadrícula reticulada utilizada muitas vezes como forma de organização fundiária do solo essencialmente para construção de habitação, sendo a localização dos edifícios públicos independente da malha geométrica. “As retículas parecem ser essencialmente um meio de loteamento residencial, ainda sem referências estéticas precisas.” (Lamas, 2004, 148). O quarteirão é posteriormente dividido em lotes que correspondem a parcelas atribuídas a cada família. Não existe divisão entre logradouro e construção, nem espaços intersticiais, sendo que as habitações se desenvolviam frequentemente em redor de um pátio interno ocupando áreas distintas. As fachadas ou muros das construções separam a residência privada da rua pública. O quarteirão romano continua este tipo de ocupação, cada parcela sendo ocupada por uma villa ou uma insulae. No entanto a habitação é mais caprichada do que na Grécia, devido à organização social que permitia a existência de famílias mais poderosas. O quarteirão romano também pode ser ocupado por edifícios públicos que se inseriam na rede de traçados sem os modificar.

Cidade Islâmica

Ao contrário da cidade pública e democratizada da época romana e grega, a cidade árabe é totalmente privatizada e apoiada no sentido religioso da existência. Como já vimos anteriormente, as ruas são simples intervalos entre os edifícios privados, e a vida dos habitantes é centralizada nos pátios privados. Como indica Goitia (1982, 13) o espaço correspondente ao agora ou fórum romanos é o pátio das mesquitas, mas neste caso já não se trata de política, mas de religião, onde o ambiente não é de discussão e dialéctica mas sim de meditação e silêncio. Nas cidades podemos encontrar uma vida mais activa e social nos bazares e ruas ou galerias de intenso comércio, mas estas são situações puramente funcionais.

Ainda segundo o mesmo autor, a organização (ou falta dela) do espaço “público” árabe reflecte uma sociedade com pouca noção do “bem comum”, sendo que a rua representa a ordem ou a lei geral que se sobrepõe à vontade individual, representada pela casa. Nestas cidades onde as ruas são deixadas para segundo plano e a casa e os edifícios privados são o centro de uma

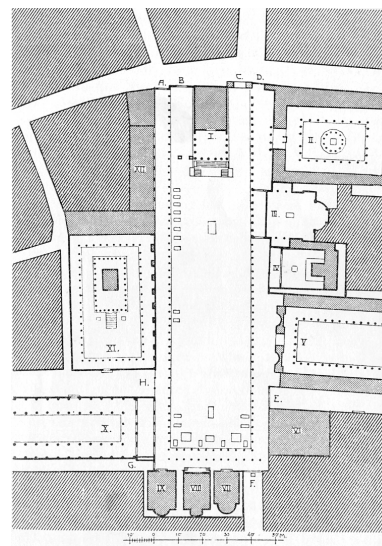
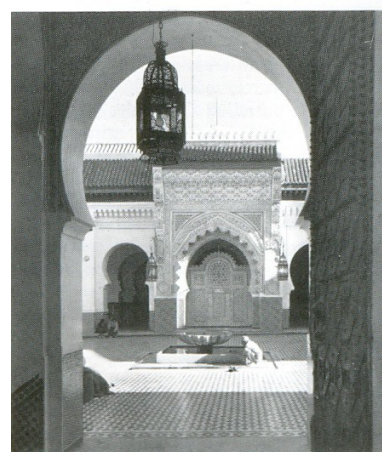
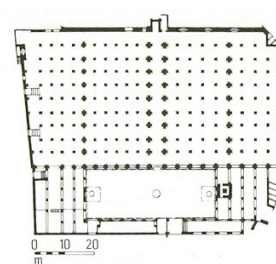


Figura 2.2: Fórum de Pompeia

Figura 2.3: Mesquita em Fez, Marrocos



sociedade, o espaço público pode ser considerado inexistente ou muito pouco valorizado/apreendido.

Época Medieval

Após a queda do império romano a vida urbana abrandou em virtude das invasões bárbaras que levaram à destruição de muitas cidades da antiguidade e à consequente instalação de um clima de medo e necessidade de protecção. A muralha era agora uma premissa urbana, presente em todas as cidades. Estes muros eram um limite ao crescimento urbano, obrigando as construções a racionalizar o espaço disponível, resultando em cidades muito densas, pouco ou nada planeadas, com reduzido espaço público e com um forte carácter de improvisação e irregularidade. A partir dos séculos X e XI a estabilidade política e o ressurgimento do comércio voltam a animar as cidades. O comércio é a actividade social mais importante e destacada desta época e está ligada ao surgimento na sociedade da classe burguesa. O espaço público é o local ideal para a realização de trocas comerciais, sendo esta a actividade “pública” mais importante e definidora da hierarquia viária pela maior ou menor concentração de actividades comerciais, levando a ruas mais ou menos largas, que organizavam as cidades aparentemente desorganizadas. A escala monumental das cidades gregas e romanas vai sendo abandonada e substituída por uma morfologia mais intimista cujo desenvolvimento se apoia em classes sociais: os artesãos, comerciantes e burgueses. As funções urbanas não estavam segregadas; habitação, comércio, lazer, trabalho, etc, coexistiam todas no mesmo local, e podia existir mais do que um centro urbano. As ruas são feitas para andar a pé e aceder aos edifícios ou lojas dos pisos térreos, sendo a própria rua uma extensão dos mercados onde também se vende e negocia.

Segundo Lamas (2004) os quarteirões eram definidos e definiam o limite e alinhamento das ruas sendo densamente ocupados, mas contendo, normalmente no seu interior, hortas, jardins e espaços livres. As fachadas passam a ter um grande poder comunicativo e comercial. “O sistema constituído pelo quarteirão, logradouro, prédio e fachada surge na Idade média e com variações vai manter-se até aos nossos dias.” (Lamas, 2004, 154). O quarteirão deixa de ser apenas um meio de loteamento e divisão do solo, para passar a ser um elemento morfológico do espaço urbano.

Sendo os espaços públicos das cidades medievais muito reduzidos, irregulares e limitados, as praças e largos eram lugares ainda mais destacados, oferecendo um intervalo de respiração na densa malha urbana. Eram como salas de estar da sociedade, onde tudo acontecia, o lugar público por excelência. O desenvolvimento do mercado é paralelo ao desenvolvimento destes espaços públicos e para além das evocações religiosas (adros e praças

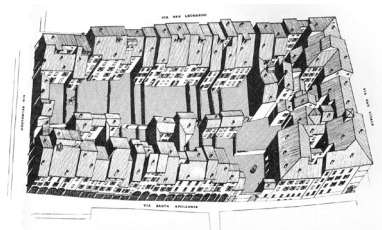


Figura 2.4: Quarteirão medieval

de igrejas) as praças dos mercados eram palco de manifestações lúdicas e festivas, escrituras, decisões jurídicas, castigos, etc. Era o encontro da cultura erudita com a popular. Como defende Lamas (2004), o mercado é a razão principal da cidade enquanto lugar de trocas e serviços.

Este foi um período muito longo da história, e, conseqüentemente, de grande diversidade, sedimentação e mudança nas tipologias urbanas e habitacionais que vão influenciar a organização das cidades europeias durante muito tempo.

Renascimento

28

No renascimento a evolução da ciência, matemática, geometria, imprensa, etc., transforma a sociedade e o pensamento humano, o que se reflete numa nova organização das cidades, transformando-as em lugares geometricamente desenhados, planejados e organizados, na busca da perfeição e harmonia geométrica. Surge como um movimento de oposição à existência das cidades medievais, e a retoma pelos modelos clássicos da antiguidade. “Os homens do século XVII e XVIII trataram, portanto, de racionalizar a cidade, de pensá-la mais geométrica, por considerarem que tudo o que estava para trás era apenas obra do acaso.” (Goitia, 1982, 26).

Este período estende-se desde os princípios do século XV até finais do século XVIII, tendo várias fases distintas (desde o primeiro Renascimento, Barroco, Rococó e Neoclássico) ainda que exista um fio condutor entre todas. O Renascimento procura a rigidez geométrica da linha recta, da perfeição e harmonia do planeamento, enquanto o Barroco opta pela linha fluida e movimentada, pela perspectiva e ilusão de óptica através da geometria inquietada. Estas características reflectem-se no desenho das cidades e do espaço público.

A rua é um elemento de grande importância. Ela passa a ser mais que um percurso funcional, assumindo importância visual e perspectiva. No Renascimento inicial a rua é rectilínea e simétrica, enquanto que no Barroco é cenográfica e surpreendente. A quadrícula geométrica passa a integrar um sistema de hierarquia e é muito utilizada em contraste com a malha urbana irregular medieval. Neste período a introdução de espaços verdes complementa as funções sociais das praças e outros espaços públicos. Surgem as alamedas, passeios públicos e arborização de rua.

Segundo Lamas (2004) é a partir do Renascimento que a praça se inscreve e ganha importância em definitivo na estrutura urbana e passa a ser obrigatória e desenhada nos planos urbanos nos séculos XVIII e XIX. A praça é agora mais que um vazio urbano. Funciona como um espaço singular e faz parte da estrutura social e do cenário quotidiano urbano. É o lugar público onde se inserem os edifícios principais e monumentos, adquirindo um va-

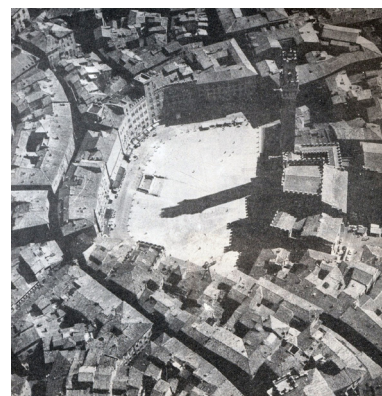


Figura 2.5: Praça do Campo em Siena

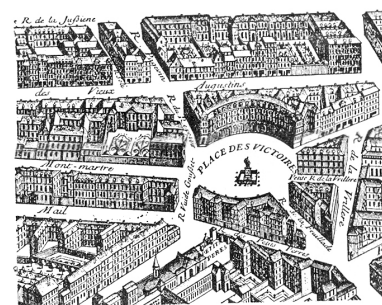


Figura 2.6: Place des Victoires, Paris

lor funcional e político-social, além de simbólico e artístico.

Em Espanha um dos elementos urbanos mais singulares e destacados é a Plaza Mayor. Este é sempre um lugar de destaque nas cidades, central e bem definido espacialmente, de carácter encerrado mas que participa, organiza, referencia e pertence a toda a cidade. A sua centralidade é, não só geométrica, mas também simbólica, pois este é o espaço público mais importante e onde se realizam actividades de qualquer tipo: festivas, espontâneas, formais, quotidianas, comerciais, etc. A sua origem é pouco definida, mas sabe-se que desde o século XVI é um elemento constante de utilização ininterrupta. A planta é geralmente rectangular, rodeada de edifícios de fachadas homogéneas e uniformes criando um conjunto proporcional e harmonia entre planta e alçado, como um objecto só. Antes de serem planeadas já existiam Plazas Mayores, que surgiam espontaneamente no tecido urbano e se acomodavam à topografia e cidade existente, resultantes do passar do tempo e das necessidades urbanas. No entanto a característica de encerramento espacial permanece, e muitas vezes é amplificada pela utilização de arcadas que dão a volta ao perímetro interno da praça em todo o piso térreo e por entradas na praça através de túneis, sem interromper a continuidade das fachadas.



Figura 2.7: Plaza Mayor, Madrid

Goitia (1982, 118) questiona-se: “A tendência, tão espanhola, para estes espaços reclusos (referindo-se às plazas mayores espanholas) em contradição franca com a estrutura de viação da cidade, poderá ter como antecedente os pátios fechados das mesquitas?”

Segundo Lamas (2004), a partir do Barroco, o quarteirão é aprimorado, assumindo formas, dimensões e volumes diferentes conforme a sua localização: ou como resultado dos traçados urbanos de formas irregulares (como nos quarteirões do Bairro Alto, ou de Paris de Haussman), ou como elemento morfológico base gerador de cidade por repetição (como na Baixa Pombalina ou cidades de colonização ibérica da América do Sul). A sua organização é sempre por ocupação dos lotes na periferia do quarteirão deixando vazios no seu interior que ou eram ocupados por hortas e jardins em continuidade com o modelo medieval (Bairro Alto) ou quase desaparecendo em pequenos saguões de serviço e ventilação (como na Baixa Lisboa). O quarteirão também pode ser ocupado por um único edifício especial ou espaço público como praças. Nesta época estabelece-se a perfeita identidade entre traçado viário e fachadas dos edifícios. Estas simbolizam o prestígio das famílias burguesas e nobres, sendo frequentes os palácios urbanos delimitando ruas importantes que sustentam o sistema social. Os princípios estéticos de ordem, ritmo e proporção, etc., primeiramente utilizados nos palácios, espalharam-se a edificações mais correntes, tornando



Figura 2.8: Quarteirões da Baixa Pombalina, módulo compositivo do plano urbano

as fachadas um elemento compositivo do espaço urbano, constituindo uma unidade estética e visual, pensada como arquitectura em três dimensões.

Época Contemporânea¹

No final do século XIX e início de XX, na Europa, foram feitas várias experiências e reflexões sobre modelos de desenvolvimento urbano ideal, fruto de ideologias socialistas e higienistas que surgiram em resposta a uma sociedade em mudança e crescimento industrial e urbano exponenciais que acarretava sérios problemas de salubridade e condições de vida da população. O aparecimento e explosão de transportes como o comboio, de novos materiais de construção e outras tecnologias industriais e fabris de produção em massa, em conjunto com o rápido e descontrolado crescimento demográfico resultante de uma migração populacional para as cidades em busca de novas oportunidades de emprego fruto dessa mesma revolução da indústria, transformaram as cidades num lugar caótico e insalubre, que não conseguiam acompanhar as transformações sociais e humanas que aconteciam. Era urgente um planeamento urbano racional e funcional adaptado a esta nova realidade, que resolvesse, principalmente o problema habitacional, mercado que se encontrava completamente sobrecarregado.

Em paralelo surgem nesta época várias ideologias, propostas e pensamentos sobre modelos utópicos de cidades ideais que resolvessem os problemas urbanos emergentes. Novos planos urbanos concretizados na prática (como o plano de Haussman de Paris ou o plano de expansão urbana de Barcelona, de Cerdà), e ideias teóricas, como dos socialistas utópicos, o Falanstério de Fourier, as Cidades Jardim de Howard, a Cidade Industrial de Garnier, etc. iniciaram o motor da busca, pesquisa e experimentação dos pensamentos que transformaram esta época numa das mais vanguardistas, optimistas e revolucionárias da história.

As transformações de Haussman em Paris consistiram em intervenções na cidade histórica existente com o objectivo de melhorar a circulação dentro da mesma com a abertura de novas avenidas ligando pontos importantes, eliminar a insalubridade instalada pelo crescimento industrial através da modernização construtiva e reorganização dos quarteirões, e revalorização dos monumentos pela abertura de eixos viários com alinhamentos e perspectivas. O quarteirão é um produto residual dos traçados e não um módulo de composição urbana. A forma é irregular, poligonal, triangular ou em bloco, com apenas um saguão de ventilação interno. O parcelamento do quarteirão é feito perpendicularmente à rua, sendo a divisória entre lotes correspondente à bissetriz do ângulo formado pelas ruas. São evitadas parcelas de rua a rua ou demasiado extensas sobre o plano marginal. As fachadas foram desenhadas para formarem uma unidade arquitectónica

1. Aqui entendida como idade contemporânea ou seja, o período que começou em finais do século XVIII - com a revolução francesa - e abrange os tempos atuais, conforme dicionário da Língua Portuguesa (em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa>)

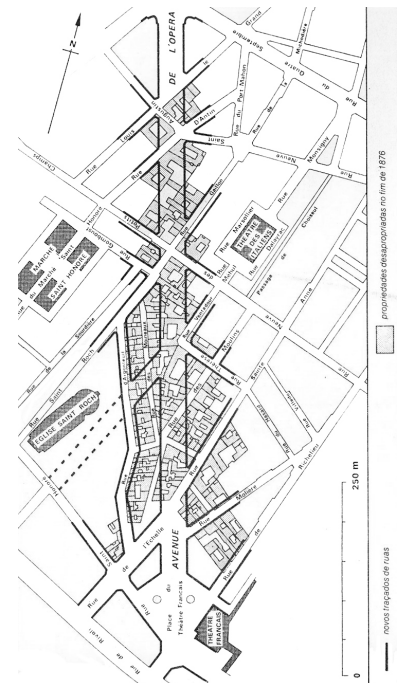


Figura 2.9: Opções do novo traçado urbano de Paris por Haussman

Figura 2.10: Quarteirões resultantes dos traçados - Paris de Haussman

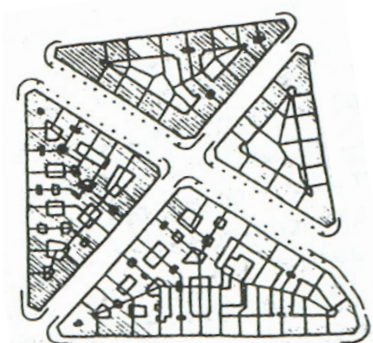


Figura 2.11: Plano de expansão de Barcelona

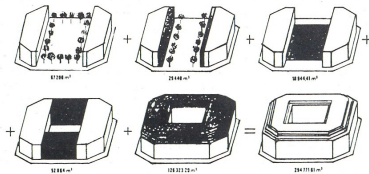


Figura 2.12: Evolução dos bairros de Barcelona por densificação

através dos seus materiais e elementos construtivos que mudou completamente a imagem da cidade. O interior dos bairros é dotado de grande complexidade funcional e espacial moldando a vida social e a imagem de Paris. Em algumas situações os bairros são rasgados por galerias comerciais públicas no nível térreo abrindo novas permeabilidades dentro destes, deixando de ser elementos impenetráveis.

O plano de Ildefonso Cerdà para a expansão urbana de Barcelona marcou uma ideologia de cidade moderna de grande força onde os bairros, o seu miolo e os espaços livres internos ganham destaque e participam como elemento compositivo da cidade. O plano assenta numa grelha ortogonal com vias de 20m e quadras de 113m x 113m com ocupação perimetral em dois ou três dos lados, onde os edifícios deveriam ocupar até dois terços da superfície do bairro deixando as áreas internas abertas para uso público, com áreas verdes e equipamentos, em busca de uma cidade mais arejada. Os edifícios estavam orientados de maneira a expor a menor área de fachada possível a norte e podiam, assim, receber luz directa e ventilação, procurando dotar todos os espaços internos de qualidade ambiental e, ao mesmo tempo, oferecer espaços de repouso públicos hierarquicamente organizados dentro da malha urbana, homogénea e bem definida. O bairro tem um papel participativo na cidade, e os seus espaços internos são presentes na vida urbana e não ocultos como acontece na cidade tradicional. As fachadas do bairro deixam de ser o limite rígido do espaço público. No entanto as ideias originais de Cerdà foram sendo alteradas e apenas permaneceu o traçado do sistema viário, enquanto que os bairros foram sendo ocupados massivamente em todas as faces e no seu interior, fechando-se sobre si próprios e aproximando-se do desenho tradicional de bairros de cidade. As razões podem ser várias. A vontade humana e a vida quotidiana prevalecem sempre sobre qualquer plano. Mas elas reflectem hábitos de vida da cidade tradicional, ou será que o modelo de bairros com espaços internos livres não foi adoptado por não ser funcional no contexto e tempo em que foi experimentado? Ou ainda, terá a especulação imobiliária sobre a ocupação dos terrenos se sobreposto a todas estas possibilidades?

Figura 2.13: Interior de bairro revitalizado pelo plano Pró-Eixample



Hoje existem planos de revitalização (como o Pró-Eixample) do interior dos bairros da cidade, com o objectivo de devolver à cidade o espaço público dentro dos bairros que foi sendo privatizado e ocupado ao longo do tempo.

Em Amesterdão e Viena também foram experimentadas novas maneiras de expansão urbana e ocupação de bairros, procurando novas respostas, sob fundamentos socialistas e higienistas, para o problema habitacional que se verificava nesta época em toda a Europa. Segundo Casciato (2003),

em 1905 Amesterdão foi a primeira cidade a criar um código de construção, impondo novas regras urbanas que procuravam a homogeneidade da cidade e a salubridade das habitações. Existia uma área mínima fixa para pátios, o que levou à construção perimetral homogénea de grandes blocos em redor de um jardim, que geralmente era privado, mas por vezes de uso público. Entre a primeira e a terceira década do século XX o modelo habitacional mais comum na cidade era precisamente o super bloco fechado. As células de habitação inseridas nos blocos reproduziam ao máximo as características das casas tradicionais holandesas: rés-do-chão directamente aberto para a rua, e prolongadas para trás onde terminavam num pequeno jardim. As regras colectivas continuavam a permitir a intervenção individual, mas defendiam um modelo socialista de grande homogeneidade urbana que gerou uma imagem forte na cidade de Amesterdão. Foram feitos vários planos de expansão da cidade, entre eles, o plano Zuid, de Berlage (de 1915), que previa uma grande expansão da cidade para sul, com grandes blocos habitacionais, onde

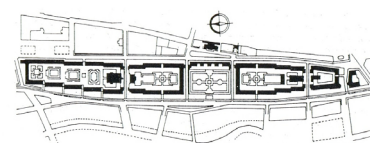
“(…) as quadras ainda são resultado do sistema viário, porém contribuem como instrumentos de ordenação dos edifícios perante uma nova hierarquia de vias e espaços urbanos através da construção diferenciada das esquinas (...) e evolução do miolo da quadra. Inicialmente destinado exclusivamente para jardins internos das unidades residenciais térreas, o espaço interno evolui a partir da redução dos jardins privados e inserção de ruas e pátios internos destinados ao uso semi-público.” (Figuerola, 2006)

Em Viena, depois da primeira guerra mundial a situação de destruição, pobreza e falta de habitação e condições mínimas de salubridade tornou-se ainda mais gravosa, exigindo soluções urgentes. A então administração social-democrata da cidade impôs um programa de reforma social extenso e abrangente que incluía a construção de grandes blocos de habitação. Neste contexto, uma das intervenções mais famosas é o Karl-Marx-Hof: uma enorme estrutura habitacional colectiva contínua, com mais de um kilometro de extensão, contendo serviços e grandes espaços comuns livres e abertos à cidade no seu interior. Esta intervenção é formada por uma ocupação perimetral extensa, com pátios internos ajardinados acessíveis por aberturas porticadas que penetram o quarteirão. Os apartamentos são pequenos e os espaços privados ocupam uma parte minoritária do conjunto (20%), concentrando nos pátios a ideia de partilha e comunidade, numa escala e ideologia grandiosas.

Outras consequências práticas das teorias utópicas do início do século foram as discussões desencadeadas que levaram à sistematização de ideias para a constante busca e experiência de um modelo urbano funcional. Neste contexto a carta de Atenas dos CIAM, em 1933, é um momento im-



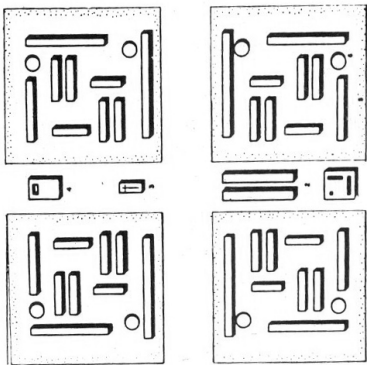
Figura 2.14: Plano Zuid de Amesterdão



Figuras 2.15 e 2.16: Karl-Marx-Hof, Viena

portantíssimo para a criação de directrizes de resolução dos problemas identificados. Na procura de cidades com mais ar, sol e vegetação as funções urbanas são separadas, e actividades como lazer, trabalho, circulação e habitação ganham independência formal e espacial, passando a cidade a funcionar por sectores. Este princípio teve várias e diferentes repercussões nas intervenções urbanas e no modo de pensar e fazer cidade em todo o século XX. O conceito de quarteirão da cidade tradicional sofre grandes alterações, o espaço construído torna-se totalmente independente das vias de circulação dando primazia ao espaço livre. Os edifícios verticalizam-se para otimizar o uso do solo, orientam-se livremente na quadra procurando a melhor insolação e ventilação de espaços interiores, e apoiam-se sobre pilotis conquistando ao nível térreo o espaço público contínuo e permeável em todas as direcções. Le Corbusier foi um dos arquitectos e urbanistas que mais desenvolveu e procurou por em prática estas premissas.

Um dos exemplos mais marcante da concretização destas ideias à escala urbana foi a construção de uma nova cidade nascida do zero, num local sem pré-existências urbanas, onde todas as possibilidades estavam em aberto: o plano piloto da cidade de Brasília para ser a nova capital do Brasil. Plano urbano fruto de um concurso ganho pelo urbanista Lúcio Costa no final da década de 1950, e que foi concretizado em apenas três anos, quando foi inaugurada a cidade. Esta ideia vanguardista e radical de criar uma nova capital de um país num planalto vazio sem história nem memória reflecte o momento de optimismo e prosperidade política e económica que se vivia, mas também a vontade de mudar e de manifestar mundialmente as premissas da nova “época”. Nasce uma cidade magnífica e monumental, com funções urbanas sectorizadas e autónomas segundo os princípios da carta de Atenas: circulação, habitação, trabalho e lazer. Os quarteirões são organizados de forma a conterem o máximo de espaço verde, livre e público, onde os edifícios habitacionais se levantam do chão permitindo a permeabilidade visual e física ao nível do solo infinita, seguindo as premissas da mesma carta. Aqui, o quarteirão dilui-se (agora chama-se “superquadra” – com dimensões aproximadas de 250x250 metros) e o espaço entre os edifícios e a rua (incluindo por baixo dos pilotis) é tão público quanto esta. A disposição dos edifícios no quarteirão já não é regulada por lotes, mas por projecções de ocupação e as alturas dos edifícios são limitadas a no máximo 6 pisos. Na área residencial os quarteirões são pensados para se articularem entre si, e a cada 4 superquadras compoem uma unidade de vizinhança que integra espaços de comércio, serviços e lazer (incluindo escolas, cinema, igreja, centros de saúde e desportivos), suprimindo as necessidades da vida diária dos habitantes.



Figuras 2.17 e 2.18: Super-Quadrads, Brasília

2.2. QUARTEIRÕES ABERTOS

“O quarteirão é um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes) para construção de edifícios.” (Lamas, 2004, 88).

O quarteirão é um elemento que agrupa unidades (lotes, edifícios e ruas) mas também constitui uma parte da estrutura urbana estabelecendo relações entre os espaços públicos, semi-públicos e privados.

Sobre o espaço dentro dos quarteirões, Oliveira defende que:

34 “O miolo do quarteirão é o espaço interior de uma quadra, um conjunto de pátios ou quintais não edificadas e delimitados pela massa construída que configura as fachadas e alinhamentos das ruas. É o espaço vazio contido dentro do quarteirão e que se forma pela existência de elementos construídos. Estes espaços contidos no lado inverso às ruas e fachadas encontram-se isolados parcial ou totalmente da esfera pública urbana.” (Oliveira, 2009, 17).

A autora refere ainda que o espaço interno dos quarteirões poderia funcionar como uma praça ao ter dupla funcionalidade e sentido: estada e passagem.

Segundo Carmona et al. (2010) a cidade é constituída, simplificada, por ruas, edifícios e lotes, sendo as ruas, e outros espaços públicos, o elemento mais permanente e menos modificável ao longo do tempo. Edifícios individuais, usos do solo e actividades são elementos em constante mutação na cidade. Tão importante como desenhar o espaço público (vazio) é desenhar o espaço privado (cheio) e principalmente prever a relação entre eles, para que a cidade não seja apenas uma junção de partes mas um conjunto coeso, dinâmico e funcional.

Os quarteirões urbanos são divididos em lotes, sendo a forma de parcelamento e ocupação dos mesmos uma das condicionantes fundamentais no aspecto final do quarteirão e, por consequência, na imagem da cidade. A configuração, e ocupação das parcelas (lotes) determinam directamente a forma e conteúdo do seu miolo interno, havendo possibilidades e variações infinitas de ocupação ao longo da história e nos diferentes territórios do mundo, desde os blocos maciços da cidade medieval até aos quarteirões modernos de ocupação livre.

Sobre a relação entre edifícios e espaço público Carmona et al. (2010) discutem a existência de essencialmente dois tipos de sistemas de espaços urbanos: ou os edifícios definem o espaço, ou os edifícios são objectos no espaço.

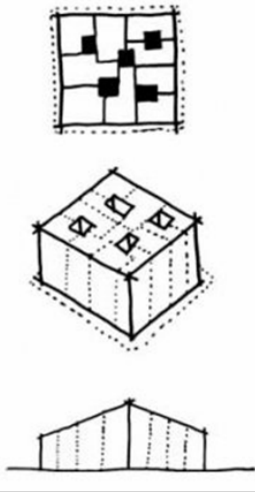


Figura 2.19: Quarteirão Tradicional

O primeiro pode ser chamado de “tradicional”, sendo utilizado como norma durante a época pré-industrial, e o segundo corresponde à época moderna, acompanhando todas as evoluções dos pensamentos e atitudes de mudança e vanguarda da época industrial.

Fruto de um longo processo histórico, o quarteirão urbano “tradicional” (quando os edifícios definem o espaço) resulta numa composição em que os cheios e vazios são indissociáveis e os espaços privados e públicos são totalmente perceptíveis e bem definidos, procurando a economia e densidade na ocupação do terreno. “No espaço urbano tradicional, o tecido é relativamente denso, e os edifícios são normalmente construídos adjacentes uns aos outros ao longo da rua. Assim, as fachadas dos edifícios constituem as ‘paredes’ do espaço aberto.”¹ (Carmona et al., 2010, 85). A fachada tem a função não só de conter o espaço livre mas também de comunicar com ele e imprimir-lhe identidade e carácter. Do mesmo modo, as laterais e traseiras dos edifícios são menos cuidadas e mais mundanas, pois não são vistas pelo espaço público. Segundo os mesmos autores, os lotes começam por ser terrenos estreitos na perpendicular às ruas ou vias de circulação onde as frentes eram mais importantes e se iam alinhando em redor das ruas fechando blocos no seu perímetro com a consequente ocupação orgânica incremental estendendo-se no interior do bloco.

Acerca da configuração dos quarteirões nas cidades tradicionais Figueroa (2006) afirma que

“(…) a quadra da cidade tradicional se caracteriza por ser claramente delimitada e homogênea. Uma massa compacta que apresenta uma relação desproporcional entre uma grande quantidade de espaço construído em contraposição a escassos e fragmentados espaços livres habitualmente destinados apenas para a ventilação das habitações. A arquitetura, restrita a fachada, se expressa neste momento apenas de forma bidimensional.” Figueroa (2006).

Este tipo de organização é fruto de um modo de desenvolver a cidade que parte do desenho das redes de circulação públicas, sendo o quarteirão o elemento sobranante na composição, com uma forma determinada pelo cruzamento do traçado viário e não um modulo compositivo da estrutura urbana, onde a fachada é o elemento que faz a relação entre o espaço público e privado, reflectindo das organizações internas e expressão estética da época.

Em contraste, na época modernista, no sistema em que os edifícios são objectos no espaço, a cidade nasce de dentro para fora, os edifícios são pensados isoladamente desde a sua célula habitacional, sendo o aspecto e organizações exteriores resultado da funcionalidade interna baseada em ideias de abertura, higiene, ventilação, movimento, etc. A relação dos edifícios

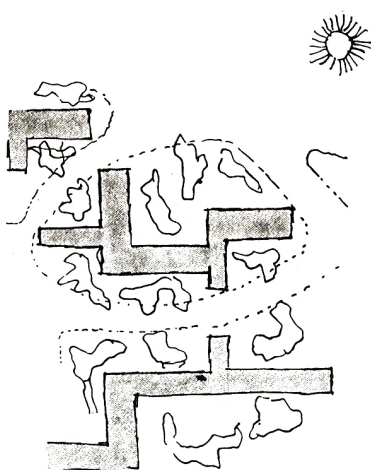


Figura 2.20: Quarteirão Moderno

1. Tradução livre da autora

com o espaço é apenas um produto do planeamento interno e muitas vezes o espaço resulta como sobran­te. (Carmona et al. 2010)

Portzamparc (1997) também divide a história das cidades em “Eras” equivalentes.

A primeira corresponde a uma cidade de formas muito diversificadas e espalhadas ao longo dos séculos, com uma constância notável, onde a rua se apresenta como o elemento principal de um esquema organizador. É um modelo de cidade compacto, fechado, de protecção. Planeada ou não, a rede urbana baseia-se numa composição de espaços públicos definidos pelos privados. Nesta época o ideal de harmonia reside na homogeneidade do conjunto, conseguida pela repetição e evolução de modelos semelhantes.

36

A segunda Era, segundo o mesmo autor, está fundada sobre uma inversão da primeira. Uma época em que o curso da história ficou alterado por uma ruptura e interrupção na velocidade de crescimento e organização urbana, uma mudança muito repentina. “(...) não planificamos mais a cidade segundo os vazios dos espaços públicos, mas a partir dos objectos cheios sucessivos.” (Portzamparc, 1997). Equivalente à época modernista apresentada por Carmona et al. (2010), as cidades passam a ser planeadas de dentro para fora, os imóveis são autónomos, indiferentes ao entorno. Tendem a ser universais. Nesta época a noção de standard contribui também para uma homogeneização das cidades, procura-se uma norma industrial unificadora, apoiada na ideia de repetição e não de imitação.

“Curta e ao mesmo tempo entorpecente, esta época provocou tamanha desordem na longa história da cidade que seus ruídos ainda podem ser ouvidos. Houve um antes e um depois. Dois períodos da cidade sucederam-se, um querendo suprir o outro.” (Portzamparc, 1997).

Portzamparc defende, finalmente, uma terceira Era da cidade, correspondente à actualidade. Hoje em dia a homogeneidade das linguagens e estilos está fragmentada, a arquitectura é mais global, mais desprendida de soluções construtivas únicas dos lugares e das culturas, num crescimento constante da complexidade das técnicas, necessidades e aspirações, que acompanham o ritmo acelerado das mudanças sociais a caminho da desmaterialização das coisas. Esta terceira Era não se trata de uma abordagem de substituição radical (como na segunda Era), mas de modificação e reciclagem do existente, procurando adaptar-se às diferentes lógicas dos espaços construídos e livres da cidade herdada. Procura a redefinição das relações entre cheios e vazios num esquema de quarteirões abertos que sintetiza e concilia a dupla herança da primeira e segunda Eras, permitindo a diversidade e pluralidade da arquitectura contemporânea, integrando ainda uma incógnita correspondente às características do mundo actual que lida com a imaterialidade e a complexidade das grandes metrópoles.

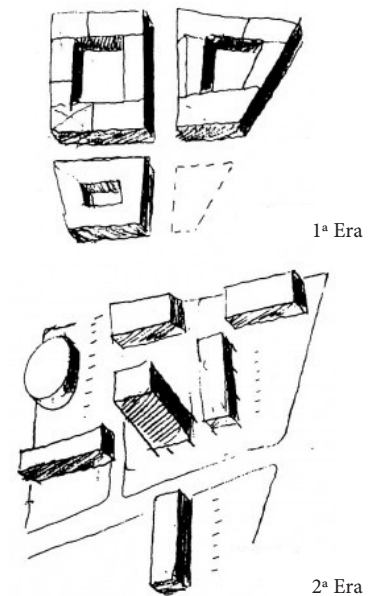


Figura 2.21: Quarteirões da primeira e segunda “Eras” segundo Portzamparc

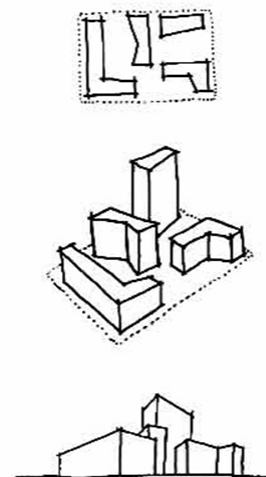


Figura 2.22: Quarteirão aberto

“A quadra aberta permite reinventar a rua: legível e ao mesmo tempo realçada por aberturas visuais e pela luz do sol. Os objectos continuam sempre autónomos, mas ligados entre eles por regras que impõem vazios e alinhamentos parciais. Formas individuais e formas colectivas coexistem. Uma arquitectura moderna, isto é, uma arquitectura relativamente livre de convenção, de volumetria, de modenatura, pode desabrochar sem ser contida por um exercício de fachada imposto entre duas paredes contíguas. As fachadas externas deslocam-se com alternância, constituindo uma atmosfera densa e íntima. Os vazios, os intermédios, dão lugar a terraços privativos que permitem passar a luz e o olhar.” (Portzamparc, 1997)

Esta perspectiva aproxima-se do objecto defendido nesta dissertação, onde o quarteirão se assume como uma oportunidade de criar, desvendar, libertar e oferecer espaços de transição entre o espaço privado, construído, e o espaço público envolvente, melhorando e refazendo a relação entre os edifícios e os seus espaços adjacentes. Estes espaços podem oferecer-se como lugares de características diferentes da envolvente, aproximados à escala, intimidade e singularidade do pátio, da sua função de transição entre domínios e do seu relacionamento inseparável e regulador entre os cheios e vazios, através da libertação do espaço privado para uso público ou semi-público.

Em qualquer tipo de quarteirão esta é uma abordagem possível de ser criada, quer pela intervenção em casos existentes, quer pelo desenho de novos quarteirões ou edifícios. Nos casos já existentes, nos quarteirões tradicionais, os espaços sobrantes e de traseiras no interior do miolo podem ser unificados e abertos formando espaços públicos internos resguardados do exterior. Nos quarteirões modernos a separação física entre edifício e espaço público pode permitir a existência de bolsas de transição, oferecendo a vantagem de serem lugares mais visíveis e ligados com a rua, podendo ser assumidos como prolongamentos directos desta, em constante diálogo entre os espaços públicos e privados.

Nos quarteirões construídos de raiz, os espaços internos podem ser pensados para que tenham uma relação cheio-vazio complementar, e que estes possam servir a cidade e interligar-se com a rede de espaço públicos existente.

Em qualquer caso estes espaços devem servir, primeiramente, os utilizadores diários dos edifícios adjacentes. Ainda que possam estar abertos ao público em geral, os utilizadores frequentes são, à partida, os que estão fisicamente mais próximos, e que irão utilizar o espaço envolvente em primeiro lugar.

Uma característica da malha urbana importante definida por Carmona et

al. (2010) é a permeabilidade, um ambiente que ofereça às pessoas a escolha de rotas quer dentro da malha quer através dela. É uma medida de oportunidade de movimento, resultando na prática numa melhoria de acessibilidade. O movimento de peões é compatível com a noção de ruas enquanto espaço social. As movimentações baseadas em automóveis são pura circulação, onde os carros privados assumem o controlo sobre o espaço público. Oportunidades para interacção social só ocorrem quando o carro for estacionado. Nas cidades modernas onde a circulação é separada das restantes funções urbanas, as ruas (para os peões) transformaram-se em vias (para os carros). “Contendo apenas movimento, as vias dividem e separam áreas; contendo espaço social e movimento as ruas passeáveis interligam edifícios e actividades através do espaço.”¹ (Carmona et al., 2010, 84)

38 Assim, os espaços livres dos “quarteirões abertos” aparecem numa perspectiva de mobilidade urbana pedonal, através da fragmentação dos quarteirões, tornando-os permeáveis às pessoas e à cidade. O grande objectivo seria a criação de um novo tecido urbano complementar, não rompendo com o antigo, uma nova ramificação abrindo fendas nos espaços existentes para a restituição do tempo lento do peão, permitindo aos cidadãos reconquistar a cidade e criar livremente a sua própria “deriva urbana”.

3. VITALIDADE DOS ESPAÇOS URBANOS

“A ordem nunca deve ser: Edifícios-Espaço-Vida. Mas sim: Vida-Espaço-Edifícios. Devemos sempre começar com as pessoas e terminar com os edifícios”¹ (Gehl, 2009, cit in: Echavari et al., 2009, 183)

1. Tradução livre da autora

Mais do que permitir a existência de espaços públicos ou livres no interior de quarteirões urbanos, é importante garantir a sua vivacidade e pertinência no lugar onde estão inseridos. Tal como desenhar qualquer outro espaço urbano como uma praça ou rua, é essencial pensa-los para serem utilizados pelas pessoas: seguros, confortáveis, funcionais, e, conseqüentemente, vivos e atractivos. As pessoas são a principal razão de existir das cidades e é para os peões que os espaços públicos devem ser pensados e por eles que devem ser utilizados. Neste âmbito, um dos assuntos determinantes para este estudo é a interacção entre edifício e espaço adjacente num contexto de utilização pública. Importa reconhecer o complexo universo em que se inserem estes espaços: Os edifícios pertencem a quarteirões, os quarteirões a bairros e os bairros a cidades. O espaço público é o elemento articulador e estruturador de todos estes componentes urbanos e desempenha um papel crucial tanto no funcionamento como na própria “imagem” da cidade.

Gehl (2006, 67) defende a existência de uma hierarquia dos espaços que compõem a cidade devendo seguir a hierarquia social e a organização da cultura da sociedade que a habita. As salas de estar das habitações, os espaços comuns nos conjuntos habitacionais e as praças e ruas nos bairros e cidades: Todos estes espaços têm a mesma ideologia e representam a mesma função – de reunião, encontro e descanso – mas em escalas diferentes, seguindo e favorecendo diferentes grupos sociais. Ou seja, a estrutura física deve sustentar a estrutura social existente ou desejada numa cidade, oferecendo espaço para todos os habitantes organizado em várias camadas de privacidade. O autor exemplifica que dentro de conjuntos residenciais podemos recorrer a espaços semi-públicos como transição ou filtro entre o espaço urbano mais intenso da cidade e as vivências mais domésticas do espaço residencial privado. Esta pode ser uma maneira de acrescentar clareza e naturalidade nas transições entre privado e público na atmosfera urbana e, ainda, possibilidade de encontro gradual entre pessoas que utilizam o mesmo espaço físico, favorecendo o sentido de pertença dos lugares públicos e a sua conseqüente apropriação e utilização mais intensa, vigilância e responsabilidade colectiva pelos espaços públicos. As zonas de transição entre as diferentes categorias de espaços públicos, semipúblicos e privados devem ser suaves e fluidas: bem definidas e claras e, ao mesmo tempo, em permanente contacto visual e fácil acesso.

A propósito da apropriação e uso dos espaços, Hetzberger (1999) clarifica a articulação e a diferença entre espaços públicos, privados e semi-públicos. O espaço público não existe sem o privado, um é definido pelo outro. Segundo este autor, “Os conceitos de ‘público’ e ‘privado’ podem ser interpretados como a tradução em termos especiais de ‘colectivo’ e ‘individual’. Num sentido mais absoluto, podemos dizer: pública é uma área acessível

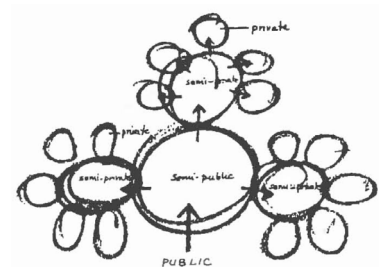


Figura 3.1: Diagrama de hierarquia de uma zona residencial. Espaços públicos, semi-públicos e privados

a todos a qualquer momento; a responsabilidade da sua manutenção é assumida colectivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la.” (Hertzberger, 1999, 12)

A privacidade dos espaços é, ainda, gradativa e relativa. Essa relatividade vem sempre acompanhada pela sensação de acesso. A exemplo dentro de uma casa o quarto que é acessível apenas por uma pessoa é privado dessa pessoa, mas a sala e cozinha são “públicos” dentro da casa porque todas as pessoas que têm a chave da entrada podem usufruir desse espaço. E mais uma vez, a casa em si é privada quando inserida em ambiente urbano pois apenas quem lá habita têm acesso a ela.



Figura 3.2: Passage des Panoramas em Paris

A cidade pode ser simplificada se for pensada como o resultado da composição entre espaços cheios (edifícios - espaços privados) e vazios (ruas - espaços públicos), sendo possível encontrar-se alguma variação e relatividade dessa simplificação. Edifícios públicos como uma estação ferroviária ou edifícios comerciais podem ser entendidos territorialmente como extensão da rua, ou seja, assumir um carácter público. O acesso livre ao interior dos quarteirões urbanos pode apoiar-se em funções economicamente viáveis e atractivas, sob a forma de galerias comerciais. Existem vários exemplos deste tipo de espaços como ocupação pública de quarteirões. Em França, principalmente em Paris a partir do século XIX, aparecem sob a forma de ruas internas para peões, cobertas de vidro, que também permitem a ligação entre ruas principais pelo meio dos quarteirões como se fossem atalhos, permitindo uma utilização das áreas internas desperdiçadas, mas, ainda assim, manter a imagem do quarteirão pelo exterior, funcionando de maneira independente com uma fachada autónoma. Nestes espaços a sensação de interior e exterior mistura-se, pois a iluminação natural continua presente pelos telhados de vidro. “Na medida em que a oposição entre massas dos edifícios e o espaço da rua serve para distinguir – grosso modo – o mundo privado do público, o domínio privado circunscrito é transcendido pela inclusão de galerias. O espaço interior se torna mais acessível, enquanto o tecido das ruas se torna mais unido. A cidade é virada pelo avesso, tanto espacialmente quanto no que concerne ao princípio do acesso.” (Hertzberger, 1999, 77)

A definição de público ou privado não se esgota nestes termos e pode ser estendida pela sua utilização. Subtilezas em espaços ditos públicos onde os indivíduos tenham a oportunidade de usar partes do espaço público para os seus próprios interesses, devem ser consideradas no planeamento do espaço urbano. Nestes casos, o “(...) carácter público do espaço é temporária ou permanentemente colocado em questão por meio do uso.” (Hertzberger, 1999, 16). O autor refere o exemplo das roupas penduradas a secar nas ruas

de cidades tradicionais mediterrâneas, uma apropriação privada do espaço público, numa mistura dos dois, mas que transfere para o público uma expressão colectiva criada por intervenções individuais.

Assim, no caso dos espaços em interior de quarteirão ditos públicos, urbanos ou “comuns” (como os que se quer estudar) estes devem ser entendidos pelos utilizadores como da sua responsabilidade e fruto da sua dedicação e envolvimento directo, afirmação da individualidade de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, da colectividade do todo, transformando os usuários em “moradores”. Para isso é necessário que sejam bem definidos e delineados e deixem pistas para a utilização pessoal diversificada.

42

Hetzberger (1999) defende ainda que a gestão dos espaços comuns (por exemplo no caso de espaços e pátios semi-públicos) deve ser feita pelos próprios moradores, que conhecem as suas necessidades e estão directamente envolvidos com esses espaços. Quando a conservação e administração passa a ser da responsabilidade de órgãos maiores, que não têm noção das subtilezas do uso dos espaços eles deixam de pertencer aos moradores, caem no abandono e falta de uso por falta de comprometimento e sensação de pertença, na burocracia. Isto acaba por conduzir os próprios moradores ao individualismo, por falta de espaços comuns que sejam da responsabilidade de todos, à alienação uns pelos outros, tal como pelo espaço. Este caso é verdade nos pátios de utilização relativamente privada em relação à cidade. Estes espaços devem ser acessíveis e previstos para abrangerem em primeiro lugar a comunidade imediatamente envolvente, ainda que possam ser abertos ao público em geral.

Estes espaços semi-públicos podem ser pensados não só no contexto residencial mas na relação do edifício com o espaço livre dentro dos quarteirões de toda a cidade. Segundo Echavarri et al. (2009) uma forma de ter espaços de transição entre edifício e espaço público é dotar os edifícios de pequenos espaços livres adjacentes que amplificam o impacto visual da arquitectura e acolhem actividades de maior ajuntamento como esperas ou encontros são bastante úteis em edifícios de uso terciário (museus, teatros, escolas, etc.). Estes espaços podem ter formalizações muito diferentes: praças, jardins, fontes, escadas ou plataformas para acentos ocasionais. Estes espaços enriquecem o espaço público e por vezes atraem mais pessoas que os próprios edifícios, pois servem como uma antecâmara dos mesmos.

Estes espaços livres também podem ser integrados na rede de espaços públicos urbanos, nomeadamente para circulação pedonal. Caminhar é antes de mais um meio de transporte. Pode ser utilizado por necessidade de



Figura 3.3: Espaços residenciais semi-públicos



Figura 3.4: Centro Pompidou - Espaço público de transição

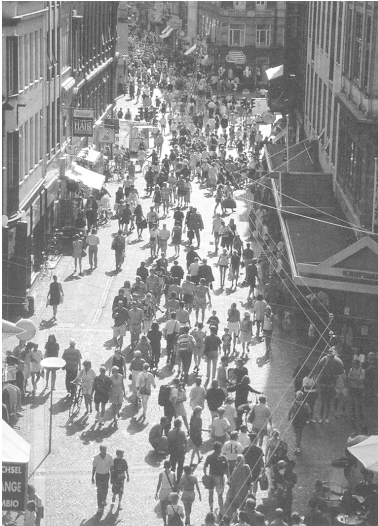


Figura 3.5: Tráfego lento é uma característica das cidades animadas

deslocamento ou simplesmente um motivo para estar presente e ver outras pessoas, dar um passeio. Como defendem Echavarri et al. (2009) as redes de circulação pedonal e de circulação automóvel devem ser separadas, e criada uma rede pedonal contínua, autónoma e alternativa à rodoviária. As intercepções entre as redes de circulação pedonal e automóvel são concebidas como uma quebra no espaço do peão e uma invasão deste no espaço do automóvel, podendo tornar-se perigosas principalmente para o peão. A qualidade e conforto da circulação pedonal também se deteora por proximidade com o ruído e poluição causados pelos veículos. Assim, as condições óptimas para a circulação pedonal podem não ser as mesmas da rede rodoviária e pode pensar-se na criação de uma rede pedonal separada. O que não quer dizer que estas não se cruzem. Antes pelo contrário, elas devem ser complementares e interligadas, atendendo aos critérios e parâmetros pertinentes para definir uma e outra. Como refere Gehl (2006, 87) “(...) tráfego lento significa cidades animadas.”¹ pois “Se a velocidade da circulação se reduzir de 60 a 6 km/h, a quantidade de gente que há nas ruas parecerá 10 vezes maior, porque cada pessoa estará dentro do campo visual um tempo dez vezes maior.”¹ (Gehl, 2006, 87).

Este modelo de rede pedonal autónoma encaixa perfeitamente na ideia dos quarteirões abertos, oferecendo-se como uma possibilidade interessante, principalmente quando pensado à escala da cidade, onde todos os quarteirões possam oferecer percursos alternativos para os deslocamentos a pé e estes se tornem mais seguros e atractivos.

Para que tal seja possível, é necessário identificar as condições concretas que levam as pessoas a utilizar os espaços públicos para que estes se tornem vivos. Para que haja pessoas nas ruas é importante que andar a pé seja uma escolha voluntária. Segundo Echavarri et al. (2009) a maioria das deslocamentos em cidade deve-se ao transporte da habitação para as escolas, comércio e trabalho. Se estas deslocamentos poderem ser feitas a pé (se este for um método de transporte eficiente), poderá dar-se início ao primeiro ponto de partida para a presença de pessoas nas ruas: a realização de actividades necessárias. A partir do momento em que existem pessoas nas ruas fazendo tarefas banais, podem iniciar-se outras actividades mais complexas. “Os grandes acontecimentos desenvolvem-se a partir de muitos outros pequenos.”¹ (Gehl, 2006, 145). Segundo Gehl (2006) podem existir três actividades básicas dadas em espaços públicos. Estas actividades definem e são definidas pelos espaços urbanos:

Actividades Necessárias – São as tarefas obrigatórias que são levadas a cabo independentemente das condições do espaço e do tempo que estão relacionadas com a actividade de caminhar e mover-se;

Actividades Opcionais – Acções que só são realizadas se as condições externas são favoráveis mais relacionadas com actividades de pausa e lazer;

Actividades Sociais – São, no fundo, resultante das outras actividades pois podem dar-se a qualquer momento e em qualquer lugar, por dependerem mais da presença de outras pessoas que de condições físicas. Estas actividades são reforçadas pelo sucesso das actividades necessárias e opcionais quando estamos num espaço público de qualidade.

Existem vários níveis de contacto entre pessoas nos espaços públicos, sendo o mais comum e básico o contacto de ver e ouvir, de simplesmente estar onde outras pessoas estão. Mesmo este tipo de contacto “passivo” é mais procurado e gratificante na utilização dos espaços públicos do que qualquer característica física que o espaço em si possa oferecer. Segundo o mesmo autor os espaços públicos só fazem sentido quando ocupados por pessoas, na presença das quais podemos ter uma experiência diferente num espaço urbano igual todos os dias. A presença de pessoas é o grande motivo e a grande definição de o que é uma cidade bem sucedida e é uma interacção muito mais rica e estimulante do que qualquer ornamento, combinação ou desenho arquitectónico. Novas actividades começam perto de outras que estejam já acontecendo, onde há pessoas a passar, possibilidade de observação encontro e cruzamento com os outros. A vida entre edifícios é um processo que se reforça a si mesmo. “Passa-se algo porque se passa algo porque se passa algo.”¹ (Gehl, 2006, 85). Para além do contacto simples entre pessoas, o interesse em actividades humanas constitui uma atracção ainda mais forte. Um pintor ou um músico de rua atraem muitas pessoas não pelo produto que oferecem mas sim pela actividade em si. “Se a música vier de um altifalante ou se o pintor parar de pintar e simplesmente expuser as suas pinturas, então o número de pessoas que param para ver os quadros ou ouvir a música reduz drasticamente.” (Santos, 2008, 32)

Para garantir a presença de pessoas nos espaços Echavarri et al. (2009) defendem a mistura de usos e a proximidade entre destinos e funções urbanas, principalmente de habitação com centros escolares e comércio para promover a deslocação a pé nas cidades, principalmente dentro dos bairros. “A disposição urbana que separa os usos do solo tende a afastar os extremos das viagens, as suas origens e os seus destinos (as vivendas, por um lado, e o emprego, os centros escolares, o comércio, etc. por outro), e com isso reduzir a capacidade dos deslocamentos a pé para resolve-los.”¹ (Echavarri et al., 2009, 164). Para situações quotidianas normais a distância média aceitável para percorrer a pé está entre os 400 e 500 metros. Para crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida esta é consideravelmente menor. (Gehl, 2006, 151)

	QUALIDADE DO ENTORNO FISICO	
	BAIXA	ALTA
ACTIVIDADES NECESSÁRIAS	●	●
ACTIVIDADES OPCIONAIS	•	●
ACTIVIDADES RESULTANTES (SOCIAIS)	●	●

Figura 3.6: Relação entre qualidade do espaço exterior e actividades exteriores



Figura 3.7: Actividade humana como atractivo

No entanto, essa proximidade e mistura de usos não é garantia por si só de que as pessoas se irão movimentar de um lugar para o outro a pé. É necessário, entre outras condições, que hajam conexões pedonais adequadas entre estes lugares. Barreiras e discontinuidades ao nível térreo como grandes vias automóveis, quarteirões longos e impermeáveis à passagem pedestre podem impedir ou desencorajar a passagem e utilização dos espaços. (Echavarri et al., 2009, 174). Um aspecto prático apontado por Gehl (2006) são as mudanças de cota, que se podem mostrar como um obstáculo à circulação e representam uma barreira tanto prática como psicológica. As pessoas preferem evitar subir e descer escadas, mudar de nível causa uma interrupção na marcha. Se for necessário, rampas são sempre mais apazíveis que escadas. Passagens de nível também devem ser evitadas, mas geralmente as pessoas preferem as subterrâneas, pois partem de uma posição elevada, às elevadas, que necessitam de subir.

Jane Jacobs (2000) olha para a cidade como um local de troca de experiências intensa por parte dos seus habitantes, um espaço de oportunidades e cruzamentos de culturas mais do que um traçado complexo de arruamentos e edifícios. Apresenta o conceito de **diversidade** como a ideia base que permite a geração de movimento e vitalidade na urbe e que garante o sucesso económico e social característico das cidades saudáveis. A diversidade é a causa e o motor de acontecimentos, e sem ela a cidade torna-se vazia, sem vida e perigosa. Havendo movimento e animação na rua, existirão pessoas nas janelas dos edifícios contemplando o espaço exterior, gerando um efeito de vigilância natural dos espaços públicos. Assim, apresenta quatro princípios inter-relacionados que permitem a qualquer cidade desenvolver uma vida bem sucedida. Todos eles são importantes, e basta que falhe um para que o sucesso deixe de estar garantido:

- **Diversidade de funções:** Os bairros devem ter mais do que uma função principal de modo a garantir a presença de pessoas nas ruas a todas as horas do dia, funcionando como uma âncora.
- **Diversidade de opções de percurso:** Uma cidade beneficia a partir de quarteirões curtos e de uma estrutura complexa de ruas, oferecendo aos utilizadores a liberdade de escolher caminhos diferentes e cruzar-se com oportunidades de virar esquinas, proporcionando uma rede de usos combinados complexos. Blocos compridos impedem a permeabilidade e tornam essas ruas monótonas e com comércio padronizado.
- **Diversidade de edificado:** O distrito deve ter uma diversidade bem compacta ao nível do edificado. Ou seja, devem existir edifícios que diferem em idade, nível de manutenção e função para que possam surgir oportunidades para que empresas e pessoas com diferentes possi-

bilidades económicas tenham igual oportunidade de sobreviver. Isto pressupõe que os edifícios antigos sejam conservados pois o valor do tempo é totalmente insubstituível.

- Diversidade de utilizadores: Alta concentração de pessoas num só lugar, incluindo residentes, onde diferentes tipos de famílias e indivíduos vivem juntos, gerando cruzamentos sociais e suportando uma vida cultural e economicamente bem sucedida.

Echavarri et al. (2009) também reforça algumas ideias de Jacobs, nomeadamente o segundo ponto:

46

“A dimensão dos quarteirões influencia decisivamente na permeabilidade da trama urbana e na sua conectividade. Com efeito, os quarteirões, entendidos como unidades compactas de propriedade ou uso privado, não podem ser atravessados pelos peões, devendo ser rodeados pelo seu perímetro.”¹ (Echavarri et al., 2009, 204)

Os autores recomendam que a máxima dimensão de um quarteirão dito impermeável delimitado por vias pedonais seja de 100 metros. (Echavarri et al., 2009, 207) No caso de edifícios que necessitem de ocupar grandes áreas de território recomenda-se que ofereçam passagens internas públicas. As passagens e galerias interiores oferecem uma boa alternativa para utilização do interior dos quarteirões criando conexões pedonais públicas através das parcelas privadas e aumentando a permeabilidade da malha urbana. Podem ajudar no melhoramento dos quarteirões tanto economicamente (se associados a comércio) aumentando as frentes comerciais dos edifícios, como permitindo mais acessos directos aos edifícios que compõem o quarteirão e, conseqüentemente, maiores opções de parcelamento interno. Podem ser descobertas ou cobertas e as suas possibilidades de êxito e frequência melhoram quando em comunicação com nós da rede pedonal e formam parte da escolha de um itinerário urbano. “Basicamente o que a mobilidade pedonal requer é a máxima permeabilidade da trama urbana em todos os sentidos e direcções, para evitar, na medida do possível, desvios que alarguem os seus percursos”¹. (Echavarri et al., 2009, 194)

Diversidade também pode significar **escolha**. Através da observação directa do funcionamento de várias praças americanas, também Whyte (1980) resume algumas características ou elementos físicos que uma praça deve ter para ser bem sucedida. Estas características relacionam-se sobre tudo com a possibilidade e percepção de escolha. Esta ideia reflecte um pouco a própria ideia de praça: um lugar democrático, o mais livre de todos os espaços públicos, onde se podem realizar as actividades em público mais diversas, pois em princípio, a ela devem afluir as mais diversas pessoas pelos mais

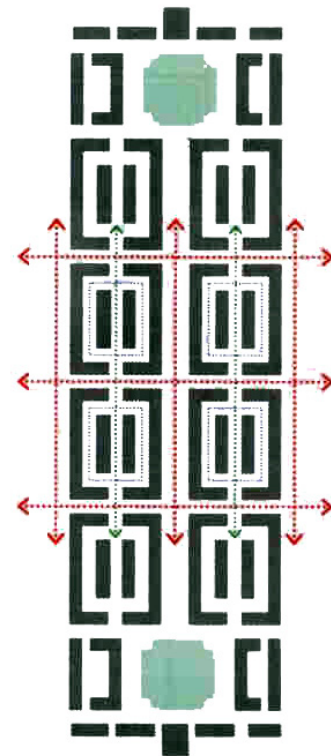


Figura 3.8: Permeabilidade da malha urbana

diversos motivos.

Lugares para sentar: Quanto mais escolha e oferta de possibilidades existirem numa praça, melhor: em grupo, sozinho, a pares, etc. A mesma diversidade nas alturas e profundidades dos bancos permite várias interações sociais.

Sol, vento, árvores e água: Elementos que valorizam a utilização da praça. Mais uma vez a possibilidade de escolha entre sombra, sol, consoante as estações do ano, a hora do dia e a sensação térmica de conforto de cada um é uma vantagem na escolha e na funcionalidade de algumas praças em relação a outras. A presença de água também é valorizada, reflectindo uma necessidade humana de contacto com a natureza.

Comida: A oferta de preenchimento de necessidades básicas como comer e beber é um factor de sucesso na presença de pessoas e na possibilidade de geração de outros negócios nos lugares de estada e encontro como as praças. A oferta de comida atrai pessoas, que por sua vez atraem mais pessoas. Segundo Whyte (1980) Outra característica essencial para o sucesso de uma praça é a sua relação com a rua. Uma boa praça começa no canto da rua, que por si só é movimentada, viva e funcional. Idealmente, a transição entre onde começa a praça e acaba a rua deve ser o mais esbatida possível. Isto reforça a ideia anteriormente apresentada de Echavarrri et al., (2009) que todos os espaços públicos pedestres devem formar uma rede contínua e coesa.

Ainda dentro desta ideia, seguindo as ideias de Whyte (1980), a visibilidade dos espaços é outra característica muito importante. Se um espaço não for visível à passagem, dificilmente vai ser utilizado. Praças rebaixadas também são pouco utilizadas pois quem ocupa o fundo da praça é visto por outras pessoas mas não consegue vê-las. É como se estivesse constantemente num palco, e fosse assistido desconfortavelmente por uma plateia.

Jan Gehl (2006, 164) afirma que nos espaços públicos tende a ocorrer um fenómeno de ocupação dos perímetros: Nas ruas ou praças, juntos aos edifícios, que definem, precisamente, onde começa e acaba o espaço público e privado. O centro de uma rua ou praça só é ocupada quando as bordas também o são. As actividades mais individuais, ligadas à observação e controle do espaço são levadas a cabo nas bordas, enquanto que as mais colectivas que preferem ser vistas ou precisam de se expor ocupam o centro. Se uma praça não é ocupada nas bordas, dificilmente o será no centro.

É junto aos edifícios que podem existir trocas entre os universos privados e públicos e onde os transeuntes se podem abrigar das intempéries. São os edifícios que definem o espaço vazio e lhe conferem carácter, e é o espaço vazio que define a relação dos edifícios com a cidade.

Figura 3.9: Efeito de borda



As fachadas ou as bordas das ruas devem oferecer zonas de estância, pequenos nichos e recortes, onde se tem um ponto de apoio, se está protegido e se pode ter controlo e observar tudo o que se passa.

“Os nichos são lugares populares para estar de pé, pois oferecem uma atractiva situação semi-pública/semi-privada. Estamos parcialmente presentes e podemos retirar-nos um pouco mais para a sombra se desejarmos mais intimidade.”¹(Gehl, 2006, 167)

Echavarri et al. (2009) defendem que o alinhamento dos edifícios com as ruas (a linha limite de propriedade privada) é o formato de organização do edificado dentro do quarteirão que oferece maior conforto climático, segurança e atractivo no itinerário dos peões. As fachadas influenciam o espaço envolvente quer directamente pelo exterior através do interesse visual pelas qualidades estéticas dos edifícios e da possibilidade de utilização de avanços e coberturas no primeiro piso que permitem a protecção da chuva e sombreamento do sol, bem como a protecção contra os ventos; quer indirectamente pelo lado interno pois oferecem a possibilidade de observação de dentro para fora e possibilitando um maior intercâmbio entre o espaço público e privado, nomeadamente em serviços comerciais. Quando um edifício se afasta da rua e deixa uma faixa de espaço privado entre ela as possibilidades de protecção climática e interacção visual reduzem notavelmente. (Echavarri et al., 2009, 261)

O piso térreo dos edifícios é o que mantém uma relação mais estreita com os peões próximos, e a sua configuração é importantíssima para estes. É importante que hajam várias entradas para que várias pessoas necessitem de usa-las. Quanto mais entradas e oportunidades de interacção com os edifícios, mais lento se torna o passo médio dos transeuntes e aumentam as actividades de estância. A transparência também é um factor que pode fazer a diferença na utilização destes espaços pois permite uma maior interacção visual nos casos em que os edifícios estão afastados do alinhamento com a rua. (Echavarri et al., 2009, 254). Sobre a existência de várias entradas (e consequentemente vários edifícios diferentes) Gehl (2006) acrescenta: “Quando os edifícios são estreitos, a longitude da rua encurta-se, as distâncias a pé reduzem-se e a vida na rua melhora.”¹ (Gehl, 2006, 106)

Gehl (2006) defende ainda a importância do acesso fácil, directo e simples aos edifícios, a presença de boas zonas de descanso em frente às zonas de entrada (bancos, zonas protegidas e cobertas nas entradas, por exemplo) e algo que fazer ou no que trabalhar no espaço imediatamente em frente aos edifícios.

Em situação residencial “A vida entre os edifícios pode propiciar ainda mais se as oportunidades para estar no exterior se oferecerem em forma de pátios dianteiros semi-privados, situados na zona de transição entre vivenda

Figura 3.10: Recortes das fachadas

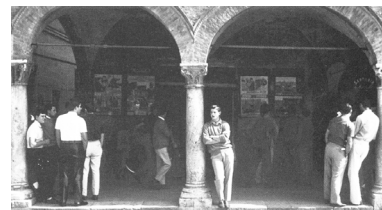


Figura 3.11: Pontos de apoio



Figura 3.12: Pontos de acesso aos edifícios como lugares de encontro e transição

Figura 3.13: Espaços semi-públicos na entrada de residências em Melbourne



e rua de acesso.”¹ (Gehl, 2006, 203). O autor indica um tamanho adequado para estes pátios, exemplificando com a maioria dos pátios de Melbourne, de entre 3 e 4 metros da rua: longe o suficiente para assegurar privacidade das habitações mas perto da rua para permitir contacto com o que ocorre lá fora. Nestes lugares há sempre simples tarefas para serem feitas (varrer, regar as plantas, cortar erva, etc.) o que permite a presença de pessoas perto dos espaços públicos. Havendo algo para fazer surge algo para falar depois. Estes princípios apoiam-se no fundamento de que se as bordas funcionam bem, o meio também irá funcionar e podem sustentar actividades e funções urbanas muito variadas. Se os espaços imediatamente adjacentes aos edifícios fornecerem razões para serem utilizados pelas pessoas, preferencialmente realizando actividades de estância, o espaço que se estende destes também o será. O contrário já não é verdade. Vemos, mais uma vez que a relação dos edifícios com o espaço público é determinante na presença de pessoas e vivacidade do espaço.

49

Retomando a ideia da rede pedonal Echavarri et al. (2009, 207) sintetizam quatro qualidades ou características óptimas para que esta rede promova e potencie o deslocamento pedonal:

- *Funcionalidade*: A rede pedonal alternativa precisa de ser central e funcional, deve facilitar conexões directas entre os grandes focos geradores de demanda que estruturam o conjunto. Deriva da necessidade de reduzir as distâncias entre funções urbanas para que estas possam ser percorridas a pé. Esta rede deve promover a articulação abrangente e integrada, conectando os elementos, actividades e edifícios importantes existentes, nomeadamente outras vias pedestres e rodoviárias, principalmente com acesso a transportes colectivos.
- *Conforto*: Desenhada para acolher comodamente a intensidade pedonal previsível (larguras, materiais, mobiliário de apoio, etc) e assegurar as boas condições climáticas (protecção dos ventos, chuva, sol, etc) através da orientação e forma dos edifícios, e ainda proteger contra os ruídos e poluição da cidade.
- *Segurança*: A rede deve ser segura nas intercepções com as rodovias podendo ser introduzidos elementos físicos que reduzam a velocidade do trânsito automóvel em alguns pontos, e frente à criminalidade e comportamentos anti-sociais através da correcta localização dos edifícios e os seus usos e garantia da boa visibilidade dos percursos.
- *Atractividade*: Deve ser traçada por lugares de maior interesse visual e estar rodeada de elementos atractivos e densidade de uso do solo.

Gordon Cullen (1993) também se pronuncia acerca dos assuntos de conforto climático como factores que determinam a preferência do utilizador por determinados espaços na ocupação do território. “Abrigo, sombra, conviniência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes de apropriação de espaço” (Cullen, 1993, 25).

50

Outro aspecto de extrema importância para o bom funcionamento dos espaços públicos e da malha urbana em geral é a legibilidade das cidades e dos seus espaços comuns. Como defende Lynch (1997), cada um dos utilizadores das cidades tem uma imagem mental das mesmas que corresponde e recorre à identificação de elementos físicos: vias, limites, pontos nodais, marcos e bairros. Essa legibilidade é de extrema importância na utilização dos espaços públicos. A clareza e percepção dos lugares torna-os aprazíveis e utilizados, pois a cidade não é nada sem a percepção e utilização dos seus habitantes. Qualquer estrutura competente oferece ao utilizador possibilidade de escolha, constituindo uma base valiosa para o desenvolvimento pessoal, abrindo espaço para outro tipo de experimentação. Quando o cenário está bem perceptível e estável na memória dos utilizadores oferece um importante sentimento de estabilidade e segurança emocional, sensação extremamente oposta ao sentimento de desorientação, que permite reforçar a criatividade e potencial experimentação.

“Uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado.” (Lynch, 1997) A identidade corresponde ao reconhecimento do espaço enquanto entidade separável e única. Essa identidade deve incluir a relação com outros objectos e com o observador – estrutura. Por fim, esse objecto deve ter algum significado emocional ou prático para o utilizador. Estes factores não são separáveis.

Adoptando esta ideia de Lynch, é importante que os vazios que integram o quarteirão sejam definidores e definidos do e pelo edificado, para que sejam facilmente reconhecíveis e reconhecidos, sendo apreendidos pelos cidadãos com formas e relações cheios/vazios facilmente identificáveis, compreendidos como parte integrante e estruturante de um quarteirão e de uma rede pedonal única, com um significado de percepção de função ou simbólico e emocional pela sua escala humana e condições de conforto. Um espaço funciona bem quando se guarda a memória dele como aprazível, quando se liga aos sentidos e evoca imagens sensoriais. A experiência desse lugar é lembrada como única e especial, com algum significado emocional ou cultural transmitido por elementos específicos, cores, luzes, texturas, temperaturas, etc. Lynch (1997) define essa característica como *imaginabilidade*: “A característica, num objecto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado.”

(Lynch, 1997, 11). O domínio sensorial é claramente invocado e protagonista numa cidade “imaginável” que é guardada na memória de maneira pessoal por cada utilizador, ao abrir portas para absorção de novos impactos sensoriais sem ruptura da imagem base. Essa imaginabilidade está dependente da boa absorção do ambiente urbano e tem propriedades básicas: significado/expressividade, prazer sensorial, ritmo, estímulo, escolha, etc. Sobre as imagens de lugares Pollock e Hudson (1978, 33, cit. in Carmona et al., 2010, 112) afirmam que estas são o resultado dos processos pelos quais as experiências pessoais e valores filtram os estímulos ambientais. Existem infinitas imagens de lugares, pois cada pessoa cria a sua. Segundo os autores as pessoas reduzem a realidade a algumas impressões seleccionadas: *parciais* (não cobre todo o espaço), *simplificadas* (omitem informação), *idiosincráticas* (cada imagem é única de cada indivíduo) e *distorcidas* (baseadas em subjectividades em vez de realidades). Estas impressões juntamente com a identidade do lugar (definida como uma imagem comum a todos os indivíduos, criada pela sociedade ao longo do tempo) criam a imagem do lugar.

Lynch (1997, 117-120) sugere ainda qualidades e características que uma forma urbana deve ter para ser bem perceptível e que clarificam e simplificam a sua utilização:

- Singularidade: Define-se pela clareza do plano de fundo, a nitidez dos limites, o fechamento e o contraste do espaço em relação ao entrono visível pelo seu tamanho, localização especial, uso, forma, complexidade, etc.
- Simplicidade da forma: No seu sentido geométrico com recorrência a formas puras que sejam facilmente perceptíveis.
- Continuidade: De limites ou superfície, de usos, repetições, etc, são características que ajudam na percepção de um espaço como um todo.
- Predomínio: De uma parte sobre as outras em decorrência de alguma característica forte que permita a simplificação de todo o espaço por omissão de partes menos importantes.
- Clareza de junção: as ligações entre partes da cidade são momentos estratégicos na estrutura urbana e precisam de ser bem perceptíveis para funcionarem.
- Diferenciação direccional: Assimetrias referenciais quando falamos de extremidades de elementos lineares como ruas.
- Alcance visual: Características que aumentam a visão de um lugar e facilitam a apreensão do todo que de outra forma seria invisível. (transparências, sobreposições, elevação sobre pilotis, concavidades, etc)
- Consciência do movimento: Características que ofereçam ao utilizador a sensação do seu próprio movimento real ou possível, melhorando a

clareza das opções futuras de percurso.

- Séries temporais: Séries percebidas com o passar do tempo, como uma melodia única, e não nota a nota.
- Nomes e significados: Características não-físicas que podem acrescentar uma referência memorial a um elemento ou estrutura. Esta associação também pode estar ligada a significados históricos ou culturais e é independente das características físicas, mas permite clarificar a percepção do lugar.

52

No que diz respeito à legibilidade e características visuais de um espaço, Carmona et. al (2010) defendem a existência de espaços positivos e negativos. Os espaços positivos são bem definidos por uma borda perceptível, uma forma simples e uma noção transmitida de dentro e fora. A definição do espaço é feita por superfícies verticais e horizontais, e a forma do vazio é tão importante como do cheio. Os espaços negativos são diluídos, sem forma e os seus limites são imperceptíveis. O espaço é difícil de conceber mentalmente.

Para além de todos estes factores a noção de escala humana é uma condição fundamental para criar espaços públicos funcionais, acolhedores e seguros. Sobre este tema Gehl (2006) explora, à escala do corpo humano, as relações que os sentidos e as distâncias imprimem no espaço público e nas relações humanas. Os sentidos trabalham como receptores de distância (ver, ouvir e cheirar – sendo que a visão é o indicador mais abrangente de todos e o cheiro o menos), e trabalham numa escala muito sensível de especial importância na interacção com outras pessoas e com o espaço. A visão do ser humano é muito mais horizontal que vertical, então, as relações deste com o mundo dão-se nesse plano. A partir de distâncias menores que 100 metros a visão de um ser humano é sensível o suficiente para reconhecer outro ser humano. Esta é chamada de “campo social de visão” que é definida em vários níveis progressivamente mais íntimos:

A partir dos 30 metros de distância é possível reconhecer as feições de outra pessoa; de 20 a 25 já se identifica os sentimentos e estado de ânimo; as conversas normais entre conhecidos dão-se entre 1 e 3 metros; entre amigos próximos de meio a um metro; e menos do que isso já são consideradas distâncias íntimas para sentimentos intensos. Importa que num espaço público uma pessoa possa escolher a que distância se quer manter das outras, que tenha alternativa de “sair de cena” se necessário ou aproximar-se de outra se assim desejar.

Echavarri et al. (2009) definem a distância em termos verticais utilizada no alcance visual nos edifícios, de dentro para fora. Esta distância afecta a capacidade de vigilância natural, que diminui à medida que aumenta a altura



Figuras 3.14 e 3.15: Dimensões do espaço público



do observador. A partir do quarto ou quinto piso é difícil identificar com precisão as actividades exteriores, e o interesse nesta diminui, e, com ele, a possibilidade de vigilância natural das ruas.

As relações de distância e intimidade têm uma relação muito sensível com a arquitectura e a percepção dos espaços. Espaços pequenos de dimensões modestas com escalas aproximadas às dimensões do corpo humano são considerados íntimos, aconchegantes, intensos; enquanto que espaços grandes e edifícios altos são normalmente considerados impessoais, frios e desconfortáveis.

Alguns recursos arquitectónicos simples podem mudar ou influenciar o tipo de relações entre pessoas e permitir o seu contacto ou o afastamento: muros (ou barreiras visuais), níveis (apenas um é desejável para manter o contacto), orientação (frente/costas), distâncias e velocidade (quanto maiores, menos intimidade).

É nesta escala mais pessoal e humana que se quer explorar o conceito de pátio como parte integrante do dia-a-dia urbano que se perdeu em muitas cidades, aliado à ideia de aproveitamento do interior dos quarteirões, com terrenos desperdiçados e expectantes.

A existência de espaços de proximidade aos edifícios entre os quarteirões, de carácter semi-público, formando uma rede pública de utilização pedonal podem potenciar a aproximação e relacionamento entre vizinhos e pessoas que trabalham e frequentam lugares próximos na cidade. Assim, oferece-se às pessoas oportunidades para realizar actividades de lazer e estância em todos os lugares, junto à sua vida quotidiana, evitando a necessidade de se deslocar propositadamente para outros bairros, praças ou jardins distantes para realizar actividades tão necessárias a uma vida saudável. O espaço público de permanência de qualidade deveria ter um requisito de proximidade tal como os supermercados, escolas, comércio, trabalho e outras funções urbanas que compõem a vida diária de um habitante da urbe. Em redor destes espaços devem desenvolver-se outras funções urbanas, sendo os primeiros como um plano de fundo receptivo a todas as actividades não planeadas e espontâneas que permitem os encontros sociais, a vida criativa, rica e variada numa cidade. As cidades existem para formar e ser formadas por uma sociedade em evolução, onde as relações humanas são o propósito da vida em conjunto.

De todas as características apresentadas para garantir o sucesso dos espaços públicos, podem ser destacadas algumas que se adaptam mais à situação de espaços semi-públicos em interior de quarteirão.

A mistura de funções urbanas é uma das primeiras condições para garantir

a funcionalidade destes espaços. Ao reduzir as distâncias entre os locais frequentados torna-as susceptíveis de serem percorridas a pé, e permite que várias pessoas, por motivos diferentes e em horários diferentes, utilizem o espaço em redor dos edifícios que albergam estas funções.

54 À funcionalidade dos espaços, defendida por Echavarri et al. (2009), está também subjacente a visibilidade dos mesmos. Essa visibilidade vai permitir as conexões destes espaços (à partida mais vulneráveis) com os outros espaços públicos mais “tradicionais” da cidade e, ao mesmo tempo, torná-los seguros. Viu-se que essa conexão precisa de ser contínua, articulada e adaptada ao uso do peão, evitando mudanças de cota, vias rápidas e outras barreiras físicas e psicológicas. A transição fluida e, ao mesmo tempo, clara entre todos os espaços é uma exigência e uma consequência desta condição, pois assegura a permanente ligação visual e física essencial ao primeiro contacto com o espaço.

À funcionalidade também está associada a dimensão dos quarteirões, que deve ser curta para permitir uma maior permeabilidade da malha urbana tradicional, criando vários percursos e opções de direcção. Os quarteirões devem ser compostos por várias parcelas e permitir vários acessos às mesmas. Simultânea e consequentemente volta-se à necessidade de existir uma mistura de usos e funções urbanas, não só nos quarteirões, mas em toda a cidade. Tudo isto cria uma grande densidade e diversidade de pessoas e acontecimentos geradora de vida e de novas possibilidades.

Junto às entradas e bordas dos edifícios é importante a existência de pequenos espaços de transição, recortes ou nichos que permitam a estadia dos utilizadores. Se as bordas do espaço forem lugares passíveis de ocupação, de preferência prolongada, é o primeiro passo para que todo o espaço seja movimentado. Da mesma forma os edifícios devem oferecer protecção e conforto ambiental (entrada de sol, protecção da chuva, vento, poluição e ruído, etc.). Um ambiente confortável em termos climáticos é convidativo, ainda que este factor não dependa unicamente do espaço construído.

Uma outra característica que contribui para a boa e rápida apreensão e conhecimento do espaço é a sua legibilidade espacial e simplicidade da forma. Um espaço geometricamente claro faz todo o sentido quando se fala em miolos de quarteirão, principalmente por já estar inserido numa forma geométrica mais ou menos clara – o próprio quarteirão.

Por último a segurança do espaço (para além da visibilidade) é uma característica essencial para que possam surgir nesse espaço actividades livres. Quer se fale de segurança em relação a veículos quer em relação a comportamentos anti-sociais, não só no interior dos quarteirões, mas também nas intercepções com outras ruas e espaços urbanos.

4. CASOS DE ESTUDO

Neste capítulo serão analisados exemplos existentes de intervenções em quarteirões abertos em Lisboa e São Paulo, duas cidades conhecidas pela autora enquanto utilizadora e moradora. Para além de serem duas cidades em continentes diferentes, estão inseridas em contextos históricos, económicos, políticos e sociais próprios. Neste âmbito foram escolhidos exemplos aproximadamente contemporâneos e paralelos a nível de tipologia do quarteirão, morfologia dos espaços e utilização, que demonstram as diferenças e semelhanças entre estas cidades e algumas possibilidades de organização espacial ao nível do quarteirão.

56

A escolha dos exemplos foi orientada por situações gémeas, optando sempre por dois quarteirões vizinhos, contemporâneos, mas contrastantes nas vivências e usos, correspondendo a diferentes épocas históricas que acompanham a evolução da cidade de Lisboa.

Como exemplares de quarteirões tradicionais em regiões da cidade consolidada e de forte vertente comercial, foram escolhidos os blocos A e B da Reconstrução do Chiado (nos finais do século XX), pela proximidade entre eles e pertença ao mesmo projecto de intervenção, mas também, e apesar disso, pelo seu contraste de formas e vivências.

Como exemplo de cidade planeada (meados do século XX), escolheram-se dois casos gémeos de intervenção em interior de quarteirões tradicionais, relacionado com edifícios de habitação e funções complementares: o Jardim Fernando Pessa e o quarteirão vizinho de estacionamento - parte do plano urbano de Alvalade. Este exemplo foi escolhido pela demonstração da possibilidade de existência de interligações pedonais públicas, dentro de quarteirões, através do desenho integrado dos edifícios com os espaços e da introdução de equipamentos e funções complementares à vizinhança e à escala urbana.

Como intervenções na cidade contemporânea (século XXI), relacionadas com serviços e comércio, em tipologias de quarteirão planeado de raiz, onde os edifícios se organizam de forma livre no espaço, escolheu-se uma parte da cidade de importância a nível urbano e de carácter evolutivo e moderno, o Parque das Nações. Nesta zona, escolheu-se quarteirão do Campus da Justiça e do Mar do Oriente, que apesar de serem quarteirões vizinhos e abertos não se relacionam entre si.

Fazendo a ponte entre a cidade de Lisboa e de São Paulo, como exemplos gémeos, mas separados fisicamente, foram escolhidos dois casos de intervenções no início do século XX em contexto habitacional: duas vilas operárias. A escolha recaiu sobre esta tipologia por ser um caso de internacionalização de um modelo de quarteirão aberto contemporâneo, embora em continentes diferentes. Como já foi visto, este diz respeito a uma solução

da cidade industrial, passado que ambas as cidades partilham. Em Lisboa escolheu-se a Vila Sousa que ocupa um miolo de quarteirão deixando um espaço pátio vazio central em volta do qual se desenvolvem as habitações. Em São Paulo um exemplo de agrupamento residencial em forma de Vila no interior de um quarteirão na região de Pinheiros.

Os restantes casos de estudo, em São Paulo, já não são gémeos directos, tendo a escolha recaído antes sobre duas situações diferentes das escolhidas em Lisboa, de forma a abraçar a diversidade desta cidade, cujo passado é também muito mais recente e onde o crescimento é baseado na sobreposição temporal de vários modelos sobre o mesmo tecido urbano, num processo que difere do europeu (situação que, aliás, dificulta a existência de situações gémeas em proximidade física). Contudo foram escolhidos dois casos que, do ponto de vista da linha temporal e tipologia de quarteirão, se podem considerar como paralelos ou aproximados aos exemplos escolhidos em Lisboa.

Como exemplo contemporâneo da cidade planeada de Alvalade, em São Paulo foi escolhido o Centro Comercial Bom Retiro, relacionado com um uso comercial, de intervenção num quarteirão de forma clássica (de ocupação periférica tradicional).

Aproximadamente paralelo aos exemplos do Parque das Nações, e de tipologia e importância semelhantes, escolheu-se a Avenida Paulista como parte estruturante da cidade quer em termos de traçado quer em termos de significado. O quarteirão escolhido neste caso foi o Cetenco Plaza que cria espaços públicos abertos numa região que carece bastante deste tipo de oferta. Apesar de serem exemplos de épocas separadas são tipologicamente idênticos, ambos oferecem serviços e/ou comércio e os quarteirões são organizados através de volumes edificados soltos e pontuais deixando o espaço no nível térreo livre e aberto ao público, podendo servir de atravessamento ou local de estadia e oferecendo ainda estacionamento público subterrâneo.

4.1. DIMENSÕES

A caracterização dos objectos de estudo será dividida em cinco dimensões (Histórica, Legal, Morfológica, Funcional e Sensorial), com respectivos parâmetros de análise, que pretendem identificar os factores que justificam o sucesso ou insucesso (a nível da utilização humana dos espaços entre edifícios) de espaços internos de quarteirões e que, à escala urbana, criem uma rede pedonal alternativa nas cidades. Para isso será verificado se as premissas que garantem a vivacidade dos espaços públicos, descritas no capítulo anterior, se aplicam aos espaços de escalas diferentes, com dimensões e

características de “pátio” como lugares semi-públicos urbanos observados no capítulo 1 da presente dissertação. A divisão por dimensões vai repescar as conclusões desse primeiro capítulo, procurando um ponto de apoio para análise da teoria para a prática. Através destas, pretende-se verificar a imprescindibilidade das condições em análise, que não garantem por si só a vitalidade dos espaços, mas sem as quais essa vitalidade não acontece, e compreender como a variação dos parâmetros influencia a utilização dos espaços pelas pessoas através da observação directa de situações existentes.

Dimensão Histórica

58 Nesta dimensão procura-se introduzir e enquadrar o caso em estudo no contexto histórico em que surgiu e as características do espaço envolvente. Como parâmetros será realizada a análise da área urbana (a localização do quarteirão na cidade e características da envolvente) e do projecto em si. Pretende-se caracterizar morfologicamente, de forma breve, o território de inserção do objecto de estudo e destacar a localização exacta dos quarteirões. Inserem-se nesta descrição as características físicas actuais do terreno e o tipo de quarteirões que compõem a zona envolvente. A caracterização da envolvente inclui uma breve contextualização história da área e da evolução dos quarteirões em estudo. Por fim, a explicação dos objectivos e justificações de projecto.

Dimensão Legal

Nesta dimensão procura-se saber quem é encarregado pela gestão dos espaços em estudo (principalmente se é uma entidade privada ou pública), quem pode utilizar estes espaços e se existem restrições de utilização e vigilância em termos de horários, actividades possíveis e entrada de veículos.

Dimensão Morfológica

Nesta dimensão serão analisadas as características físicas dos espaços relativas às suas formas e dimensões e à relação destes com a rede urbana envolvente.

Os parâmetros de observação centram-se na geometria (forma e proporções do espaço) e na permeabilidade do quarteirão e do seu miolo (caracterização dos acessos e visibilidade).

A legibilidade e fácil percepção da forma são algumas das características que tornam o espaço agradável e memorável. Será analisada a forma do espaço interno do quarteirão, a simplicidade ou complexidade da geometria e a composição de formas. No caso de formas compostas será analisada a existência de partes predominantes.

Serão postas em evidência as dimensões em planta e em corte e as propor-

ções entre cheios e vazios, para compreender a relação entre os espaços e os edifícios e a importância de um em relação ao outro. As proporções e dimensões dos espaços contribuem para as sensações positivas ou negativas, de intimidade ou de impessoalidade nos peões, e para salubridade dos espaços internos e externos.

As relações com o exterior são de importância extrema. Uma rede bem articulada é um primeiro ponto de partida para uma boa utilização. Assim serão contabilizadas e caracterizadas as formas de acesso aos diferentes tipos de interiores de quarteirão (pontual, linear, segregada, desnivelada, difusa, etc.), localização em relação ao exterior e interior, e a possível existência de barreiras físicas nesses acessos. A distância entre o interior e o exterior do quarteirão, ou seja a profundidade dos acessos, também é um factor contabilizável que permite perceber se esta tem implicações na utilização. A visibilidade de fora para dentro também será posta em causa: a afirmação das entradas em relação com o espaço urbano envolvente, a presença de obstáculos, e a possibilidade de visualizar directamente actividades internas.

59

Dimensão Funcional

A dimensão funcional pretende verificar as possibilidades que o espaço oferece em termos de usos e de que forma se desenvolvem as actividades no espaço, tentando compreender as características físicas que influenciam os comportamentos. Na relação entre os edifícios e o espaço pretende-se observar de que maneira a configuração dos edifícios se relaciona e muda o espaço e a sua utilização e lhe podem acrescentar valor (e vice versa). A continuidade de superfícies verticais, a homogeneidade ou heterogeneidade da linguagem arquitectónica destas, o ritmo transferido por elementos como reentrâncias, palas, varandas, ornamentos, etc, são características que podem influenciar a percepção da pureza ou riqueza do espaço e o tornem aprazível para a utilização. As fachadas podem também conferir protecção contra ventos dominantes, poluição, ruído, chuva, sol, etc., valorizando, assim os vazios em seu redor.

Será também identificada a natureza dos acessos aos edifícios a partir do espaço vazio (se são frequentes, se abrem directamente para o interior do quarteirão, se possibilitam a concentração de pessoas, etc) para tentar compreender a importância dos interiores de quarteirão e a possibilidade de interacção dos edifícios com os espaços.

Como ponto de análise da possibilidade de usar os espaços como lugares de permanência prolongada, irão ser analisadas a existência ou não de espaços que promovam a estadia como bancos, sombras, nichos, pontos de apoio ou protecção, etc. e outros elementos que incentivem actividades lúdicas, como existência de áreas ou materiais de pavimento adequados a

actividades livres, água, árvores ou outros elementos com possibilidade de interacção, etc.

A segurança dos espaços também influencia o seu funcionamento. A existência de barreiras automóveis, a correcta iluminação pública e a possibilidade de vigilância do interior dos edifícios para o exterior, etc. contribuem para permitir a utilização segura e descontraída. Será confirmada a presença ou ausência de elementos desse tipo e se resultam numa utilização de sucesso ou não.

Dimensão Sensorial

60

Nesta dimensão serão descritas as sensações e percepções que os espaços transmitem, na tentativa de compreender a parte mais subjectiva dos objectos de estudo que deve confirmar as características físicas do lugar. Esta interpretação difere de indivíduo para indivíduo, o que torna a caracterização pessoal, nesse aspecto. No entanto procura-se apoiar as opiniões em pontos de análise objectivos relativamente à imaginabilidade do lugar e à escala humana. Conforme observado no capítulo anterior, para além das sensações físicas relacionadas com a biologia humana (visão, audição, olfacto, tacto, etc.), outras características como a nitidez dos limites, a clareza do plano de fundo, o contraste entre o dentro e o fora, os significados ou referências memoriais, a atribuição de nomes aos lugares e a consciência do movimento são características que contribuem para a criação de uma imagem e identidade do lugar na nossa memória e a podem transformar numa opinião positiva, negativa ou neutra.

A noção da escala humana também contribui para esse factor e pode aproximar ou distanciar as pessoas e as suas actividades. É um atributo subjectivo mas que depende de características físicas como o alcance visual, a proporção entre larguras e alturas ou cheios e vazios, as dimensões dos lugares, a presença de elementos de fachada compreensíveis e a proximidade às pessoas.



VILA SOUSA

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

O caso de estudo localiza-se no bairro da Graça, uma zona de malha urbana densa, histórica, com um declive acentuado, numa posição elevada da cidade, que permite a abertura de vistas e miradouros. Nesta região os quarteirões são tradicionais e densamente ocupados ao longo do tempo. Dada a sua condição geográfica e topográfica, o bairro apresenta uma estrutura viária densa e pouco adaptada a veículos. A vila em estudo abre directamente para o largo da Graça mas ocupa apenas parte do quarteirão em que está inserida (este é definido pelo largo da Graça e Ruas Voz do Operário, S. Vicente e Travessas Mónicas e S. Vicente).



Figura 4.1: Vista aérea

62

1.1.2. Caracterização da Envolvente

Até ao século XVI o bairro da Graça estava muito ligado às ordens religiosas, sendo uma região de arrabaldes e periferia. Após o terramoto de 1755, veio a desenvolver-se de forma crescente, acolhendo os cidadãos que nesta região começaram a construir as suas residências simples, ou grandes palácios, conforme o seu estatuto social. Assim começou a formar-se um bairro que, até hoje, é maioritariamente habitacional, com comércio de pequena escala. Aquando a extinção das ordens religiosas o bairro sofreu grandes mudanças. Muitas igrejas e conventos foram demolidos ou mudaram de função. No final do século XIX, com a industrialização dos bairros vizinhos perto do rio (Beato e Xabregas) o bairro da Graça passa a receber uma classe social operária em busca de habitação. Aí inicia-se o contexto histórico que envolve a tipologia de construções habitacionais para operários na época industrial.

1.2. Projecto

A sua fachada principal conforma o largo da Graça com uma grande parede de azulejos azuis, e janelas idênticas de aspecto pombalino. A vila organiza-se em redor de um pátio quadrangular, através de um único acesso.

Segundo Vieira (1993) a Vila Sousa era originalmente um palácio – Vale de Reis que, após um incêndio foi transformado numa Vila – Vila Tomás Costa. Mais tarde, ao mudar de donos mudou também de nome para Vila Sousa, tal como hoje é conhecida.

“A Vila Sousa, que domina a colina da Graça, (...) constitui um caso à parte, visto tratar-se da ampliação de um antigo palácio, em cujas traseiras existe um amplo pátio envolvido por edifício de cinco pisos. Foi construído em 1889” (Pereira, 1994).

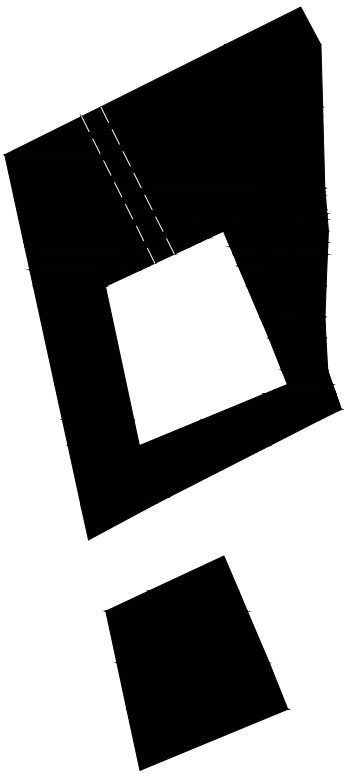


Figura 4.2: Cheios e Vazios

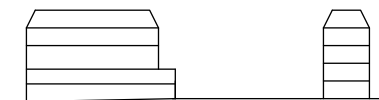


Figura 4.3: Corte transversal esquemático



Figura 4.4: Acesso ao pátio interno

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

A gestão do espaço é privada do condomínio. A limpeza das áreas comuns é feita pelos próprios moradores.

2.2. Utilização

A utilização do espaço é livre e sem restrições ao público. No entanto é controlada por um portão que se mantém sempre aberto. É possível a circulação de veículos em horário controlado das 8h às 19h em dias de semana.

3. Dimensão morfológica

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

O pátio interno assemelha-se a um quadrado, uma forma geométrica simples centralizada que convida à estadia. Em planta não apresenta recortes nem dentes o que torna o espaço facilmente assimilado.

3.1.2. Proporções

As medidas são aproximadas:

Área pátio: 560m² (aprox. 25.5x22m)

Área construída em planta: 2226m²

O espaço vazio interno significa 25% do espaço construído. O espaço vazio ocupa uma parte relativamente importante do espaço, sendo o protagonista da vila.

3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

A ligação entre interior e exterior é pontual. O pátio possui apenas um acesso, através do largo da Graça, por um portão que antecede um túnel de aproximadamente 2,5 metros de largura e 25 de profundidade, que fura o centro do corpo norte do pátio interno. Este acesso permite a passagem tanto de veículos como de peões. No túnel o pavimento é em ladrilho hidráulico, distinto do espaço exterior em calçada.

Não existem quaisquer barreiras físicas à circulação e ligação interior/exterior.

3.2.2. Visibilidade

O acesso está sinalizado por um portão de ferro ornamentado que ocupa dois pisos e exhibe em letras grandes o título “Villa Sousa” e a data “1890”. A entrada está ainda emoldurada por decorações em pedra. O túnel é bastante longo (25 metros), mas quando o portão está totalmente aberto é pos-

sível visualizar as actividades do seu interior, e uma luz forte que acusa um espaço exterior descoberto no final, apesar das dimensões do arco de entrada interno ser ligeiramente menor que o externo. Como é apenas um acesso pontual, e está inserido no mesmo plano da fachada do edifício principal, pode passar facilmente despercebido.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relações edifício / espaço

O plano sul e poente são idênticos: quatro pisos mais águas-furtadas com janelas alinhadas e com as mesmas dimensões, divergindo na existência de sacadas num dos planos. A fachada norte (onde se localiza o único acesso do pátio) tem um recuo horizontal ao nível do primeiro piso, formando uma varanda contínua dividida para os habitantes dos pisos superiores desse corpo. Apesar de ter menos um piso que os corpos anteriores, a altura total é igual e alinhada com estes. Por último, a fachada nascente tem um troço de quatro pisos mais águas-furtadas, igual às outras fachadas, e o restante é composto por um piso de garagens e, atrás, mais um piso de habitação. Assim, o conjunto ganha alguma variação e heterogeneidade, mas mantém uma homogeneidade de linguagem arquitectónica no conjunto. O perímetro interno é encerrado e contínuo e existem várias portas de entrada directas para as casas. O espaço interno é amplo o suficiente para permitir a iluminação directa do sol em todas as fachadas no Inverno e no Verão. A protecção contra ventos dominantes é imediata devido ao encerramento.

4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

Todos os pisos são de habitação. Na parte de fora do quarteirão existem algumas lojas de comércio sem espaço para esplanadas.

4.2.2. Usos Espontâneos

O pavimento irregular em calçada antiga de pedra é pouco adequado a actividades espontâneas, como por exemplo jogar à bola ou andar de bicicleta. O candeeiro no centro é um ponto de apoio ou referência. Não existem áreas verdes nem quaisquer tipos de bancos, cadeiras, degraus ou nichos para sentar, apenas o desnível do passeio é usado para essa função, mas sem grande conforto. A estadia prolongada no espaço exterior é desencorajada por falta de locais para sentar. Também não existe nenhuma protecção contra chuva e sol, excepto o próprio túnel de entrada. O facto do acesso ao pátio ser único desencoraja os utilizadores não moradores a entrar, pois não existe nenhum motivo que os leve a utilizar o pátio (comércio, serviços ou outros interesses para não moradores) e têm de voltar para trás para sair.



Figura 4.5: Portão de entrada na vila



Figura 4.6: Túnel de acesso



Figura 4.7: Pátio Interno



Figura 4.8: Vizinhos

Mesmo assim, o espaço é receptivo ao encontro entre os moradores, devido à sua forma e à obrigatoriedade de cruzamento de percursos para aceder aos espaços internos. O facto de ser um espaço estritamente residencial também é motivo de apropriação directa pelos moradores e de um comportamento de familiaridade entre eles e para com o espaço.

4.3. Segurança

A circulação automóvel é muito esporádica e lenta devido à pavimentação e pouco espaço de manobra. Além disso existe um passeio que separa a circulação de peões. No centro encontra-se um candeeiro que ilumina o espaço durante a noite. Todas as fachadas têm muitas janelas e as dimensões das fachadas e do espaço permitem a vigilância e comunicação interior/exterior.

65

5. Caracterização Sensorial

5.1. Imaginabilidade

Os limites do espaço são facilmente perceptíveis. O ambiente é muito familiar, as pessoas que o frequentam conhece-se e identificam pessoas desconhecidas. O encerramento confere ao espaço uma atmosfera muito silenciosa. O espaço é claramente destacado do plano de fundo de ruas exterior e dota de bastante identidade. O nome “Villa Sousa” é apreendido com facilidade pois está bem visível e é imediatamente associado ao espaço. O túnel de acesso é uma transição entre o dentro e o fora, o espaço é apropriado pelos moradores: o tecto é estucado com ornamentos como se fosse o interior de uma casa, mas ao mesmo tempo tem roupas a estender e janelas como se fosse espaço descoberto exterior.

5.2. Escala Humana

O espaço tem uma escala doméstica e familiar. As suas dimensões possibilitam identificar as expressões faciais de qualquer pessoa em qualquer posição do espaço interno, pois a dimensão máxima do espaço vazio é de 25 metros, menos de 30 metros, a medida limite indicado por Gehl (2008), no capítulo anterior, para reconhecer feições num indivíduo. O alcance visual é limitado ao interior do pátio, e, dessa forma, tem-se um contacto mais íntimo com os outros utilizadores. A existência de várias janelas também ajuda na percepção das dimensões e transferem uma escala pequena ao lugar.

Figura 4.9: Moradora observando o espaço pela janela





VILA EM PINHEIROS

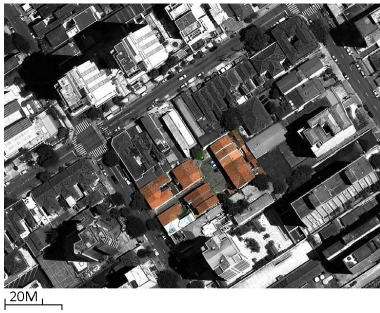


Figura 4.10: Vista aérea

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

O caso de estudo localiza-se bairro de Pinheiros, num quarteirão definido pelas ruas Teodoro Sampaio, Capote Valente, Óscar Freire e Avenida Rebouças. No entanto ocupa apenas uma parcela pequena do quarteirão. Nesta região encontramos vários exemplos de vilas no interior de quarteirões, que são caracterizados por uma ocupação mista entre edifícios de um ou dois andares e prédios até 20 andares ou mais. O bairro de Pinheiros é delimitado pelo rio com o mesmo nome, embora os quarteirões em estudo estejam um pouco mais a norte.

1.1.2. Caracterização da Envolvente

A situação de explosão demográfica industrial, e consequente falta de moradias e respostas para acompanhar o rápido crescimento urbano que se deu em todo o mundo, também esteve presente no Brasil. Aqui muitos dos trabalhadores fabris que vinham morar nas cidades eram imigrantes europeus procurando melhores oportunidades de vida e emprego noutra país. As vilas operárias surgiram no Brasil pela mesma razão que no resto do mundo: alojar muitos e de forma económica, a pequena distância do trabalho, resultando em grupos de habitações agrupadas em pátios, ruelas e passagens. Muitas vezes, no Brasil, existiam vilas operárias associadas a fabricas mais rurais, junto às fontes de matéria-prima. A própria cidade de São Paulo, impulsionada pela indústria do café gerou uma grande procura e oferta de trabalho, e consequente crescimento populacional, e evoluiu de uma vila provinciana a uma metrópole muito rapidamente neste período, tornando-se o maior centro industrial do Brasil em pouco tempo. A imigração estrangeira influenciou muito este crescimento e veio trazer ideias europeias de estilos arquitectónicos e maneiras de construir. A maior parte destas vilas foram construídas nas periferias da cidade junto a grandes centros fabris, na Barra Funda, Brás e Móoca. A região em estudo (Pinheiros) era, na altura, também periférica, e podem ser encontradas várias vilas ainda hoje em dia.

Trevisan (2006) divide a evolução da tipologia de vilas em São Paulo em diferentes períodos: O primeiro, entre 1890 e 1937 relativo à época industrial descrita, e o segundo, entre 1937 e 1968, relativo a uma época de expansão deste modelo pela cidade, ocupado pela classe média, cada vez mais afastado do centro e da zona industrial, onde a construção era mais barata e permitia mais investimento em casas mais salubres. A expansão para a periferia deixou vários vazios disponíveis, principalmente no interior dos quarteirões, o que foi visto como uma boa oportunidade de investimento.

“Um imóvel de frente para a via oficial tinha mais valor que os de miolo de quadra, o que atraiu pequenos e médios investidores a construir vilas para a classe média. (...). O código de obras Arthur Saboya (1934 – 1968) permitia abertura de “passagens” com largura mínima de 4 metros, desde que com declividade inferior a 15%, e menos de 200 metros de comprimento, em loteamentos de casas de carácter essencialmente popular”. (Trevisan, 2006, 12)

Este código permitiu o desenvolvimento de vilas no interior de quarteirões por toda a cidade. No entanto, também neste código e segundo o mesmo autor, estas “passagens” seriam de uso restrito aos usuários das casas daquela rua.

68

Esher (1998), cit. in Trevisan (2006, 13) estimou, na região de Pinheiros, 253 possibilidades espaciais de serem vilas classificadas por Administração Regional, e 4510 ocorrências na cidade de São Paulo, sendo que aproximadamente apenas 1500 fossem realmente vilas.

A partir de 1968 a mesma lei que autorizava a construção de vilas como passagens foi revogada e até 1994, quando a prefeitura de São Paulo aprovou uma lei permitindo condomínios horizontais de casas em lotes até 15000m² (Lei de Vilas Residenciais). Em 1990 uma nova lei permitiu o fechamento de ruas sem saída residenciais, a veículos estranhos aos moradores, com menos de 10 metros de largura, e não pode impedir o acesso de peões. Este último requisito é muitas vezes ignorado na cidade, e podemos encontrar vários exemplos completamente fechados a peões. Hoje em dia a maioria das vilas são fechadas à passagem de não-moradores, privatizando o interior dos quarteirões pensado para ser aberto. Dos poucos exemplos que não foram privatizados, gostariam de poder fechar o acesso, e infelizmente estas vilas vão sendo fechadas uma atrás da outra.



Figura 4.11: Vila privatizada na vizinhança

1.2. Projecto

O exemplo de vilas em estudo é formado por uma única rua de acesso, (denominada “Travessa Professor Paulo Padilha”) que termina num pátio interno fechado pelas habitações. Insere-se no referido segundo período de habitação para classe média no interior de quarteirões. São residências de dois pisos de altura, de linguagem arquitectónica semelhante.

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

O espaço é público, da responsabilidade da prefeitura de São Paulo. No entanto, a manutenção e limpeza das ruas internas da vila são excluídas das rondas de limpeza da cidade. Quem cuida e mantém o espaço são os próprios moradores, por falta de alternativa.

2.2. Utilização

A entrada é aberta e livre para qualquer pessoa a qualquer hora do dia. Não existem maneiras de vedar a passagem. Os veículos dos moradores são permitidos no interior do pátio, e estacionam nas entradas das casas. Na rampa de acesso não é permitido estacionar, pois não tem largura suficiente. Apesar de ser um estacionamento supostamente privado, pessoas exteriores à vila utilizam com frequência o espaço, sendo motivo de indignação por parte dos moradores.

3. Dimensão Morfológica

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

O espaço interno é um rectângulo simples, acessível por uma rua estreita. Tanto a rua de acesso como o pátio interno formam um plano inclinado no chão. A forma e a articulação entre as partes é bem perceptível e de pequenas dimensões.

3.1.2. Proporções

As medidas são aproximadas:

Área pátio: 460m² - Esta área conta com a rua de acesso. Apenas pátio: 320m² (28m x 11m)

Área construído em planta: 1260m²

O espaço vazio interno significa 36.5% do espaço construído. Aqui contou-se com a área da rua de acesso mais o pátio, pois as casas distribuem-se em redor desta rua também. À semelhança da Vila Sousa, a percentagem do espaço vazio mostra que este ocupa uma área bastante importante no conjunto, que, apesar de não ser maioritária, é protagonista.

3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

A ligação do espaço interno com externo é pontual, feita pela Rua Capote Valente, por uma travessa com cerca de 4/5 metros de largura. Apesar do espaço interno e externo estarem a cotas diferentes, o acesso não apresenta desníveis ou barreiras físicas, e pode, inclusive, ser utilizado por automóveis. O pavimento é em pedra calçada, diferente do asfalto normal da rua, mas o plano dos passeios para peões continua para dentro da vila.

3.2.2. Visibilidade

A distância entre a rua e o pátio interno é de cerca de 30 metros. Aliada ao desnível entre rua e pátio (a rua está numa cota inferior) dificulta a percepção das actividades internas. A sinalização de “Rua sem saída” e a proibição

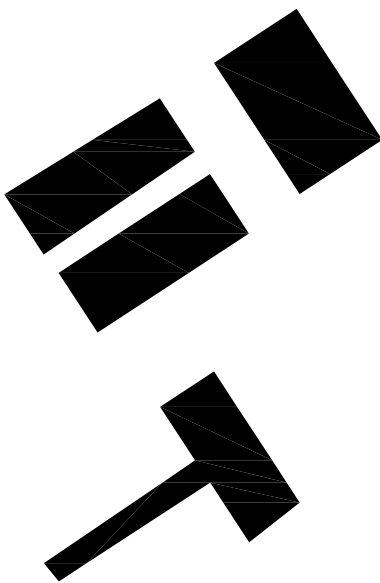


Figura 4.12: Cheios e Vazios

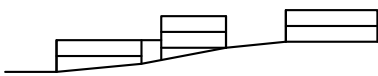
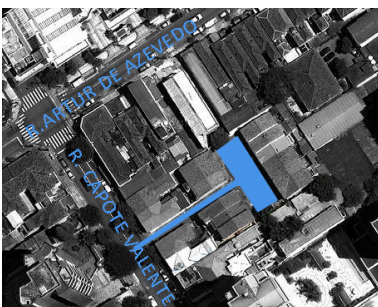


Figura 4.13: Corte esquemático

Figura 4.14: Acessos



de estacionar junto do acesso, desencorajam a visita. No entanto as fachadas coloridas das casas são visíveis da rua de acesso e chamam a atenção para a existência de um espaço interno distinto.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relações edifício / espaço

70

No interior do pátio, as superfícies verticais são relativamente contínuas e homogéneas. Ainda que cada casa seja diferente da outra (quer na cor da fachada, quer na eventual alteração dos elementos arquitectónicos e decorações), o estilo arquitectónico do conjunto é bastante semelhante, e essa individualidade transfere personalidade e ritmo ao espaço. As fachadas internas do lado menor do rectângulo são cegas, muros de outros terrenos do interior do quarteirão. Nesses muros os moradores colocaram canteiros e vasos com plantas. Na frente de todas as superfícies verticais os carros estacionam onde houver um espaço, barrando a relação directa entre edifícios e espaço adjacente. Por ser um local encerrado e relativamente afastado da rua, o ambiente interior é silencioso, protegido dos ventos e poluição, e as dimensões e proporções internas permitem a insolação directa dos espaços.

4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

Todos os edifícios são destinados a utilização residencial. No entanto, existe uma casa que acolhe uma clínica de psicologia. Esta não está identificada como tal, e do exterior não é possível identificar um uso diferente do residencial.

4.2.2. Usos Espontâneos

Os utilizadores da vila são os próprios moradores. Como o espaço tem apenas um acesso, não serve de passagem a nível urbano, e não tem interesse em ser utilizado a não ser para acesso às habitações. Cada casa tem uma porta de entrada com uma pala de cobertura, que permite a eventual estadia e conversa entre vizinhos perto destes lugares. No entanto, a presença dos automóveis obriga ao contorno dos mesmos para entrar nas residências, desencorajando este tipo de actividades.

O piso é irregular em calçada e inclinado, pouco adequado a actividades de proximidade como jogos de bola ou patins. Existem alguns canteiros com árvores e pequenas plantas, que permitem a eventual protecção contra sol e chuva e a presença de pessoas nem que seja para cuidar das plantas, que existem por iniciativa dos moradores. No espaço não há bancos nem lugares para sentar, acabando por ser utilizado apenas como passagem. O acesso automóvel é muitas vezes abusivo, e a presença de veículos de não-



Figura 4.15: Entrada da vila



Figura 4.16: Espaço interno



Figura 4.17: Vegetação no interior



Figura 4.18: Limite do espaço com objectos decorativos

-moradores causa insatisfação em quem mora na vila. Por ser um lugar menos visível da rua, e, aparentemente, mais acolhedor e tranquilo, alguns sem-abrigo costumam aproximar-se do pátio, utilizando as bermas para dormir. Este e a presença de veículos “estranhos” são, aliás, alguns dos motivos para o desejo de privatizar o espaço, que em muitas vilas tem sido uma opção recorrente.

4.3. Segurança

O espaço interno é iluminado por candeeiros públicos. A vigilância interna-externa pode ser bastante eficiente devido à proximidade dos espaços. O piso irregular e a dimensão pequena dos espaços diminui a possibilidade de circulação automóvel a altas velocidades.

71

5. Dimensão Sensorial

5.1. Imaginabilidade

O encerramento do espaço causa uma sensação de contraste em relação às ruas envolventes e um aparente o controlo visual sobre os acontecimentos e os utilizadores. Existe consciência do movimento no percurso até chegar ao pátio, mas no seu interior domina uma noção de espaço centralizado. A luminosidade interna é semelhante à externa, não existindo nenhuma diferença sensorial significativa ao percorrer a vila.

5.2. Escala Humana

A altura das residências e os elementos das fachadas (janelas, portas, plantas, ornamentos, etc.), junto com a curta dimensão do espaço (máximo 28 metros de comprimento), transferem uma escala humana ao lugar. É possível distinguir as feições das pessoas em qualquer lugar do espaço. As próprias cores das habitações são motivo de uma atmosfera familiar e descontraída. A presença de automóveis diminui a qualidade do espaço e da sua relação com os edifícios, para além de diminuir a área útil utilizável em si.



RECONVERSÃO DO CHIADO



Figura 4.19: Vista Aérea

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

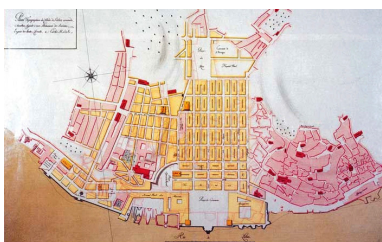
Os quarteirões em estudo localizam-se no Chiado, no centro histórico da cidade de Lisboa. Esta zona da cidade é caracterizada por um declive acentuado e um forte carácter histórico e de pertença social.

Os quarteirões são do tipo tradicional, com construções ocupando todo o perímetro e deixando espaço vazio privado nas traseiras, muitas vezes com ocupações informais e/ou abarracadas no miolo. A intervenção divide-se em vários blocos, dos quais serão analisados o A e B. O bloco A fica definido pelas ruas Rua Garrett, Ivens e Calçada Nova de São Francisco. O bloco B localiza-se entre a Rua do Carmo, Garrett, Calçada do Sacramento e largo do Carmo

1.1.2. Caracterização da Envolvente

Após o terramoto de 1755, grande parte da cidade de Lisboa desapareceu. Ante as hipóteses de reconstruir a cidade baseada no que existia antes do terramoto ou implementar um plano urbanístico completamente novo, a escolha pela segunda possibilidade possibilitou o surgimento de novas ideias e diferentes propostas urbanas que modificaram a cidade de um modo único e raro na história do urbanismo e arquitectura. Segundo Byrne (1986) o plano escolhido por Marquês de Pombal, de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel centralizado na zona da Baixa e Chiado, não nasceu do nada: acomodou os espaços vazios das zonas danificadas pela catástrofe e recriou uma nova linguagem monumental e simbólica, dando atenção à ligação entre o novo e o antigo. “(...) trata-se de uma operação, conceptualmente mais de modificação do que de inovação. Uma operação na qual a aparente ruptura de determinados fragmentos acaba por ser assimilada pelo restabelecimento de novas continuidades e hierarquias.” (Byrne, 1986, 8). O novo plano definia não só os traçados dos espaços públicos, como também os limites do espaço privado e público, a volumetria, dimensões, número de pisos e altura dos quarteirões e fachadas. A arquitectura ficava subordinada ao urbanismo, assumindo os princípios racionais do mesmo. Os quarteirões foram partidos em parcelas privadas que foram atribuídas aos antigos proprietários com base em critérios de proporção e equivalência dos antigos terrenos urbanos para a nova malha reticulada. Estes quarteirões serviam de suporte a actividades diversas encorajadas pelo esquema de distribuição e tipologias simples e flexíveis. Essa flexibilidade deu origem à progressiva terciarização das habitações da baixa, situação que ainda hoje se verifica. (Byrne, 1986). Os quarteirões introduziram, através das suas fachadas, uma linguagem forte, abstracta e ritmada, dando um

Figura 4.20: Plano de reconstrução da Baixa



carácter de modernidade ao plano. “De notar que o pequeno pátio interno, é usado apenas para iluminação e drenagem de águas, de modo a tornar a ocupação do quarteirão o mais rentável possível.” (Byrne, 1986, 20).

74

A mudança de cotas acentuada da zona do Chiado reflectia-se por uma pequena distorção na malha urbana reticulada do plano original da Baixa Pombalina e uma dimensão dos quarteirões ligeiramente diferente do núcleo plano da Baixa. No entanto a malha reticulada mantinha alinhamentos muito semelhantes e coerentes entre todo o plano. Apesar disso o desenho e a realidade não coincidiram exactamente. As ruas equivalentes às actuais Rua Garrett, Nova do Almada e do Carmo mantiveram as orientações do plano, mas as restantes praticamente nem existem. Não foram executados vários arruamentos quer no sentido este-oeste como no sentido norte-sul, resultando em quarteirões com dimensões todas diferentes umas das outras e, conseqüentemente, diferentes do plano original. O plano não foi cumprido ao encontrar a dificuldade da acentuada mudança de cotas.

Ao ao contrário da Baixa, que foi ocupada quase totalmente por serviços, o Chiado representava uma importante zona de comércio e símbolo de tendências, onde aconteciam as mais eruditas discussões culturais e artísticas. A partir de metade do século XIX passa a ser o espelho da sociedade burguesa que emergia na cidade. Um lugar onde todas as pessoas vão para comprar, passear, conspirar, conversar e se mostrar. Já depois da metade do século XX, no período anterior à reconversão, “(...) o estado do Chiado era de relativa decadência e obsolescência. A crise dos Grandes Armazéns, a dificuldade de reconversão e actualização de alguns estabelecimentos comerciais e o quase desaparecimento do uso como habitação, juntamente com a concorrência de grandes centros comerciais de outras zonas da cidade, conduziram a um estado de progressivo empobrecimento, de resto extensível à Baixa Pombalina.” (Siza, 2000, 40).

Em Agosto de 1988 deflagrou um incêndio, no miolo principal do Chiado, num edifício da Rua do Carmo que rapidamente se alastrou para os edifícios vizinhos, vindo a atingir mais de 17 deles, alguns já na Rua Garrett. Alguns dos edifícios destruídos eram originais do plano de reconstrução da cidade pós-terramoto, ainda que apresentassem alterações significativas aos projectos iniciais, como aconteceu, aliás, em quase todos os edifícios do plano pombalino e principalmente no Chiado. As perdas materiais foram incalculáveis, mas o desastre foi uma oportunidade de renascimento de uma área em decadência. A reconversão e recuperação de toda a área sinistrada ficou a cargo do arquitecto Álvaro Siza, sendo que a obra se desenvolveu durante a década de 1990.



Figura 4.21: Incêndio do Chiado

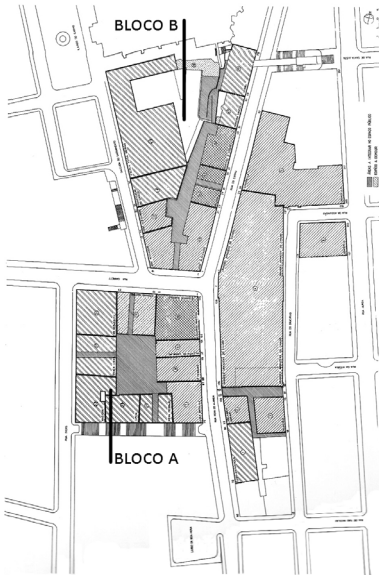


Figura 4.22: Planta geral do projecto: Blocos A e B

1.2. Projecto

Segundo Siza (2000) o respeito à volumetria pré-existente, a conservação das fachadas e o melhoramento da ligação entre a zona baixa e alta da cidade eram requisitos da Câmara Municipal de Lisboa para o plano. O arquitecto reconheceu no Chiado as suas características essenciais e pô-las em evidência: Uma plataforma híbrida de distribuição e ligação entre o bairro “Baixa” e o bairro “Alto”. A reconstrução foi acima de tudo uma intervenção que procurou criar ligações urbanas, privilegiando e melhorando a mobilidade dos peões nesta área. Os edifícios reconstruídos procuram manter o ritmo e continuidade do aspecto exterior impingida pelo plano da Baixa, tentando cicatrizar as feridas abertas pelo incêndio. Assim, a intervenção de Siza apresenta-se discreta, mantendo o equilíbrio do centro histórico e transformando o Chiado naquilo que verdadeiramente o caracteriza e lhe transfere importância e significado: numa rótula de articulação.

75

As maiores modificações e novidades sobre a morfologia das pré-existências concentram-se na abertura e disponibilização de espaços vazios, anteriormente expectantes e insalubres, no interior dos quarteirões para serviço público e urbano. De todas as partes que compõem o projecto de reconversão do Chiado, os blocos A, B e C colocam à disposição e vista da cidade os espaços do interior do quarteirão, integrando-os na malha urbana já existente. Enquanto os quarteirões A e B o fazem através do aproveitamento do espaço vazio do quarteirão para uso público e comercial, o bloco C aproveita o uso comercial em galerias desniveladas de comércio, integradas nos “Armazéns do Chiado”, através das quais conseguimos entrar e sair em diferentes cotas (na Rua do Carmo e na Rua do Crucifixo).

Enumerando os novos acessos e ligações urbanas temos:

- Percurso pedonal aberto pelo interior do Bloco B ligando a Rua do Carmo, Garrett à porta lateral sul da Igreja do Carmo e acesso ao elevador de Santa Justa.
- Novo pátio público no interior do Bloco A acessível pela Rua Garrett, Ivens e Calçada Nova de São Francisco.
- Novo percurso pedonal em escadas entre a Rua do Crucifixo e Nova do Almada.
- Acesso à nova estação de Metropolitano pela Rua do Crucifixo.

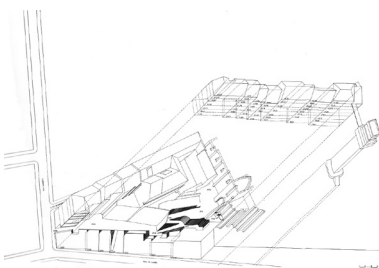


Figura 4.23: Plano: Axonometria Bloco B

Os quarteirões a analisar serão, então o bloco A e B, pela presença de pátios descobertos no seu interior.

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

A gestão dos espaços internos é privada e está a cargo do condomínio dos prédios. As lojas funcionam em regime de arrendamento e mantêm os es-

paços comuns utilizados por elas (nomeadamente em espaço de esplanada e publicidade) limpos e arrumados.

2.2. Utilização

Em ambos os blocos A e B a utilização do espaço é livre e aberta ao público. No entanto, no bloco A os túneis de acesso aos pátios internos são controlados por câmaras de segurança. No bloco B isto não se verifica. Ambos os blocos e encerram durante a noite. Assim, o horário de funcionamento do espaço interno funciona de acordo com o horário das lojas e restaurantes: das 10h às 00h.

3. Dimensão Morfológica

76

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

Bloco A:

O quarteirão do bloco A assume uma forma quadrangular com construções periféricas, deixando um vazio interno recortado com uma geometria semelhante à exterior. Apesar de algumas saliências e reentrâncias das fachadas que encerram o espaço interno, este é assimilado como um quadrilátero simples. O interior divide-se em dois patamares desnivelados e articulados por lances de escada. A diferença de cotas e a menor dimensão do espaço inferior torna-o menos visível. Assim, o patamar superior sobrepõe-se nitidamente ao inferior e é nele que se desenvolvem a maioria das actividades.

Bloco B:

O interior do quarteirão deste bloco assume uma direcção linear. A forma apresenta alguns dentes, nichos e recortes resultado das traseiras dos edifícios que a confinam. Os edifícios que confinam a Rua do Carmo formam um alinhamento que se reflecte no interior. Mas já os edifícios da Calçada do Sacramento apresentam mais recortes e saliências para o espaço interno. Uma parede vertical com um pórtico atravessa o espaço e divide-o em dois momentos, sendo o segundo mais comprido e mais dominante.

3.1.2. Proporções

Bloco A:

As medidas são aproximadas:

Área pátio: Plataforma Superior - 467 m² (30m x 15m); Plataforma Inferior - 149 m² (4m x 28m); Total: 616 m²

Área construído em planta: 3750 m²

O espaço vazio interno significa 16,4% do espaço construído. Esta relação demonstra que o espaço construído é mais valorizado que o vazio, o que



Figura 4.24: Dois patamares, Bloco A

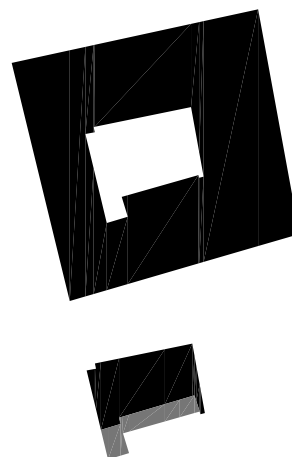


Figura 4.25: Cheios e Vazios, Bloco A

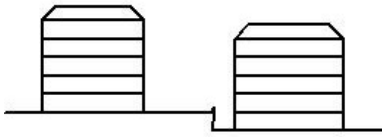


Figura 4.26: Corte esquemático, Bloco A

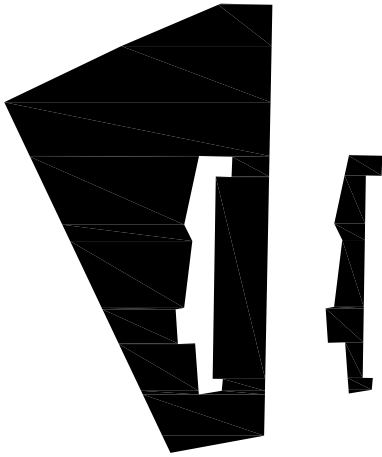


Figura 4.27: Cheios e Vazios, Bloco B

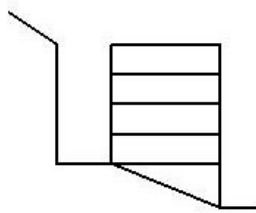


Figura 4.28: Corte esquemático, Bloco B



Figura 4.29: Acessos

torna a ocupação muito densa, indo de acordo com a zona histórica densificada em que a intervenção se insere. Mesmo assim, devido ao seu formato centralizado o pátio aparece na malha urbana como um desafogo, um espaço de exceção, generoso.

Bloco B:

Área pátio: 485 m² (65m x 4 a 9m)

Área construído em planta: 4035 m²

O espaço vazio interno significa 12% do espaço construído. Aqui não estão contabilizadas as áreas de terra contida por diferença de cotas, mas apenas os edifícios construídos, o que significa que a percentagem de vazios úteis é menor ainda, visto que as plataformas de terras de contenção não servem como espaço público, existindo um desperdício notório.

77

3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

Bloco A:

A ligação entre interior e exterior é pontual. O pátio possui três acessos em túnel para três ruas distintas que delimitam o exterior do quarteirão: Rua Garret, Rua Ivens e Calçada Nova de São Francisco. Devido ao acentuado desnível do terreno em que este pátio se insere, apenas o acesso pela Rua Garret consegue ser livre de barreiras físicas. O túnel de acesso da Rua Ivens possui uma ligação desnivelada com escada enquanto a Calçada Nova de São Francisco é, ela própria, uma rua em escada, não podendo estes dois acessos ser frequentados por pessoas com mobilidade condicionada. As larguras dos túneis de entrada variam entre 3 a 2 metros e os pavimentos quer dos acessos quer do próprio pátio apresentam-se como um prolongamento do espaço exterior em calçada portuguesa. Estas ligações vedam o espaço através de portões entre as 00h e as 10h, e a circulação só é permitida fora deste horário.

Bloco B:

Existem duas entradas pontuais para o interior deste bloco: Pela Rua Garret e Rua do Carmo. À semelhança do bloco A, funcionam em túnel com possibilidade de encerrar o espaço durante a noite. A entrada pela Rua Garret não tem barreiras físicas, mas a da Rua do Carmo apresenta uma escadaria de dois lances, desencorajando a sua utilização. Os pavimentos são também em calçada, continuando o padrão da rua.

Neste pátio estava prevista uma ligação com o largo do Carmo e elevador de Santa Justa através de escadas e rapas internas que venceria uma enorme diferença de cotas. Esta ligação nunca foi executada, diminuindo o potencial funcional e vivencial do pátio por falta de conexão com a rede urbana.

O objectivo deste pátio era servir de passagem ou atalho urbano: partindo da Rua do Carmo a chegada à igreja do Carmo seria muito mais rápida e directa. Na ausência desta ligação, resultou num corredor sem saída, obrigando os utilizadores a voltarem para trás ao chegar a uma parede cega de contenção de terras.

3.2.2. Visibilidade

Bloco A:

As portas de entrada podem passar despercebidas aos olhares menos atentos pois apresentam-se sem grande destaque pelo exterior, de dimensão e aspecto iguais a qualquer outra porta de comércio. A entrada que mais funciona é a da Rua Garret pois, para além de não apresentar barreiras físicas ou psicológicas à passagem de pessoas, ser um acesso directo e simples e localizar-se na rua mais movimentada, permite o vislumbre da actividade interior para quem passa. A publicidade às actividades comerciais internas localiza-se na perpendicular ao portão de entrada, não dificultando a leitura do mesmo e chamando a atenção para quem passa na rua. O que mais se destaca é o contraste da luz solar no final do túnel e a presença de esplanadas e pessoas. A maior parte das pessoas depara-se com curiosidade e espreita para dentro do pátio à passagem, e algumas chegam mesmo a entrar. Na entrada da Rua Ivens não é possível ver as actividades interiores devido ao desnível entre a rua e o pátio. Já a Calçada Nova de São Francisco é a rua menos movimentada de todas, mas a entrada é previamente anunciada pela sua localização no patamar de descanso da escadaria e pela presença da explanada do restaurante na frente, que, aliás, se apropria do espaço interno do túnel de entrada. Se não for pelo interesse na actividade do restaurante, esta entrada não é facilmente assimilada como tal, pois o alinhamento com o espaço interno é desfasado e a visualização do mesmo não é evidente.

Bloco B:

A entrada pela Rua Garret é semelhante às outras entradas de comércio na mesma fachada, o que a torna, à partida, pouco visível. A luz solar no espaço interno é indirecta e difusa (devido à proporção entre a altura das fachadas e a largura do espaço) criando menos contraste com o túnel. O espaço interno é linear e não convexo, e desta entrada não é possível ver directamente as actividades internas. Para piorar a situação, existem várias placas publicitárias na frente da entrada o que diminui a visibilidade para o interior do quarteirão. Ao contrário da entrada para o bloco A na mesma rua, poucas pessoas se detêm olhando para o interior do quarteirão, e menos pessoas ainda entram realmente.

A entrada pela rua do Carmo é bastante pronunciada por si só. Ocupa dois pisos e apresenta uma escadaria bem anunciada. Mas mais uma vez, a mu-



Figura 4.30: Muro no final do percurso do Bloco B



Figura 4.31: Entrada da rua Garret, Bloco A



Figura 4.32: Entrada da rua Garret, Bloco B



Figura 4.33: Entrada da rua do Carmo, Bloco B

dança de cotas nesta situação actua como um impedimento físico e psicológico à entrada de pessoas. Não é possível observar as actividades internas devido a essa diferença de alturas, tornando-a pouco utilizada e prejudicando a vida no interior deste quarteirão.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relações edifício / espaço

Bloco A:

O encerramento interno por fachadas é totalmente contínuo mas não linear devido às reentrâncias dos diferentes planos de fachada. Esses recortes juntamente com algumas varandas nos pisos superiores transferem algum ritmo ao conjunto. A maioria dos edifícios que confinam o espaço têm cinco pisos. As fachadas são relativamente heterogéneas entre si (devido ao número diferente de pisos, dimensão das janelas, alinhamento das mesmas, cores e materiais de revestimento), mas todas seguem uma linguagem arquitectónica semelhante, o que torna o conjunto homogéneo. Todos os estabelecimentos comerciais têm entrada directa para o pátio, o que permite uma grande concentração de entradas e saídas de pessoas e interacção entre o cliente/utilizador do espaço e lojistas. Para além disso todos os restaurantes e cafés se estendem através da utilização de esplanadas o que convida ainda mais à concentração perto das entradas. Já os acessos aos pisos superiores são feitos pelo exterior do quarteirão ou pelos túneis de entrada no pátio.

O encerramento do espaço em todas as direcções permite uma protecção imediata aos ventos dominantes. As suas dimensões possibilitam uma iluminação solar distribuída em todas as fachadas e no plano do solo, tanto no Inverno como no Verão.

Bloco B:

À semelhança do pátio do Bloco A, o encerramento deste pátio é total o que confere uma continuidade a todo o conjunto, apesar das reentrâncias na forma. Os edifícios têm em média cinco pisos. No entanto parte das fachadas que confinam o espaço são muros de contenção de terras. Por essa razão o conjunto de fachadas deste pátio é mais heterogéneo que o anterior, mesmo sendo as fachadas bastante homogéneas entre si.

Todas as lojas do térreo têm acesso directo para o pátio.

À semelhança do bloco A, o encerramento total por fachadas e muros permite protecção contra os ventos dominantes. No entanto a relação entre a altura das fachadas e largura espaço dificulta a entrada de luz solar directa em alguns pontos. Tendo um formato linear, as fachadas a nascente estão orientadas na direcção em que se desenvolve o comprimento, recebendo luz de poente.

Figura 4.34: Pátio interno, Bloco A



4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

Em ambos os pátios o piso térreo é ocupado por lojas comerciais e restaurantes com respectivos espaços de esplanadas. Segundo o plano do arquitecto, nos pisos superiores existem escritórios e habitação.

4.2.2. Usos Espontâneos

Bloco A:

O pátio está todo ocupado por esplanadas dos restaurantes e cafés, convidando à estadia e descontração. As mesas e lugares para sentar são sombreados por chapéus e outras coberturas móveis, tornando o lugar protegido em dias de sol e, eventualmente, chuva. Também existe uma árvore que fornece sombra e ponto de apoio e referência. Todo o pátio é pavimentado com calçada, não existindo espaços verdes para além da única árvore e canteiros de arbustos pertencentes à decoração das esplanadas e lojas. As entradas não oferecem nichos ou bancos fixos que permitam a eventual estadia. No entanto as escadas do túnel de acesso à Rua Ivens funcionam como abrigo do sol e chuva e lugar para sentar.

O espaço é quase todo ocupado pelas esplanadas, deixando apenas corredores de circulação em redor. A falta de espaço não convida à ocupação espontânea para usos mais expansivos (como andar de bicicleta, passear o cão ou jogar à bola), mas o facto de permitir e incentivar a estadia prolongada através das esplanadas pode levar ao desenvolvimento de interacções humanas diversificadas.

O túnel de acesso da Calçada Nova de São Francisco é aproveitado pelo restaurante como parte da área de comedouro.

As três entradas em ruas diferentes permite que o espaço seja utilizado como atalho, mas, em geral, as diferenças de cotas e degraus no caminho desencorajam essa função urbana de acontecer.

Bloco B:

O pátio tem apenas uma esplanada e respectivos sombreamentos móveis. Existe um banco corrido fixo ao longo da direcção da circulação. À semelhança do pátio do bloco A, as escadas do túnel de acesso da Rua do Carmo funcionam como local para sentar, mas estas, por estarem viradas para a Rua do Carmo, não contribuem para a presença de pessoas no pátio interno, mas sim como local de descanso espontâneo da própria rua. Aliás, a presença de pessoas sentadas obstruindo a passagem pode até desencorajar a sua subida para acesso ao pátio. Para além de canteiros com arbustos da esplanada e lojas não existem espaços verdes no interior do quarteirão. O



Figura 4.35: Pátio interno, Bloco B

80

Figura 4.36: Esplanadas, Bloco A



Figura 4.37: Túnel de acesso, Bloco A

Figura 4.38: Ocupação das escadas do túnel de acesso da rua do Carmo, Bloco B



Figura 4.39: Banco corrido fixo, Bloco B

pavimento é liso (calçada) e adequado a usos espontâneos, no entanto não existem pontos de apoio à estadia, à exceção do banco corrido fixo. No entanto existe bastante área livre, apesar de longitudinal. Como a ligação ao largo do Carmo nunca foi concretizada, a utilização deste pátio como passagem ou atalho não se verifica, pois é necessário voltar para trás no final do percurso.

4.3. Segurança

Em ambos os pátios a circulação interna é inteiramente pedonal, e é vedada a entrada de viaturas. No bloco A os túneis são vigiados por câmaras de segurança. No bloco B já não se verifica. Os portões dos túneis de acesso encerram durante a noite, fora do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Nas fachadas internas dos pátios existem bastantes janelas que permitem a boa visibilidade e vigilância do interior para o exterior. Existem também vários candeeiros de iluminação quer nos túneis, quer nos pátios e nos suportes de esplanada.

81

5. Dimensão Sensorial

5.1. Imaginabilidade

Bloco A:

Os limites do pátio são muito nítidos. Ao entrar, o contraste entre a penumbra dos túneis e a forte luminosidade do espaço exterior do pátio contribuem para uma sensação de mudança e quebra. No interior do pátio a atmosfera é silenciosa, e é possível escutar música das esplanadas e lojas. É um espaço claramente distinto das ruas exteriores, barulhentas, movimentadas e amplas. Apesar da noção de singularidade do interior, o espaço não transmite uma identidade ou significado especial. Não existe consciência do movimento, pois é um lugar de configurações centralizadas que convidam à estadia.

Bloco B:

A luminosidade interna é mais esbatida e o contraste não é tão grande ao entrar no espaço. No entanto o silêncio do ambiente interno é claramente contrastante com o espaço exterior.

A parede de separação do espaço cria alguma imagem e identidade ao lugar. A noção de movimento é transmitida pelos diferentes acontecimentos do interior (parede, esplanada, túnel de ligação com a Rua do Carmo, fim sem saída...).

5.2. Escala Humana

Bloco A:

As dimensões do pátio são bastante humanas. Na plataforma superior a

maior dimensão do pátio é de 30 metros, que é o limite, indicado por Gehl (2008), para reconhecer feições num indivíduo. Esta é uma distância íntima e confortável para um espaço de estadia onde se pode observar calma e passivamente as acções humanas. Na plataforma superior a proporção entre o espaço e a altura dos edifícios é ampla e confortável e imprime no utilizador uma sensação de desafogo. Já na plataforma inferior esta proporção transmite uma sensação de opressão, um pouco diluída pelo outro plano de fachada com apenas 4 metros de altura, mas ainda assim muito menos confortável que a plataforma superior.

82

A presença de várias janelas também ajuda a transmitir uma escala humana. O nível térreo tem pouca transparência e o alcance visual é limitado transmitindo uma noção de controle do espaço, pois podemos observar todos os seus pontos. A plataforma inferior é a mais desfavorecida, pois a altura dos edifícios parece Maiores devido à proporção da faixa de espaço livre, que é bastante reduzida. A sensação é de enclausura. Apesar disso as escadas de acesso ao patamar superior são bem visíveis, transmitindo uma sensação de maior desafogo nesse lado da fachada que delimita o espaço.

Bloco B:

Ao entrar no espaço não se tem a percepção de tudo ao mesmo tempo. Os edifícios são mais altos em relação ao espaço livre, o que transmite uma sensação menos acolhedora, de circulação e não de paragem. No comprimento total de 65 metros do pátio não é possível enxergar as expressões faciais de uma pessoa no outro extremo. A visibilidade para o exterior também é reduzida, pois não existem transparências no nível térreo.



Figura 4.40: Bloco B



ALVALADE

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

Os quarteirões em estudo localizam-se na zona de Alvalade, uma região planeada da cidade, constituída maioritariamente por quarteirões tradicionais. Foram escolhidos dois quarteirões vizinhos com possibilidade de interligação física e complementaridade de funções entre eles. O conjunto é delimitado pelas Avenidas João XIX, de Roma, Madrid, padre Manuel da Nobrega e Rua Edison. A Rua Cervantes atravessa o conjunto, separando e marcando os limites dos dois quarteirões.

Figura 4.41: Vista Aérea



1.1.2. Caracterização da Envolvente

84 Segundo Lamas (2004) a partir da segunda metade do século XIX Lisboa tem necessidade de se expandir e criar uma imagem de modernidade adaptada ao seu papel de capital europeia. No final do século, o engenheiro Resano Garcia organiza a expansão da cidade com vários planos articulados entre si. As bases desses planos baseiam-se nos traçados de grandes avenidas e boulevards, influenciadas pelas transformações de Haussman em Paris, as chamadas “Avenidas Novas”: eixos viários principais articulados por pontos de rótulas circulares, arborização central e passeios pedonais adaptados à estrutura habitacional. Esta área está compreendida entre a Avenida da Liberdade, Marquês de Pombal, Fontes pereira de Melo, Saldanha e Avenida da República com toda a sua envolvente. Estes traçados viários formam uma malha reticulada que define os quarteirões, sendo estes, também, elementos básicos dos planos. Tradicional e regular, adaptado às diferentes topografias da cidade, o quarteirão das avenidas novas apresenta algumas especificidades:

“Admite ocupações pontuais deixando espaços intersticiais de penetração entre duas empenas; subdivide-se segundo uma lógica geométrica em lotes que podem receber diferentes tipologias habitacionais: moradia-residência burguesa ou prédio de rendimento. E estas tipologias distribuem-se na oferta de lotes hierarquizando-os pela importância das ruas e dos sítios, mas criando um tecido urbano com discontinuidades na volumetria e na ocupação do solo. (...) O quarteirão subdivide-se de modo geométrico e regular em seis lotes, cada qual ocupado por um edifício e um logradouro. O interior do quarteirão é privatizado em logradouros, jardins ou hortas ligadas aos baixos dos edifícios, dando-lhes compensações em espaços verdes.” (Lamas, 2004, 224)

Em meados do século XX são projectados na cidade de Lisboa mais planos de expansão da cidade, fruto de políticas de desenvolvimento urbano de Duarte Pacheco através da expropriação de terrenos para uso municipal.

Esses planos previam a resolução dos problemas habitacionais da cidade e o aproveitamento de terrenos livres entre avenidas principais. Os planos do Areeiro e Alvalade, levados a cabo pelo arquitecto Faria da Costa, representam duas das principais intervenções neste contexto e

“(…) representam um exemplo equilibrado entre a cidade tradicional e os princípios da urbanística moderna, como a organização distributiva das funções e dos equipamentos, a hierarquização viária, a desprivatização do solo, a libertação do interior dos quarteirões para espaço colectivo, as zonas livre e arborizadas.” (Lamas, 2004, 284)

O plano de Alvalade funciona com princípios de vizinhança e proximidade, em células habitacionais que são complementadas por serviços, comércio e equipamentos com distâncias mínimas para que possam ser percorridas a pé em segurança e conforto.

Segundo Costa (2002) o espaço público do plano de Alvalade é dividido em duas grandes “categorias”: espaços públicos de carácter urbano, ligados a uma vida mais intensa, nas ruas e praças estruturantes, e os espaços públicos com carácter vivencial, ligados a actividades de lazer, equipamentos e espaços verdes.

A organização dos quarteirões recorre à continuidade do perímetro construído tradicional mas acaba com a privatização do interior destes, destinando-os a lugares de utilização pública, como equipamentos, estacionamento e espaços verdes destinados às relações de vizinhança, como é o caso dos quarteirões em estudo. Nem sempre estas premissas foram seguidas, e muitas vezes não houve investimento nos interiores de quarteirão, acabando por ser privatizados aos poucos pelos próprios moradores.



Figura 4.42: Quarteirões do plano de Alvalade

1.2. Projecto

Os quarteirões em estudo são fruto das ideologias, directrizes e traçados dos planos urbanos acima descritos. Aqui interessa estudar o quarteirão inteiro como um todo, ainda que os vários edifícios que o constituem possam ter sido projectados por arquitectos diferentes.

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

A gestão do espaço é pública, feita pela Junta de Freguesia de São João de Deus e Câmara Municipal de Lisboa.

2.2. Utilização

O acesso é aberto ao público, não tem horário de encerramento nem restrições de utilização. O jardim permite o acesso às habitações que delimitam o espaço interno tanto de automóvel como a pé. A circulação é, aliás, segre-

gada. Os espaços públicos e privados são separados através de muros nos limites dos terrenos dos edifícios. No interior do quarteirão existe ainda um parque de estacionamento público subterrâneo 24 horas por dia.

3. Dimensão Morfológica

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

No quarteirão maior a forma do espaço interno é pentagonal, mas é apreendida como rectangular simples, que corresponde ao momento principal do jardim. A circulação pedonal ocupa o centro do quarteirão e está num plano elevado, sobrepondo-se e predominando claramente sobre a circulação automóvel periférica num plano mais baixo.

86 No quarteirão menor o espaço vazio forma um quadrilátero, aproximado de um quadrado. O centro também é mais elevado, mas o espaço interno é gerido pela circulação automóvel que forma um percurso encaracolado ao redor de espaço de estacionamento e áreas verdes.

3.1.2. Proporções

As medidas são aproximadas. Foram desprezadas as áreas de quintais privados ou murados, sem construção.

Bloco do Jardim Fernando Pessa:

Área pátio: 17204 m² (dimensões aproximadas 175 x 61 x 220 x 61 x 130m)

Área construída em planta: 11462 m²

O espaço vazio interno significa 150% do espaço construído. Esta distribuição do espaço demonstra que o vazio é completamente essencial e dominante na organização do quarteirão, ocupando uma vez e meia o equivalente de espaço construído em planta.

Bloco de Estacionamento:

Área pátio: 4605 m² (aprox. 68 x 68 m)

Área construída em planta: 5475 m²

O espaço vazio interno significa 84% do espaço construído. Apesar deste ter uma proporção menor que o quarteirão do jardim, o espaço vazio também é muito proeminente e importante para o quarteirão. além da grande dimensão ocupada pelo vazio, a forma centralizada do mesmo ajuda na unificação do espaço e a sua percepção como um elemento único e coeso.

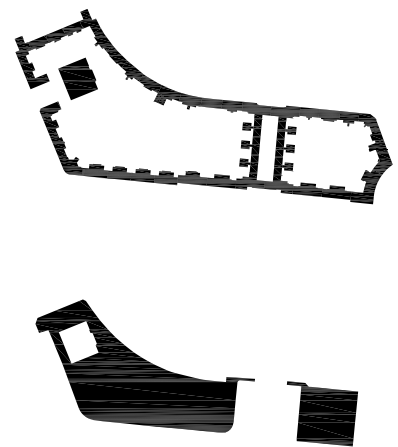


Figura 4.43: Cheios e Vazios



Figura 4.44: Corte transversal esquemático



Figura 4.45: Acessos

Figura 4.46: Alinhamento dos acessos



Figura 4.47: Entrada principal do jardim

Figura 4.48: Interligação dos acessos



3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

Existem dois acessos para o quarteirão maior. O primeiro é pronunciado por um recuo do edifício da assembleia municipal que forma uma rua secundária perpendicular à Avenida de Roma e permite a entrada para o miolo de quarteirão pelas duas laterais abertas pelo edifício. São entradas bem perceptíveis pois assumem-se como uma interrupção na continuidade das fachadas dos edifícios que foram o quarteirão. Um vazio de 15 metros de largura que permite a entrada de carros, pessoas e o acesso ao parque de estacionamento subterrâneo público. O outro acesso é mais pontual, trata-se de um pórtico que fura os edifícios do canto nordeste do quarteirão e liga à Rua Cervantes. Este acesso está no enfiamento visual do único acesso do quarteirão menor, com o qual se articula através de uma ligação directa que pode ser utilizada quer por automóveis quer por peões. Este acesso tem 3 metros de largura e serve pela mesma faixa tanto peões como motoristas. Como só tem um sentido de trânsito, neste acesso, para automóveis, só é permitido sair do quarteirão, sendo a entrada pela Avenida de Roma. O quarteirão menor tem o seu único acesso simétrico a este, com as mesmas dimensões. Neste a circulação automóvel tem dois sentidos. Nas entradas para o quarteirão os pavimentos continuam o material do espaço exterior – calçada e betuminoso. Em nenhuma das entradas dos quarteirões existem barreiras físicas à passagem

3.2.2. Visibilidade

No quarteirão maior a entrada principal é bastante visível mas a percepção de entrar no quarteirão é diluída e sem rotura. A segunda entrada é menor e menos visível, mas a sua delimitação é mais precisa. No quarteirão menor a entrada é semelhante a esta última. O alinhamento dos acessos transfere mais visibilidade aos dois. A localização das entradas no canto, na intercepção com o pórtico da Avenida de Madrid também é um lugar de destaque que destaca mais as duas entradas. Mesmo assim é difícil perceber pelo exterior as actividades e dimensão do espaço interno, o que desencoraja a curiosidade e entrada.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relação edifício/espço

Em ambos os quarteirões as fachadas são todas diferentes. Apesar de contínuas apresentam com frequência reentrâncias, escadas de emergência e recortes de formatos variados, típicas de espaços de traseiras ou fachadas secundárias. A altura e número de pisos dos edifícios variam entre os 7 e os 4 pisos. O conjunto resulta bastante heterogéneo, apesar de manter uma linguagem arquitectónica semelhante. Os acessos aos edifícios são feitos pelas traseiras, por espaços de serviço privados separados do espaço público por muros e desnivelamentos.

Em ambos os quarteirões as dimensões do espaço são demasiado amplas para protegerem contra ventos dominantes. Esta amplitude permite a insolação e iluminação de todos os espaços internos, quer no jardim quer nas fachadas dos edifícios circundantes.

4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

A maior parte dos edifícios são de habitação, quer no piso térreo quer nos andares superiores. As únicas excepções são no quarteirão maior a existência de uma assembleia municipal, uma loja veterinária, quiosque e esplanada e o parque de estacionamento subterrâneo. Existem ainda dois equipamentos de lazer – parque infantil e sénior e campo de jogos.

4.2.2. Usos Espontâneos

No quarteirão maior há várias condições que incentivam à realização de usos espontâneos. Os pavimentos são adequados a actividades variadas, existem vários pontos de apoio à estadia, bancos, árvores, etc. É possível observar pessoas a andar de bicicleta, comer, ler, dormir, fazer desporto, passear animais, apanhar sol, etc. Permite o atravessamento pelo interior do quarteirão pois liga duas ruas distintas, o que pode trazer utilizadores não frequentes que utilizem o espaço como atalho. Para além disso a presença do parque subterrâneo público indica que existirão utilizadores a pé no espaço após estacionarem, que irão utilizar o jardim em princípio como passagem.

Já no outro quarteirão não existem espaços de estadia. No entanto por ser um espaço residencial e bastante calmo em termos de circulação automóvel é de esperar a apropriação do espaço da rua pelos residentes. O pavimento em calçada permite andar de bicicleta, correr, jogar e realizar várias actividades. Como só tem uma entrada o espaço dificilmente é utilizado por desconhecidos, pois o percurso interno termina numa rua sem saída.

No quarteirão maior todo o espaço interno funciona como um jardim pú-



Figura 4.49: Fachadas internas dos edifícios

Figura 4.50: Equipamentos - Parque Infantil



Figuras 4.51 e 4.52: Usos espontâneos

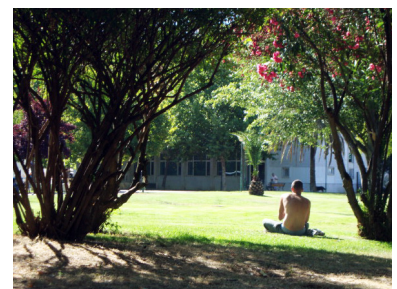


Figura 4.53: Rua sem saída - Quarteirão 2

Figura 4.54: Percurso central do jardim



Figura 4.55: Separação da circulação automóvel e pedestre

Figura 4.56: Quiosque do jardim



blico. Existe um percurso central em calçada que interliga vários acontecimentos e equipamentos com jardim e espaços verdes e de lazer à volta. Os bancos estão alinhados ao longo desses percursos, voltados para os espaços de maior actividade. Nas áreas verdes existem árvores diferentes e várias hipóteses de sombreamento desde áreas ensolaradas descobertas a densas sombras.

Os pavimentos diferem consoante o seu uso: os espaços pedonais em calçada, os espaços de circulação automóvel em betuminoso, os equipamentos em pavimentos próprios e os espaços verdes em relva.

No quarteirão menor a funcionalidade é estacionamento para residentes. No entanto existem bastantes áreas verdes, árvores de sombreamento e canteiros relvados. Não existem bancos fixos nem lugares que encorajem a estadia. Aqui os pavimentos são em calçada na circulação automóvel e terra nos canteiros.

4.3. Segurança

No quarteirão maior a circulação automóvel e pedonal é segregada em diferentes cotas. A via de circulação é estreita e só tem um sentido, incentivando à circulação mais lenta. A única situação de conflito entre peão e veículo é na entrada da Rua Cervantes, pois é apenas uma única via sem separação entre espaço para viaturas e pedestres. No entanto, por ser uma entrada pouco utilizada, tem pouco movimento. Todos os edifícios têm janelas e varandas para o interior para facilitar a vigilância passiva. Mas esta pode ser posta em causa pelas grandes dimensões do pátio e diferença de cotas no seu interior que pode prejudicar a correcta visualização de todo o espaço. Existe bastante iluminação pública nocturna.

No quarteirão menor o pavimento em calçada e a pouca largura das vias desencoraja a circulação a grandes velocidades, estando portanto adequada à situação residencial e de estacionamento deste quarteirão. À semelhança do quarteirão anterior todos os edifícios têm janelas para o pátio e é possível observar todo o espaço. Como este é menor a vigilância é mais abrangente.

5. Caracterização Sensorial

5.1. Imaginabilidade

No quarteirão do jardim o encerramento do espaço, a presença de árvores e espaços verdes torna o espaço silencioso e calmo, diferente das avenidas movimentadas em redor. Podem sentir-se diferentes cheiros das plantas e flores do jardim. A esplanada do quiosque tem música. Os limites do espaço são mais diluídos que nos exemplos anteriores, mas mesmo assim tem-se consciência de estar num lugar distinto, claramente contrastante com

o plano de fundo urbano. Tem-se consciência do movimento dentro do espaço. O percurso principal de pedestres é pontuado por vários acontecimentos diferentes e interliga-os: estátuas, quiosque, parque infantil, campo de jogos, etc. Existe um sentido de linearidade e dinâmica no percurso. O jardim tem uma placa com o nome “Fernando Pessa” e estátuas na entrada principal, o que transfere alguma identidade e significado ao lugar, reforçado pelo edifício da assembleia municipal. O ambiente aparece muito contrastante com o espaço da cidade em redor, transmitindo uma referência memorial forte.

No quarteirão do estacionamento o espaço é ainda mais calmo, o encerramento é mais nítido pelas dimensões menores do lugar. No entanto a identidade não é tão forte e não está associado nenhum nome. Apesar de tudo temos consciência do movimento pelo percurso encaracolado do caminho.

90

5.2. Escala Humana

Apesar das grandes dimensões do espaço interno (mais de 100 metros) não permitem a interacção directa entre pessoas, a existência de áreas menores, complementares e distintas com usos próprios, ajuda na formação de espaços mais pequenos e complementares, e permite a interacção e proximidade entre as pessoas que realizam actividades semelhantes. Mesmo assim o alcance visual de todo o espaço está assegurado em qualquer lugar devido à posição elevada dos percursos pedestres. Esta característica é muito importante pois permite a individualidade de cada utilizador do espaço e, ao mesmo tempo, o controlo visual do lugar. Aqui quase nem existe a percepção do encerramento do espaço, o vazio é muito maior do que as fachadas periféricas, perdendo-se a noção do limite. No pátio menor a proximidade é maior e a proporção diminui, o que contribui para uma maior sensação de encerramento e proximidade entre pessoas. A distância máxima linear entre duas pessoas dentro do espaço pátio é de 68 metros, o que permite identificar que existe outra pessoa, mas não observar as suas feições.



Figura 4.57: Estatuas do jardim

Figura 4.58: Interior do quarteirão de estacionamento





PARQUE DAS NAÇÕES

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

Os dois casos de estudo (Campus da Justiça e Mar do Oriente) localizam-se numa zona planeada e construída recentemente na cidade de Lisboa: o Parque das Nações. Ambos partilham frente de rua para a Alameda dos Oceanos e são separados pela rua Mar da China. São dois exemplos contemporâneos e vizinhos, mas que se organizam de forma individual na malha urbana e não se relacionam entre si.

1.1.2. Caracterização da Envolvente

Segundo Soares (1998) até ao século XVIII, Lisboa é uma cidade ligada ao rio e ao mar, sendo a frente ribeirinha a fachada nobre da cidade. A relação da cidade com o rio tem uma importância esmagadora, e é na frente ribeirinha que se passam a maior parte das actividades económicas, sociais, políticas e culturais. Com a industrialização da cidade as frentes ribeirinhas foram sendo ocupadas com grandes obras de engenharia portuária, infra-estruturas de caminhos-de-ferro, docas, acessos, armazéns e aterros. Simultaneamente, a cidade voltou os seus interesses para o interior, abrindo novos eixos viários e consolidando novas áreas residenciais cada vez mais longe do rio. Ao longo do século XX a cidade foi perdendo a sua relação com o rio, e os terrenos ribeirinhos foram perdendo importância para a vida urbana dos cidadãos, criando uma barreira entre o rio e a cidade. Do questionar desta condição surge uma vontade de recuperar a relação da cidade com o rio.

A exposição internacional EXPO'98 veio propor a criação de um novo pólo de centralidade metropolitana, através de um plano de modernização num terreno ribeirinho onde existia uma plataforma industrial e portuária obsoleta. Esta exposição, apesar de efémera, foi um impulso para reconverter a zona oriental de Lisboa numa nova região, viva e moderna, restabelecendo a ligação da cidade com o rio. A zona de intervenção da Expo'98 foi inserida num Plano de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) claramente orientados para o desenvolvimento da região, procurando integrar o recinto com as zonas circundantes e diluir as fronteiras entre bairros quer através do desenho da malha urbana e dos edifícios, como através da multifuncionalidade que articula o efémero com o definitivo.

O impulso gerado pela realização da exposição internacional permitiu a realização de importantes infra-estruturas de transportes, como a ponte Vasco da Gama e a nova Estação do Oriente, sendo investimentos de grande importância para o desenvolvimento da cidade e para a criação de uma nova imagem de Lisboa ligada ao rio.

Figura 4.59: Vista aérea

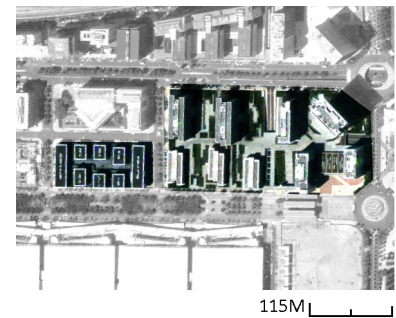
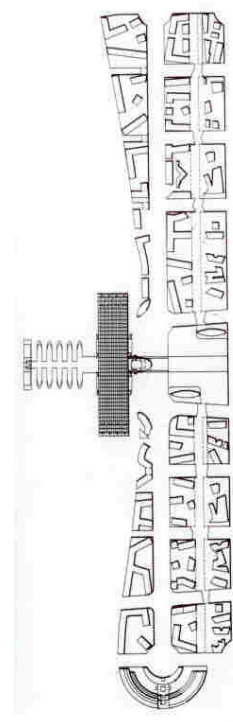


Figura 4.60: Plano de Pormenor da zona central



“A intervenção na zona EXPO’98 foi assumida não só como um projecto urbanístico de modernização e internacionalização da cidade, no aspecto das tecnologias urbanas, das linguagens arquitectónicas e do programa temático e funcional de alguns equipamentos estruturantes, como ainda do processo de gestão e promoção do empreendimento.” (Soares, 1998).

O espaço público é o elemento estruturador da recuperação e reconversão urbanística. Os lotes em estudo estão inseridos na subdivisão do plano geral na zona central (PP1) do arquitecto Tomás Taveira. Os quarteirões configuram-se como um sistemas de ruas onde os edifícios se localizam no interior de forma desconstruída. A proposta global é uma “Estrutura Multiforme de Quarteirões”, rejeitando-se a solução de ruas como espaço canal com os edifícios alinhados e contínuos. No entanto, o plano prevê o alinhamento dos embasamentos (de 1, 2 ou 3 pisos) dos quarteirões ao nível das ruas, resultado da diferença de cotas. Embasamentos esses que devem acompanhar as ruas e transmitir unidade e continuidade ao espaço público das ruas. Em cima desenvolvem-se os edifícios de forma solta

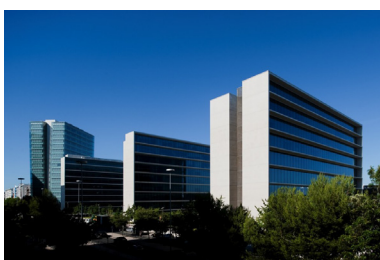
1.2. Projecto

Campus da Justiça:

Inaugurado em 2009, o conjunto organiza-se em cima de uma plataforma de nível com a Avenida D. João II, criando um embasamento na Alameda dos Oceanos. Em cima desta plataforma articulam-se dez volumes individuais e soltos, em que os desalinhamentos, planos diferenciados e recuos em relação ao limite do lote permitem a existência de pequenas praças e espaços de organizações distintas, seguindo, assim, o Plano de Pormenor da região. O quarteirão é dividido em dois momentos que correspondem à divisão do conjunto pelo atravessamento da Avenida do Atlântico por baixo da plataforma superior. Em todo o quarteirão existem espaços entre os edifícios para acesso, circulação e estadia dos utilizadores, tanto os dos edifícios como os da cidade. Estes espaços reforçam a continuidade espacial entre edifícios, espaços exteriores e ruas adjacentes, interligando os vários elementos que formam o todo de forma fluida e dinâmica.

Os edifícios da parte sul do campus foram desenhados pelo arquitecto Frederico Valsassina. Estes são todos orientados na direcção Nascente-Poente, enfatizando a presença do rio com vistas canalizadas. A homogeneidade da imagem do conjunto é conseguida pela escala dos edifícios e síntese dos materiais utilizados, transmitindo sobriedade, depuração e, ao mesmo tempo, modernidade, características que vão de encontro à ideia do Campus da Justiça como um espaço de poder institucional.

Figura 4.61: Campus da Justiça



Mar do Oriente:

“Num contexto povoado de discursos distintos recorre-se à criação de um pátio como protecção. O vidro, tão reflector como protector, propõe esta nova realidade autónoma, em que se elege uma praça de água como centro de utilização do edifício. Este centro ancora hábitos e rituais, é mais do que contemplativo, é usufruível enquanto entidade de mediação com o exterior. Na cota baixa permite a instalação de serviços que suportem as vivências quotidianas. A cota superior assume-se como momento de deambulação, pacificada pela presença da água e da vegetação que nela se desenvolverá.”

Manuel Mateus

O projecto do ano 2008, dos arquitectos Aires Mateus, ocupa um quarteirão inteiro e desenvolve-se em oito volumes idênticos construídos sobre uma plataforma elevada, deixando um recorte debruçado para um pátio central. Este é acessível por todas as ruas que definem a intervenção (Alameda dos Oceanos, Rua Polo Norte, Rua Mar da China e Rua Mar Vermelho) e permite o acesso a todos os volumes, e espaços internos do projecto. É um espaço distribuidor, sem o qual o projecto não faria sentido. Tal como no Campus da Justiça, e seguindo as orientações do Plano de Pormenor da região, o quarteirão oferece um embasamento perimetral contínuo ao nível da Alameda dos Oceanos, onde a plataforma superior se organiza de forma independente.



Figura 4.62: Mar do oriente

94

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

Campus da Justiça: A gestão do espaço do é pública, a cargo do próprio Campus.

Mar do Oriente: A gestão é privada da empresa “Mar do Oriente”.

2.2. Utilização

Em ambos os casos a utilização do espaço entre os edifícios é aberta ao público. Não se conhecem horários ou restrições de utilização do espaço. No entanto, ambos os quarteirões são vigiados por câmaras de segurança.

3. Dimensão Morfológica

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

Campus da Justiça:

O quarteirão é um rectângulo simples. A geometria do espaço interno é composta e pouco definida. O vazio interior é totalmente aberto e livre, definido pontualmente pelos edifícios que se encontram isolados no espaço. Apresenta uma direcção dominante rectangular comprida, de circulação,

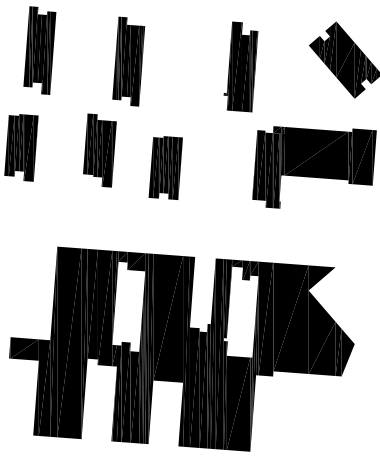


Figura 4.63: Cheios e Vazios - Campus da Justiça

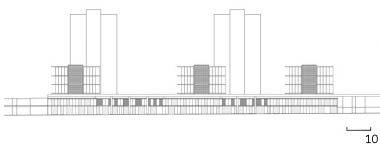


Figura 4.64: Corte - Campus da Justiça

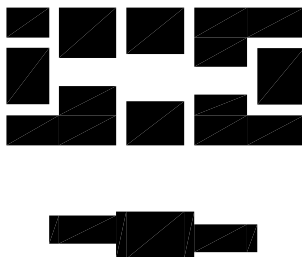


Figura 4.65: Cheios e Vazios - Mar do Oriente

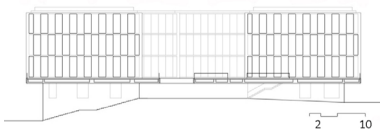


Figura 4.66: Corte - Mar do Oriente

que percorre o espaço entre as fachadas menores dos edifícios, complementada por bolsas de estadia entre as fachadas mais compridas destes em formas aproximadas a quadrangulares, ainda que difusas.

Mar do Oriente:

O quarteirão é também um rectângulo simples, mas menor que o vizinho Campus da Justiça. O conjunto é formado por seis volumes quadrangulares menores e dois rectangulares compridos que delimitam o quarteirão a norte e sul. Estes volumes estão dispostos regradamente sobre uma laje recortada que apoia num embasamento, criando varandas corridas sobre um pátio central e sobre as ruas envolventes. A forma do pátio articula-se entre vazios deixados pelos volumes do embasamento, sendo a planta da parte descoberta composta por dois rectângulos compridos em diálogo.

3.1.2. Proporções

Campus da Justiça:

As medidas são aproximadas:

Área pátio: 20500 m²

Área construída em planta: 11070 m²

O espaço vazio interno significa 185% do espaço construído. Perante uma área vazia que ocupa quase o dobro da área construída em planta é totalmente clara a dominação do vazio perante o cheio. Neste quarteirão os edifícios são a excepção, e localizam-se no espaço de forma pontual, a sensação é de diluição espacial.

Mar do oriente:

As medidas são aproximadas:

Área pátio: 1128m² (aproximadamente 80x18.5 m) dos quais 580 m² são equivalentes à área descoberta do pátio.

Área construída em planta: 4412 m² no piso térreo (em contacto directo com o pátio)

O espaço vazio interno significa 25,5% do espaço construído. Por contraste com o quarteirão vizinho em análise, em termos de área, o espaço vazio neste quarteirão significa uma percentagem muito menor do conjunto. No entanto, devido à sua posição centralizada e encerramento pelo espaço construído, o espaço vazio neste quarteirão é o protagonista do conjunto na medida em que organiza todos os espaço envolventes com um só gesto.

3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

Campus da Justiça:

Apesar da completa abertura do espaço existem apenas três entradas no

campus. O restante espaço é desnivelado e rematado por muros ou canteiros de jardim. As duas entradas superiores, que ligam à Avenida Dom João II, são de nível com o passeio e apresentam-se como interrupções nos muretes ou canteiros, demarcadas pela mudança de material do pavimento - passando a granito - e pelas placas e letreiros que informam que ali é o Campus de Justiça. A distância entre o espaço público e o interior do quarteirão é inexistente. Essa proximidade directa entre espaços é um factor que afirma continuidade e convidativo à utilização. A entrada da Alameda dos Oceanos é a principal, mais proeminente, exibindo um portal com um letreiro bem visível “Campus da Justiça de Lisboa”. É articulada com uma escadaria, tendo também a opção de subir através de um elevador. Assim as barreiras físicas de acesso podem considerar-se inexistentes. Nesta entrada, a continuidade do espaço é interrompida não só pela distância vertical entre o interior do quarteirão e o espaço público, mas também pela distancia horizontal, que é de 50 metros.

Mar do oriente:

No total existem oito acessos ao interior do quarteirão. Três na Rua Polo Norte, dois na Rua Mar da China, dois na Alameda dos Oceanos e um na Rua Mar Vermelho. Apenas os três acessos da Rua Polo Norte são de nível. Todos os outros vencem desníveis através de escadas. Estes acessos são intervalos entre as construções do piso térreo. O pavimento é em ardósia preta lisa, diferente da calçada dos passeios. E a profundidade dos túneis de entrada é de aproximadamente 20 metros, uma distância que permite uma maior interacção entre o dentro e o fora.

3.2.2. Visibilidade

Campus da Justiça:

Desde a Avenida Dom João II todo o espaço interno do quarteirão é bastante visível pelo exterior. Das outras ruas deixa de ser possível observar o interior devido ao desnível do terreno. Da Alameda dos Oceanos o quarteirão apresenta uma parede contínua de embasamento com lojas comerciais e restauração que não permite ver o espaço vazio da plataforma superior. No entanto, a entrada pela escadaria principal é bastante visível e imponente.

Mar do Oriente:

Os acessos ao miolo de quarteirão são muitos e ocupam boa parte das fachadas de rua. Cada acesso tem 4 metros de largura. Os três da Rua Polo Norte são os únicos onde é possível observar a actividade interior por estarem à mesma cota. Os anúncios publicitários localizam-se discretamente numa das paredes, perpendicular à passagem de rua, não obstruindo a visão do interior. As entradas desniveladas para além de desencorajarem

Figura 4.67: Acessos Campus da Justiça

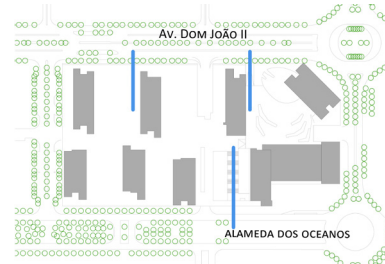


Figura 4.68: Entrada Campus da Justiça

Figura 4.69: Acessos Mar do Oriente

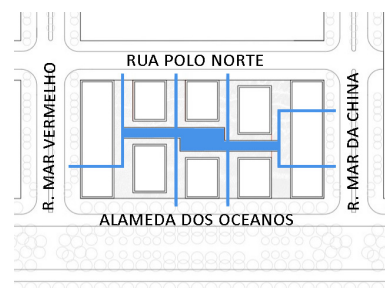


Figura 4.70: Túnel entrada Mar do Oriente

Figura 4.71: Embasamento Campus



Figura 4.72: Acesso Mar do Oriente

Figura 4.73: Entrada do edifício L
Abstracção das fachadas



Figura 4.74: Pátio interno Mar do Oriente

a subida também não permitem visualizar o interior, sendo prejudicadas pelo desnível.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relação edifício/espço

Campus da Justiça:

Os edifícios são agrupados por conjuntos idênticos entre si. Os três volumes perpendiculares à Avenida Dom João II (A, B e G) são de 9 pisos, as fachadas são envidraçadas com separação de palas solares entre cada piso. Os outros três perpendiculares à Alameda dos Oceanos (C, D e E) têm três pisos, com fachadas idênticas à do conjunto anterior.

O edifício H é todo envidraçado, com fachada lisa de 18 andares. Por último os edifícios I e J, com 8 pisos, também envidraçados com pequenas palas horizontais. Estes partilham o volume L de um só piso que serve de elemento de articulação e entrada nos edifícios.

Todo o conjunto é, apesar de tudo, bastante homogêneo, pois todos os edifícios têm uma expressão arquitectónica semelhante. A continuidade não existe pois cada volume se encontra isolado no espaço, não tendo nenhum ponto de contacto com os outros volumes (excepto o conjunto I, J e L).

Cada edifício tem apenas uma entrada, o que torna as fachadas lisas e com pouca possibilidade de interacção.

A iluminação dos espaços, tanto ao ar livre como das fachadas dos edifícios, é total. A maioria dos edifícios desenvolvem-se no sentido nascente-poente, criando uma barreira contra os ventos de norte nos espaços adjacentes a sul. No entanto, devido à amplitude e abertura do espaço essa protecção não é completamente eficaz. O ruído e a poluição do espaço exterior é o mesmo do interior do quarteirão. Apesar das fachadas não oferecerem protecções contra chuvas e sol intenso, nas entradas existe sempre um lugar de transição coberto que pode ajudar no conforto dos utilizadores conforme o clima exterior.

Mar do oriente:

O conjunto é muito homogêneo. As fachadas dos pisos superiores são envidraçadas e têm três pisos ritmados por um padrão de janelas verticais em xadrez. No piso térreo as fachadas são lisas de betão aparente com vãos de entrada para as lojas. A pala contínua de varanda da laje superior confere dinâmica e protecção ao espaço contra as intempéries, e apesar das fachadas do piso térreo serem interrompidas pelos acessos ao exterior, existe um encerramento e continuidade do espaço também garantido por esta pala, que transfere ao espaço uma atmosfera silenciosa e contrastante com o exterior. Assim, o piso térreo também está protegido dos ventos pelas fachadas que encerram o espaço. O acesso aos escritórios, à laje do piso superior

e às lojas comerciais é feito pelo pátio central o que garante a utilização do mesmo nem que seja para acesso.

O pátio desenvolve-se na direcção norte-sul permitindo a iluminação directa das fachadas do piso térreo nascente e poente (o comprimento maior do pátio).

4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

Campus da Justiça:

Todos os edifícios são de funcionamento de serviços relacionados com a justiça. Existe um supermercado e algum comércio e restauração na fachada da Alameda dos Oceanos, aproveitando o desnível do terreno. Por baixo de todo o quarteirão encontra-se um estacionamento subterrâneo privado (para os funcionários do Campus) e público.

Mar do oriente:

Os pisos térreos são ocupados por comércio, restaurantes e esplanadas. Todos os volumes dos pisos superiores são de escritórios e serviços.

4.2.2. Usos Espontâneos

Campus da Justiça:

Existem inúmeros bancos corridos fixos, água com possibilidade de interacção e lugares de estadia diferentes que permitem a escolha. Existem vários pontos de apoio nomeadamente as árvores, nas entradas dos edifícios e nas placas de indicações. A ligação entre duas ruas diferentes pode incitar a utilização do espaço como ponto de passagem.

Existem inúmeros lugares para sentar, bancos fixos, sombreamentos, água e vegetação nas bolsas de estadia entre os edifícios. Os muros de separação entre o quarteirão e a Avenida Dom João II são baixos e alguns deles têm a altura de um banco, largo o suficiente para servir a rua e o espaço interno do quarteirão. O pavimento do interior é em granito e existem alguns canteiros de relva, arbustos e árvores concentrados nas bolsas de estadia entre os edifícios. Nas entradas dos edifícios existem palas de cobertura de protecção contra as intempéries e nichos internos que permitem a estadia mais prolongada.

Mar do oriente:

As duas árvores do pátio oferecem-se como ponto de apoio e referência ao espaço. O facto de existirem várias entradas pode encorajar à utilização do interior do quarteirão como passagem ou estimular a curiosidade a entrar no espaço pelos múltiplos convites.

Existem vários bancos fixos corridos e várias esplanadas com respectivos chapéus de sol dos cafés e restaurantes do conjunto. Nenhum dos bancos

Figura 4.75: Bancos e pontos de apoio - Campus da Justiça

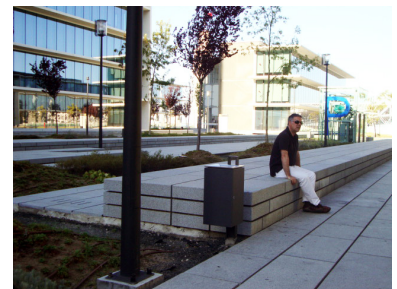


Figura 4.76: Usos Espontâneos - Campus da Justiça

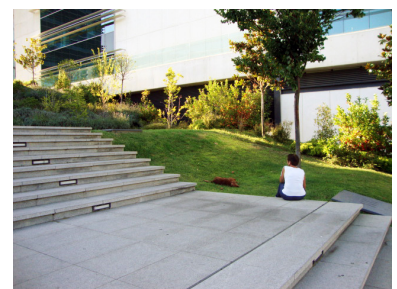




Figura 4.77: Usos Espontâneos - Mar do Oriente

está encostado a uma fachada e todos se orientam nascente poente atravessando o espaço. Mesmo assim localizam-se numa posição confortável para observar o espaço. O pavimento em ardósia lisa permite a realização de actividades lúdicas e as árvores e cobertura protegem os utilizadores da chuva e sol. Nos pontos de acesso ao pátio formam-se lugares aprazíveis para a estadia e espera.

4.3. Segurança

Campus da Justiça:

A entrada a automóveis é vedada, no interior do quarteirão apenas circulam pedestres. Todo o campus está pontuado por placas de sinalização e orientação para estes, câmaras de vigilância e candeeiros de iluminação. Todos os edifícios são envidraçados o que permite uma vigilância natural total de dentro para fora, mas apenas até certa altura, pois a distância vertical dos pisos mais elevados ao solo é demasiada para garantir uma boa visibilidade. Além disso, os edifícios estão vazios à noite pois a sua utilização é estritamente de serviços.

99

Mar do Orientes;

O espaço é inteiramente pedonal, não se pondo em causa a segurança rodoviária. Para além de ser vigiado por câmaras de segurança a iluminação do espaço é feita por lâmpadas verticais nas paredes. a visibilidade de dentro dos edifícios é condicionada pois estes são inteiramente de escritórios (nos pisos superiores) estando vazios durante toda a noite, apesar das dimensões e número de pisos permitirem a vigilância activa. O recuo dos pisos superiores e a pala de sombreamento do espaço podem significar a redução de visão de cima para baixo e de dentro para fora no pátio.

5. Dimensão Sensorial

5.1. Imaginabilidade

Campus da Justiça:

A nitidez dos limites é muito difusa, principalmente na Avenida Dom João II, pois não existem separações visuais entre o espaço interno e a rua. A atmosfera interna do quarteirão é igual à da rua, com as mesmas condições acústicas e sensoriais. Assim, o plano de fundo não é muito claro e o espaço é diluído na cidade. No entanto o espaço tem algumas características que o tornam memorável. O vínculo do espaço com a organização nacional de justiça transfere uma identidade forte ao lugar. A escadaria principal de entrada, a bandeira nacional e as inúmeras placas de sinalização transparecem a formalidade do espaço e imprimem um carácter institucional ao mesmo. Existe consciência do movimento, os acontecimentos e as vistas para fora do quarteirão vão mudando. Ao quarteirão é sempre associado o

Figura 4.78: Caracter Institucional - Campus da Justiça



nome do “Campus da Justiça”.

Mar do Oriente:

Todo o conjunto é bastante claro e homogéneo. Os limites do quarteirão são os do edificado. Assim é notória a sensação de entrar no espaço e a atmosfera interna é diferente das condições exteriores. A acústica é mais silenciosa e o espaço é encerrado.

Não existe consciência do movimento, pois o espaço não é diversificado o suficiente. O facto de as fachadas serem todas iguais transmite uma imagem forte e memorável ao lugar.

5.2. Escala Humana

Campus da Justiça:

100 A escala humana perde-se pela grande altura dos edifícios e pela ausência de recortes de janelas. O alcance visual é largo. É possível ver várias zonas da envolvente a partir o interior do quarteirão, mas dentro do quarteirão não é possível ver todas as pessoas e actividades do interior, uma vez que as maiores dimensões do espaço interno são cerca de 230 metros.

Mar do Oriente:

A escala do pátio interno é bastante humana. Podemos observar com nitidez as outras pessoas que utilizam o espaço. Apesar do sentido longitudinal o espaço oferece recortes que criam espaços menores e mais centralizados. A distância máxima do comprimento interno do pátio é de 80 metros. Esta já é uma distância suficiente para que haja independência entre os utilizadores do espaço. No outro sentido a distância diminui para 18 metros, que, junto com a existência de recantos internos permite também intimidade entre utilizadores, caso desejado. Existe, portanto, hipótese de escolha do nível de privacidade no pátio interno.

Figura 4.79: Distância e/ou proximidade-
Mar do Oriente





CENTRO COMERCIAL BOM RETIRO

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

O quarteirão em estudo localiza-se no bairro do Bom Retiro, no centro da cidade de São Paulo. É definido pelas ruas José Paulino, Ribeiro de Lima e Prates.

1.1.2. Caracterização da Envolvente

O bairro do Bom Retiro é caracterizado pela sua vertente comercial e popular. A Rua José Paulino, antiga Rua dos Imigrantes servia como acesso à cidade, lugar onde se vendia de tudo. Hoje em dia o comércio, principalmente de vestuário, é muito intenso, sendo esta a rua mais importante do bairro. Segundo Dertônio (1971) as origens deste bairro datam do início do século XIX, quando era uma região ocupada por quintas e fazendas. Apesar de perto do centro da cidade existiam muitos terrenos rurais, que foram sendo ocupados. Vizinha do bairro da Luz, hoje em dia esta zona é considerada central e está completamente inserida na malha urbana.

1.2. Projecto

O projecto do Centro Comercial data de 1959 pelo arquitecto Lucjan Korngold. Os acessos ao interior dão-se por duas ruas opostas: José Paulino e Ribeiro de Lima. O projecto prevê um conjunto de lojas, salões e escritórios em seis blocos de construção. Destes, cinco volumes de cinco andares encostam no perímetro interno dos muros dos lotes que integram o quarteirão, e um sexto volume de 11 andares no centro divide o espaço em ruas internas, que ocupam quase metade da área total do terreno. A intervenção inclui ainda uma galeria comercial, sob forma de varanda, no primeiro piso.

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

O espaço interno é privado, de utilização pública. A gestão fica a cargo da empresa WR Imóveis que é dona do condomínio e responsável pela limpeza e manutenção dos espaços, móveis do seu interior e segurança.

2.2. Utilização

O espaço interno tem horários de funcionamento: das 7h às 19h, aos sábados até às 15h e encerra aos domingos. Fora destes horários os portões de acesso encerram ao público. Todos os lugares são monitorizados por câmaras de segurança e porteiros durante 24 horas. O acesso automóvel é permitido, com autorização, por 20 minutos para cargas e descargas. É proibida a circulação de motos, bicicletas, patins, skates e afins, e para tirar



Figura 4.80: Vista aérea



Figura 4.81: Vista axonométrica geral

Figura 4.82: Placa de restrição de horários



fotos nos espaços internos é necessário autorização da administração.

3. Dimensão Morfológica

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

O espaço é constituído por duas ruas que circulam em volta de um edifício central e alguns recantos adjacentes sem saída. O caminho predominante e principal liga as duas entradas do quarteirão. A forma do espaço interno é pouco clara e até confusa, assumindo-se como um espaço de circulação.

3.1.2. Proporções

As medidas são aproximadas:

Área pátio: 3115 m²

Área construído em planta: 3920 m²

O espaço vazio interno significa 79.5% do espaço construído. O espaço vazio ocupa uma grande percentagem de área do conjunto, havendo uma clara dependência e interligação entre o cheio e o vazio, reflectida na forma como o espaço livre se articula com o edificado.

3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

Existem dois acessos térreos ao interior do quarteirão, que o foram pontualmente em duas ruas de lados opostos - José Paulino e Ribeiro de Lima. A entrada da rua José Paulino é unicamente pedonal e feita atravessando um túnel que ocupa o espaço de um edifício, inserindo-se na fachada de lojas de rua. A entrada da Rua Ribeiro de Lima é demarcada por um corpo elevado e permite a entrada de veículos. Ambas são niveladas com a rua e são muito amplas. No interior a circulação automóvel e pedonal é separada por passeios junto aos edifícios e rua no meio, como no espaço exterior. No primeiro andar existe uma varanda em galeria de comércio acessível por escadas rolantes que sobem junto as entradas do “centro comercial”, mas para descer existem apenas duas escadas mecânicas independentes. No entanto, cada bloco (que subdivide internamente o conjunto construído) tem acessos por elevadores e escadas, sendo estes acessos servem tanto os blocos como a quem utiliza a galeria. O pavimento da entrada da Rua José Paulino muda para pedra polida durante toda a extensão do túnel, para passar a ser em ladrilhos no interior do quarteirão. Na entrada de veículos o passeio de peões e a entrada de automóveis é continuado com superfícies semelhantes às da rua. Fora do horário comercial estes acessos são encerrados e vigiados por porteiros.

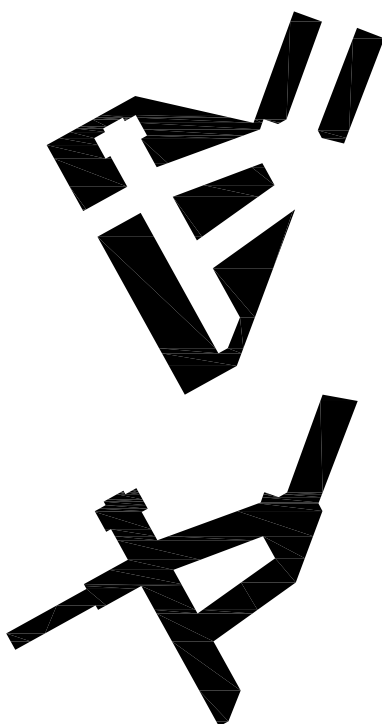


Figura 4.83: Cheios e Vazios

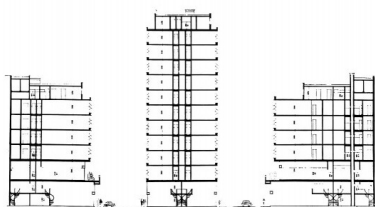


Figura 4.84: Corte

Figura 4.85: Acessibilidade



3.2.2. Visibilidade

Ambos os acessos são de grandes dimensões e boa visibilidade. Na Rua José Paulino o edifício de entrada é semelhante às outras lojas e enquadra-se perfeitamente na fachada de rua. Devido à grande extensão do túnel, e apesar da largura da entrada, as actividades internas ficam mais distantes (aproximadamente 32 metros de comprimento) o que pode desencorajar o atravessamento, ou mesmo passar pela “porta” e não se aperceber do espaço interno. Esta rua é muito movimentada quer por pessoas quer por automóveis, que por vezes se oferecem como um obstáculo à visão e à movimentação.

Na Rua Ribeiro de Lima o acesso é marcado por um volume superior saliente, que torna a profundidade do percurso de entrada muito menor e mais visível que na primeira rua. A largura desta também é maior e permite ver mais directamente o espaço interno por proximidade (aproximadamente 12 metros de largura). Os próprios passeios de circulação pedonal entram dentro do quarteirão, tornando-o parte da rua, quase sem interrupções. Em termos comerciais esta rua já não é tão dinâmica como a primeira e os edifícios não se apresentam tão homogéneos. Mas a visibilidade do espaço interno é directa, apesar da circulação automóvel intermitente na entrada. As duas escadas rolantes para o piso superior dão directamente para o espaço da rua e são marcadas por duas pequenas palas superiores, no entanto devido à largura reduzida passam despercebidas e perdem importância para a entrada “principal”.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relações edifício / espaço

Os edifícios que confinam o espaço no interior são formados por superfícies verticais contínuas e com características semelhantes entre si, podendo afirmar-se que são homogéneas. As diferenças de toldos, cores, publicidades, varandas superiores e elementos de fachada conferem algum ritmo ao conjunto, criando vários acontecimentos distintos e muitas entradas para os edifícios e lojas. O carácter do conjunto é extremamente comercial, e sem as lojas o espaço perderia sentido de existência. Apesar de tudo, as superfícies verticais são visualmente poluídas e sujas e o espaço é bastante confuso e descaracterizado no geral. Junto aos edifícios é notória uma tentativa de transformação do espaço em lugares de estadia. Existem passeios de circulação pedonal e junto a estes bancos, mesas e canteiros com arbustos, em lugares demarcados no chão onde antigamente era permitido estacionar veículos. Junto à torre central o café tem uma esplanada elevada. O interior é protegido dos ventos e em algumas horas do dia o sol bate directamente nas ruas.

Figura 4.86: Entrada da Rua José Paulino



Figura 4.87: Entrada da Rua Ribeiro de Lima



Figura 4.88: Espaço interno

Figura 4.89: Esplanada da torre central



Figura 4.90: Automóveis e espaços de estadia no interior do quarteirão

Figura 4.91: Segurança observando o espaço interno



4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

No interior do quarteirão o piso térreo e a galeria do primeiro andar são inteiramente ocupados com comércio. Funcionam 74 lojas no piso térreo, mais 12 na galeria, e os outros andares são ocupados por escritórios, num total de 417 unidades dentro do “CC Bom Retiro”.

4.2.2. Usos Espontâneos

O espaço interno tem restrições que impedem algumas actividades livres como andar de bicicleta, patins, jogar à bola ou brincar no interior. A circulação automóvel é incompatível com a ocupação livre do espaço. O centro das ruas tende a não ser ocupado, e a circulação de peões é separada dos carros por passeios. No entanto existem vários pontos de apoio, lugares para sentar, cadeiras e bancos, e uma esplanada de café. A vegetação é pouco relevante, existindo apenas alguns canteiros ou vasos com pequenos arbustos e árvores, o que não cria possibilidades de sombreamento do espaço. O pavimento é relativamente liso e tem alguns lugares pintados como separação entre a via automóvel e os bancos e mesas colocados para estadia. Algumas pessoas conversam nestes espaços ou nas entradas das lojas ou penduram-se na varanda da galeria superior a observar o espaço. O facto de o quarteirão permitir o atravessamento interno entre ruas opostas já é motivo para que várias pessoas o usem com esse propósito funcional. No entanto a passagem não é muito óbvia, pois os acessos não estão alinhados, e a visibilidade é reduzida pela presença do edifício central.

4.3. Segurança

O espaço é constantemente vigiado por seguranças e câmaras de vigilância. O acesso automóvel é controlado e pouco frequente. Tem alguns candeeiros de iluminação noturna, mas supõem-se que sejam apenas de presença, pois o espaço encerra durante a noite. De dentro dos edifícios é possível observar os espaços exteriores, ainda que a proporção entre a altura e a largura das ruas não permita uma observação muito ampla. Da torre central não é possível vigiar o espaço nos pisos mais elevados.

5. Dimensão Sensorial

5.1. Imaginabilidade

Existe uma sensação de encerramento do espaço, onde os limites são perceptíveis. No entanto o carácter do miolo é parecido com uma rede de ruas normais. A diferença entre interior e exterior dá-se principalmente pela presença mais reduzida de pessoas e diminuição do ruído e do movimen-

to. A presença de seguranças que observam quem passa também é motivo para a consciência da diferença entre o dentro e o fora. Assim sabemos que estamos num “Centro Comercial” e não num espaço público de rua. No entanto existe bastante actividade interna e há consciência do movimento devido aos diferentes acontecimentos e escolhas de percurso. A direcção principal dá-se pela rua que liga mais directa e linearmente os acessos do Centro Comercial.

5.2. Escala Humana

106

O alcance visual é reduzido. O espaço oferece-se mais como um percurso, e menos como um lugar de estadia, pela sua forma e dimensões. A proximidade entre pessoas é semelhante à dos espaços exteriores ao quarteirão (as ruas internas têm cerca de 11 metros de largura), ainda que no interior a dimensão dos espaços e a velocidade dos acontecimentos seja menor, o que permite uma maior interacção entre utilizadores. Os elementos das fachadas dos pisos superiores são pouco comunicativos com os utilizadores do espaço.



CETENCO PLAZA

1. Dimensão Histórica

1.1. Área Urbana

1.1.1. Localização na Cidade

O quarteirão em estudo localiza-se na Avenida Paulista, uma das mais importantes e icónicas avenidas da cidade de São Paulo. Esta, em conjunto com a Rua Frei Caneca, Rua Antônio Carlos e a Alameda Ministro Rocha Azevedo definem o quarteirão onde a intervenção em estudo se insere. Esta ocupa apenas parte do conjunto, onde a rua principal de acesso é a própria Av. Paulista. Os quarteirões das regiões envolventes variam muito no tipo de ocupação. Existe uma predominância de edifícios verticais isolados com localizações variadas dentro dos lotes, o que confere um ar caótico e repleto de sobreposições visuais no conjunto.

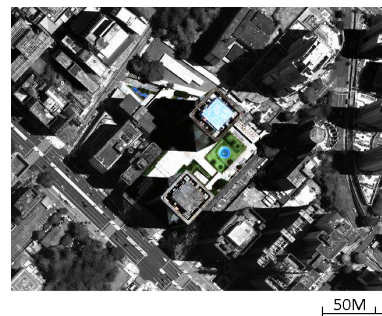


Figura 4.92: Vista aérea

108

1.1.2. Caracterização da Envolvente

No final do século XIX em São Paulo a indústria do café iniciou um crescimento exponencial da cidade que rapidamente se tornou o principal centro industrial e económico do país. Em sintonia com esse momento de efervescência da cidade, o engenheiro Joaquim Eugénio de Lima inaugurou, em 1891, a Avenida Paulista, um exemplar de vida moderna. Se no início esta avenida era estritamente residencial, ocupada por ricos casarões e palácios pertencentes a uma classe nobre e burguesa da sociedade, a partir dos anos 30 do século XX é iniciado um acelerado processo de verticalização da avenida e o surgimento de conjuntos comerciais e de serviços. Segundo Heitor Frúgoli (cit in: Guerra, 2011), a construção de dois edifícios modernistas - o MASP e o Conjunto Nacional - anteciparam uma série de alterações na região. O centro económico da cidade foi transferido aos poucos para a Av. Paulista. Instalada na maior cota topográfica da cidade, na linha de fecho que divide os dois maiores rios desta, a Avenida Paulista transformou-se no centro cultural e económico mais importante e o símbolo da cidade de São Paulo até aos dias de hoje, onde se localizam importantes empresas, museus, cinemas, e espaços comerciais.

Figura 4.93: Avenida Paulista



1.2. Projecto

O projecto da Cetenco Plaza, localizada na esquina da Avenida Paulista com a Alameda Ministro Rocha Azevedo, projecto de Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers, foi construído em 1970. O conjunto veio abrigar actividades de serviços e escritórios, principalmente bancárias, confirmando a nova centralidade económica da Avenida Paulista emergente nesta época. O espaço interno é organizado livremente, ocupado por duas torres gémeas, de planta quadrada totalmente envidraçadas, uma localizada na esquina do quarteirão e outra recuada para o centro deste, abrindo novos

terrenos e possibilidades de utilização do espaço, nomeadamente através da criação de pequenas praças, passagens entre ruas e espaços ajardinados. Os edifícios e o espaço adjacente definem-se mutuamente, podendo os espaços internos ser utilizados como complemento à cidade envolvente para a circulação livre de peões.

2. Dimensão Legal

2.1. Gestão

A gestão do espaço interno do quarteirão é feita pelo condomínio da torre Norte. A limpeza e manutenção do espaço fica a cargo do mesmo condomínio que contrata empresas terciarizadas para esse fim.

2.2. Utilização

O espaço fica aberto 24 horas, porém é vigiado por câmaras de segurança e por funcionários continuamente. Durante a noite a passagem pelo interior do quarteirão é interdita, pois são colocadas grades móveis no meio do percurso entre a Avenida Paulista e os outros acessos. É proibida a circulação automóvel, bicicleta, skate, patins e outros no interior do quarteirão.

109

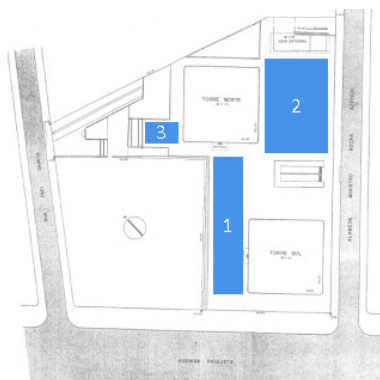
3. Dimensão Morfológica

3.1. Geometria

3.1.1. Forma

O quarteirão é aberto e permite a circulação em várias direcções em redor das duas torres e em articulação com as mesmas. A forma do espaço interno é ampla, bem demarcada e perceptível, funcionando com três momentos relacionados com o acesso às três ruas circundantes. O primeiro, de formato rectangular, faz a ligação entre as entradas das duas torres e a Avenida Paulista. Este espaço é bem perceptível, ligeiramente inclinado, vai sendo definido e acompanhado por um muro ajardinado onde é possível encostar-se e sentar-se consoante a variação de altura da praça. As torres Sul e Norte também delimitam o espaço, relacionando-se directamente com ele. O segundo momento é um jardim, também rectangular, mais amplo que abre para a Rua Ministro Rocha Azevedo. Apesar da sua forma mais centralizada (menor comprimento) a circulação faz-se em redor da zona relvada, um jardim central de contemplação e desafogo. Este espaço separa a rua do interior do quarteirão e pertence tanto a um como a outro, servindo de ponto de separação física mas de continuidade visual. É delimitado por um restaurante, a torre Norte e um pórtico de entrada e rampa para o parque subterrâneo do conjunto. Existe ainda um terceiro momento, menor, relacionado com o acesso à Rua Frei Caneca, que apresenta um desnível articulado por uma escadaria e vários recantos de estadia

Figura 4.94: Momentos do espaço interno



bem definidos entre canteiros ajardinados.

O primeiro momento, de acesso à Avenida Paulista, é claramente predominante no conjunto, tanto pela importância dessa avenida, como pela sua dimensão e articulação que faz entre o espaço e os edifícios, permitindo vários tipos de actividades de estadia e circulação.

3.1.2. Proporções

As medidas são aproximadas:

Área pátio: 5175 m²

Área construída em planta: 2780 m² (torres de 35x35 m)

O espaço vazio interno significa 186% do espaço construído. Neste quarteirão é notório o domínio do vazio sobre o cheio. No entanto, e como a intervenção ocupa apenas parte do conjunto do quarteirão, esta enorme proporção do vazio perde um pouco a importância porque está rodeado de outros edifícios e espaços vizinhos. Mesmo assim, o vazio é o grande protagonista nesta intervenção, onde os edifícios são objectos no espaço.

3.2. Permeabilidade

3.2.1. Acessibilidade

Existem três acessos ao interior do quarteirão marcados por pórticos idênticos (colocados posteriormente associados a guaritas, que não estavam previstos em projecto) que permitem a circulação entre a Avenida Paulista, Rua Frei Caneca e Alameda Ministro Rocha Azevedo. Exceptuando o acesso da Rua Frei Caneca, em toda a extensão do quarteirão não existem barreiras físicas à circulação, pois o espaço é todo nivelado e contínuo, sem obstáculos. As entradas da Rua Frei Caneca e M. R. Azevedo têm acesso automóvel para o estacionamento subterrâneo. Na Alameda M. R. Azevedo a abertura do espaço é completa, ficando o acesso apenas delimitado pela impossibilidade de pisar o jardim. Os pavimentos no interior do quarteirão são de granito, diferentes do passeio exterior, mas com uma tonalidade parecida.

3.2.2. Visibilidade

Todo o espaço do quarteirão é um prolongamento da rua, amplo e visível desde o exterior. Os espaços livres assumem-se como praças que pertencem tanto ao quarteirão como ao espaço urbano da cidade. Na avenida paulista os pórticos de entrada e as guaritas em conjunto com vasos de plantas e outros objectos em contacto directo com as ruas obstruem parcialmente a visibilidade do interior, mais do que chamam a atenção. Mesmo assim é possível ver as actividades internas e a possibilidade de atravessamento pelo quarteirão. No caso do acesso pela Frei Caneca, a distância entre o

Figura 4.95: Cheios e Vazios

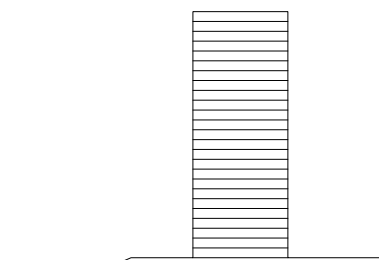
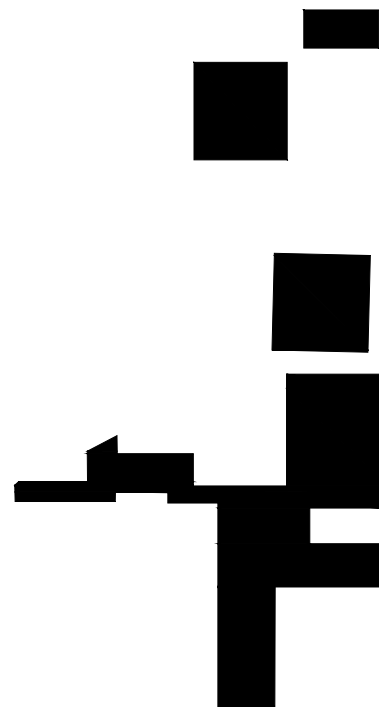
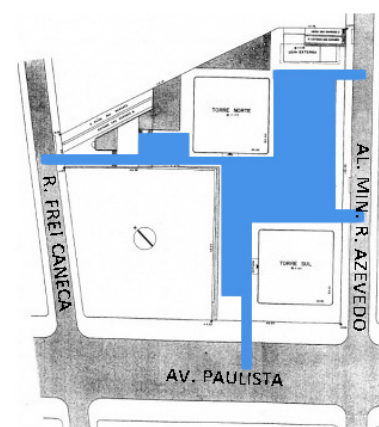


Figura 4.96: Corte esquemático

Figura 4.97: Acessos



interior e a rua é de aproximadamente 50 metros. Este factor aliado com a diferença de cotas dificulta a visibilidade das actividades e espaços internos.

4. Dimensão Funcional

4.1. Relações edifício / espaço

O espaço é definido pelos edifícios adjacentes, ainda que estes não apresentem superfícies verticais contínuas. As duas torres apresentam-se isoladas, e o espaço em todo o redor destas pode ser percorrido, criando uma continuidade no nível térreo que interliga os três momentos de estadia do espaço livre. As fachadas são lisas e abstractas, de aspectos arquitectónicos semelhantes entre si e entre os edifícios dos quarteirões envolventes, o que transfere ao lugar uma sensação de homogeneidade. Em relação à Av. Paulista, no interior do quarteirão o movimento de pessoas e o volume de ruído é muito menor, oferecendo uma transição bem integrada entre esta avenida e as ruas adjacentes, mais residenciais e menos movimentadas. A protecção contra ventos não é muito eficaz, uma vez que as superfícies verticais são descontínuas e o espaço é muito amplo. A sensação é de desafogo, não de encerramento. As duas torres têm apenas uma entrada, protegida por uma pequena pala. Estas estão viradas para o espaço “principal” de acesso à Av. Paulista, concentrando mais movimento nesta zona do quarteirão.

111

Figura 4.98: Acesso pela Frei Caneca



Figura 4.99: Espaço interno (Momento 1)

4.2. Usos

4.2.1. Usos Fixos

Os usos iniciais para o sector bancário já não são os mesmos do projecto inicial. A torre Sul é agora ocupada pelo Tribunal Regional Federal, enquanto a torre Norte tem serviços e escritórios. Atrás da torre norte existe um pequeno de um piso volume com um restaurante. O resto do quarteirão não comunica com os espaços internos.

4.2.2. Usos Espontâneos

Existem vários incentivos à prática de actividades não programadas. Há vários bancos fixos, muros e canteiros com alturas diferentes para sentar, vegetação, árvores, sombras, e relvados. Os acessos às torres são fortes pontos de apoio, cobertos, onde se concentram pessoas por vários motivos.

Figura 4.100: Pórtico de entrada Av. Paulista



Espalhados junto a espaços de permanência existem lixeiras e cinzeiros que incentivam a manutenção do espaço limpo. Em dois dos espaços de jardim há fontes de água com possibilidade de interação (que aquando a visita estavam secas). O restaurante da M.R. Azevedo tem uma esplanada em contacto directo com o jardim. Os pavimentos são lisos e contínuos, de granito, e ainda que seja proibida a circulação de bicicletas e afins a circulação pedonal faz-se sem nenhum obstáculo. As possibilidades de escolha de atravessamento do quarteirão são bem perceptíveis e muita gente utiliza o miolo como atalho entre ruas. Para além de atravessar o espaço, muitas pessoas o utilizam em grupos ou individualmente para actividades variadas relacionadas com estadias mais prolongadas: comer, ler, descansar, estudar, passear animais, conversar, etc.

4.3. Segurança

O espaço é vigiado 24 horas por seguranças e câmaras de vigilância. O acesso automóvel não é permitido e existem várias luzes que iluminam o espaço durante a noite. Como os edifícios são de serviços, a vigilância natural interior/exterior fica comprometida fora do horário de trabalho, pois ninguém ocupa os prédios. A altura dos mesmos 86 metros (25 pisos) também dificulta a percepção das actividades do espaço vazio, pois a distância vertical não permite identificar as actividades humanas.

5. Dimensão Sensorial

5.1. Imaginabilidade

Os limites do quarteirão são diluídos e misturam-se com os passeios envolventes, mas os edifícios relacionam-se e definem bem o espaço interno, tornando-o bem estruturado. Existe bastante consciência do movimento e dos três momentos de ligação com as ruas como opções de ligação, sendo as direcções de atravessamento facilmente identificáveis. Espaços de estadia e praças são raros nesta zona da cidade, e este quarteirão oferece um ponto de repouso que contrasta com o trânsito e avenidas movimentadas em redor muito bem vindo.

5.2. Escala Humana

Dentro do espaço as pessoas estão relativamente próximas, mas têm autonomia para serem individuais e poderem observar-se mutuamente sem demasiado comprometimento, devido à divisão do espaço em vários momentos distintos. As fachadas são abstractas e não transferem escala humana ao lugar, servindo apenas para confinar os espaços como paredes verticais. No entanto os reflexos, espelhos e jogos de luz dos envidraçados possibilitam os utilizadores verem planos não directamente relacionados com o espaço,

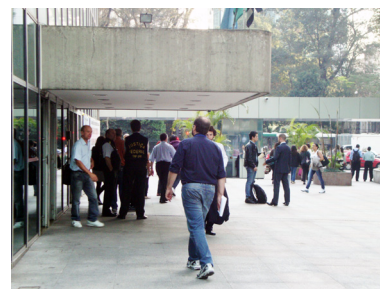


Figura 4.101: Entrada da torre sul



Figura 4.102 e 4.103 : Espaços para sentar



Figura 4.104: Praça e Area verde



mas que permitem alguma interação com as fachadas. Além disso, a amplitude visual para fora do quarteirão trás os edifícios da envolvente para o espaço, misturando-o com a cidade.

4.2. CONCLUSÕES POR DIMENSÃO

Por observação directa dos casos de estudo apresentados é possível confirmar algumas suposições iniciais e descobrir outras. É sobre as dimensões morfológicas, funcionais e sensoriais que irão incidir as conclusões principais. São estas que traduzem as características físicas observáveis que podem fazer a diferença prática na escolha pela utilização dos espaços. As dimensões históricas e legais foram úteis para o enquadramento inicial dos casos de estudo, mas a sua relevância para a utilização ou vivacidade dos espaços é menor e menos quantificável por observação.

Dimensão Morfológica

114 Formas do espaço vazio centralizadas são um incentivo à estadia (como por exemplo o quarteirão do Bloco A do Chiado e o Mar do Oriente), enquanto formas lineares incentivam a circulação (Bloco B do Chiado, Campus da Justiça e Centro Comercial Bom Retiro). Esta situação pode ser confirmada pelos usos dos lugares. Nos exemplos com formas centralizadas geralmente existem esplanadas, pontos de apoio centrais ou lugares fixos para sentar; enquanto nos exemplos lineares só encontramos bancos e esplanadas em áreas agregadas ao percurso linear (bolsas) com formas centralizadas. Em geral, formas regulares são mais legíveis e facilitam a apreensão do espaço, embora essa legibilidade não dependa apenas da forma em planta. A composição entre formas lineares e centralizadas (percurso com bolsas de estadia) pode acrescentar valor ao percurso, este passa a ter uma função agregadora de acontecimentos e espaços menores. Esta ideia pode resultar bem em quarteirões grandes, para permitir criar alguma escala humana pelo somatório dos espaços menores, como acontece no Jardim F.Pessa, no Campus da Justiça e na Cetenco Plaza.

O número e localização dos acessos em relação com a forma do espaço em planta pode induzir movimentos principais e permitir usos variados. Se as entradas estão localizadas em cantos opostos do quarteirão, como por exemplo no caso do Jardim Fernando Pessa ou Centro Comercial Bom Retiro, incentiva a uma circulação principal linear entre as entradas e saídas. Se houver várias entradas e saídas podemos ter várias hipóteses de percurso que se cruzam e tendem a formar espaços centralizados, como no Bloco A do Chiado e no Mar do Oriente. Nos casos observados em que existia apenas uma entrada o espaço tende a ser menos utilizado pelo público em geral, e mais pelos habitantes próximos, pois não oferece a possibilidade de atravessamento e existem menos hipóteses deste ser visto (como por exemplo nas vilas, tanto em Lisboa como São Paulo). Quanto mais acessos, mais oportunidades de ver o interior de quarteirão pelo exterior, e mais

oportunidades de escolha e cruzamentos de percursos internos.

A visibilidade de um espaço para o outro condiciona fortemente a utilização dos mesmos. As pessoas usam os espaços que conhecem, e para os conhecerem é necessário, primeiro de tudo, que os vejam, que saibam que existem. No que toca às relações com a envolvente, a visibilidade e boa articulação das ligações e acessos faz a diferença na presença de pessoas no interior dos espaços. Viu-se que entradas bem definidas e visíveis são mais utilizadas, e essa visibilidade exterior dos acessos importa mais do que a distância a percorrer entre o exterior e interior do quarteirão. Habitualmente são características cúmplices, quando a distância entre os espaços é curta, estes também se tornam mais visíveis, pois a transição entre os espaços torna-se mais fluida e diluída, não existindo interrupções. Observou-se essa proximidade e continuidade de ligações no Jardim Fernando Pessa, no Campus da Justiça e na Cetenco Plaza.

Ainda em relação á visibilidade interna e externa dos espaços, várias características podem impedi-la ou favorece-la. A diferença de cotas entre espaços diferentes é, além de uma barreira física, uma barreira visual. Interrompe a continuidade e pode impedir a contaminação de vida de um espaço para o outro, tornando-o menos utilizado. No Bloco A do Chiado esse desnível existe tanto no espaço interno, como em alguns dos acessos, ficando claro a desvantagem desta condição.

A não obstrução de entradas com pessoas, placas, veículos, etc., contribui para a valorização interna e visibilidade desde o exterior destes. A iluminação solar directa dos espaços internos, destaque dos “portais” de entrada (quer com nomes, quer com elementos decorativos ou dimensões proeminentes) podem tornar-se factores chamativos que aumentem a visibilidade.

Dimensão Funcional

Muitas vezes a utilização do espaço público está dependente de boas condições climatéricas. Apesar de esta ser uma condição que extravasa a intervenção do Homem, a configuração dos edifícios e das suas fachadas podem influenciar as sensações que o espaço transmite e potencializar o conforto dos utilizadores. Recortes, coberturas e reentrâncias nas fachadas podem oferecer espaços de protecção contra chuvas e sol e aumentar o conforto em situações climáticas adversas, possibilitando a concentração de pessoas nestes espaços com permanências prolongadas, o que abre possibilidades para maior interacção humana.

A continuidade ou isolamento das fachadas internas dos edifícios muda bastante a percepção dos espaços internos. Edificados contínuos formando espaços encerrados criam uma maior percepção dos limites do espaço, protecção contra ventos, ruído e poluição. Todos os casos observados, excep-

to o Campus da Justiça e Cetenco Plaza, permitem essa percepção. Nestes exemplos, onde os edifícios são soltos no espaço, a protecção contra ventos, barulho e poluição é pouco eficaz. No mesmo enquadramento, a presença de luz solar no miolo dos quarteirões transforma a sua atmosfera e pode ser potenciada pela correcta relação entre edifícios e espaço. No caso do Bloco B do Chiado a pouca presença de luz solar foi percebida como um factor negativo para o conforto dentro do espaço. Ainda sobre a relação edifício/espaço observou-se que a homogeneidade arquitectónica das fachadas contribui para uma percepção mais clara dos limites. O acesso aos edifícios também é importante. Se as entradas abrirem directamente para o espaço do interior do quarteirão, obrigam à utilização desse espaço por necessidade. Observou-se, também, que pontos de acesso, tanto aos edifícios quanto aos espaços internos do quarteirão, são locais de transição aptos a concentrar pessoas em seu redor. Quanto mais acessos existirem, mais pessoas se concentrarão em redor desse ponto do espaço.

O uso do espaço depende em grande parte, e em primeiro lugar, da necessidade de o fazer. A multifuncionalidade dos edifícios envolventes é um dos fortes motivos de presença de pessoas nos espaços a várias horas e por vários motivos. A vitalidade do interior dos quarteirões depende muito da sua localização e da vitalidade dos espaços envolventes. Numa rua onde passem muitas pessoas existem mais probabilidades do espaço interno dos quarteirões serem contaminados por essa vida exterior. Então, a localização numa parte da cidade onde exista uma grande diversidade de funções favorece a possibilidade de existirem muitas pessoas na rua. No Chiado, em Lisboa e na Avenida Paulista, em São Paulo essa característica tornou-se muito evidente. Esse factor também pode ser aplicado em escalas menores, como as do interior de quarteirões. Os exemplos observados que reuniam mais funções, eram os que tinham mais vida. Por exemplo, no mesmo lugar – Alvalade - observou-se a existência de um caso que reunia habitação, estacionamento, serviços, café, e equipamentos, e outro que apenas oferecia habitação e estacionamento. Ainda que dependa de outros factores, a vida no primeiro caso é muito mais intensa. No primeiro caso existem vários motivos para várias pessoas utilizarem partes diferentes do espaço ao mesmo tempo, o que é, por si só, um motivo para a presença de ainda mais pessoas. Já no segundo apenas os moradores têm razão para utilizar o espaço e apenas com uma função – estacionar e aceder às habitações.

A evolução de actividades necessárias para opcionais ou sociais depende de factores físicos que favoreçam a utilização dos lugares. Existência de bancos e lugares para sentar é um primeiro incentivo à permanência. Verificou-se, no caso das vilas em ambas as cidades, a inexistência de lugares para sentar, factor quase contradizente com a forma e a quietude destes espaços. A falta

de lugares para sentar desencoraja as pessoas de utilizarem o espaço de forma prolongada. Já os espaços do Bloco A do Chiado ou o Jardim F.Pessa incentivam à estadia imediata pela possibilidade de escolha de lugares para sentar, com diferentes condições: ao sol, à sombra, resguardado, à vista, etc. Mais uma vez o conforto climático é um factor de escolha primário. A variedade de opções possibilita atrair e satisfazer pessoas diferentes, é mais abrangente. A presença de elementos variados (árvores, água, sombras, bancos) cria condições de estadia diferentes, transmitindo, não só riqueza ao espaço, mas também possibilidade de escolha e interacção. Nos casos em que existem poucos elementos estimulantes e actividades diferentes (como nas vilas ou no Bloco B do Chiado) a estadia é pouco aprazível.

A segurança dos espaços é aparentemente atingida em todos os casos de estudo. Existe iluminação nocturna, restrições ao uso do automóvel (excepto na vila de São Paulo e no CC Bom Retiro), possibilidade de vigilância interior/exterior e, em alguns casos, câmaras de segurança e encerramento de portas em determinadas horas da noite (como no caso do Chiado e do CC Bom Retiro). O fechamento do espaço interno, nestes dois exemplos, demonstra que este depende dos usos internos, no caso comércio e serviços, para ser utilizado, e fora do horário comercial não faz sentido a abertura das portas. Nos casos em que existe habitação (Vilas e Alvalade) ou a integração com a malha urbana é mais directa (Campus da Justiça, Cetenco Plaza) os espaços permanecem abertos 24 horas por dia, em função dos seus usos (ainda que na Cetenco Plaza exista uma tentativa de vedação de passagem directa). Assim verifica-se mais uma vez que a mistura de usos permite a utilização dos espaços em vários horários, aumentando também a vigilância natural dos mesmos.

117

Dimensão Sensorial

A análise da memória que é guardada dos espaços permite identificar as características mais chamativas ou mais importantes dos lugares, pois, como foi visto, a memória é selectiva e distorcida, dando mais valor a sentimentos e características que podem não ser bem as verdadeiras.

O contraste entre a atmosfera de dentro e fora do quarteirão ajuda na percepção de entrada e individualidade do lugar, criando uma sensação nítida dos limites. Nos casos de quarteirões encerrados (Chiado, Vilas, Alvalade, Mar do Oriente, CC Bom Retiro) essa diferença é perceptível e contribui para a absorção dos espaços como únicos e, por isso, memoráveis. Essa característica é transmitida em parte pelo encerramento e continuidade das fachadas internas mas também pela interrupção e diferença sensorial do espaço principal de circulação através de entradas contrastantes. No caso do Chiado, Vilas, Mar do Oriente e CC Bom Retiro essa entrada é feita

por túneis cobertos, claramente distintos do espaço exterior, mas no Jardim F.Pessa o mesmo efeito é transmitido pelo recuo da Assembleia que cria uma bolsa de transição claramente distinta da Avenida de Roma. Um espaço onde a transição não imprime uma mudança (como no Campus da Justiça e na Cetenco Plaza) é, por um lado, mais difuso e indefinido, mas por outro mais visível, com transições mais fluidas entre o dentro e o fora do quarteirão. A noção de movimento permite ter noção da localização no espaço pelo reconhecimento da existência de partes diferentes com características memoráveis. Por exemplo no Jardim Fernando Pessa tem-se consciência de um percurso e de várias partes que o compõem, e, mesmo sem ter a certeza, podemos prever a existência de uma saída no final deste percurso.

118 A identidade do lugar depende de associações de significados culturais e pode ser transmitida por elementos formais, como no Campus da Justiça a bandeira nacional e a escadaria imponente de entrada, e nomes, como na Villa Sousa, bem pronunciados no portão de acesso.

A escala humana dos lugares depende, em parte, do tamanho dos edifícios e da familiaridade das suas fachadas. No Campus da Justiça, edifícios de 9 e mais andares juntamente com o facto de as fachadas serem lisas e abstractas transmite uma sensação de frieza e imponência, que vai de acordo com a função do espaço, mas que o despe de “humanidades”. A mesma situação é verificada na Cetenco Plaza, sendo ela também destinada a funções do sector terciário.

Espaços amplos dificultam a proximidade entre pessoas. Grandes distâncias são contraditórias a relações humanas próximas. Mais uma vez, no Campus da Justiça, as grandes dimensões não incentivam a comportamentos familiares mais próximos. Mas já nas vilas, as pequenas dimensões dos pátios (junto com o facto de serem espaços centralizados e apenas uma entrada/saída) obriga as pessoas a utilizarem o mesmo espaço, com percursos idênticos que potencializam o cruzamento, o surgimento de conversas, ou a simples observação mútua entre vizinhos. O mesmo acontece no Jardim F.Pessa, mas neste exemplo a utilização é mais alargada a pessoas desconhecidas e utilizações esporádicas. No entanto, e apesar das dimensões maiores, o cruzamento de rotas, e a proximidade entre actividades ao longo de um caminho único, permite que várias pessoas partilhem o mesmo espaço com distâncias menores ou maiores, consoante a sua opção. A utilização do parque infantil, de jogos ou da esplanada do quiosque permite uma proximidade imediata. Já a utilização dos bancos permite observar as actividades em redor. Existe, então, a vantagem da escolha da distância entre as outras pessoas. O alcance visual pode transmitir uma noção de

localização no espaço, mas contribui sobre tudo para o conhecimento dos acontecimentos e a consequente percepção do espaço como um todo, o que também transmite uma sensação de escala humana e segurança favorável.

4.3. CONCLUSÕES DUPLAS

Como já foi explicado, os quarteirões em estudo foram sempre visitados a pares (excepto a Cetenco Plaza e CC Bom Retiro), cada par na mesma zona e à mesma hora. Curiosamente, verificou-se sempre que um dos interiores de quarteirão estava a ser utilizado e o vizinho não. O conjunto de razões pelas quais isso acontece foi descrito ao longo deste capítulo, e, apesar da complexidade do funcionamento destes espaços, podemos concluir características físicas positivas e negativas em todos os exemplos que influenciam esse acontecimento.

No Chiado, o Bloco A é claramente mais utilizado que o Bloco B. Das razões identificadas a principal tem a ver com a possibilidade de atravessamento do espaço interno e a presença de comércio e espaços de estadia no interior. No Bloco A existem mais restaurantes e estabelecimentos comerciais atractivos, e o espaço convida claramente à estadia. As condições atmosféricas são mais favoráveis (iluminação solar mais forte) e a escala do lugar funciona numa proporção mais humana. Do exterior da Rua Garret o acesso a este Bloco é mais visível. É possível entrar numa rua e sair noutra através dos vários acessos e através do interior das lojas. O pátio B fica desfavorecido pela obstrução dos acessos, uma forma linear que termina num beco sem saída, menos estabelecimentos comerciais e uma proporção espaço/edifício mais opressora.

Em Alvalade o Jardim Fernando Pessoa estava visivelmente mais utilizado que o quarteirão vizinho. Ambos oferecem condições de iluminação semelhantes, o quarteirão vizinho tem uma proporção entre espaço e altura dos edifícios mais agradável, com uma noção de encerramento maior, proporcionando maior protecção aos ventos e ruído e maior proximidade entre as pessoas. Mas o Jardim é muito mais atractivo pela oferta de equipamentos e usos de destino e espaços de estadia agradáveis que se dividem em bolsas de dimensões mais humanas. Para além disso o jardim possui dois acessos, e o quarteirão de estacionamento apenas um, sendo, ainda por cima, menos visível.

No Parque das Nações o quarteirão do Campus da Justiça encontrava-se vazio há hora da visita (depois do horário de encerramento dos serviços) e o vizinho Mar do Oriente estava a ser utilizado. Uma das razões mais fortes é a presença de cafés e lojas comerciais abertas, que permitem prolongar a

utilização deste último quarteirão depois do horário de encerramento dos serviços. O espaço deste último é mais encerrado e perceptível, a escala é mais humana, protege contra o vento e o ruído, tem mais acessos, apesar de muitos serem desnivelados e mais distantes (túneis cobertos) no entanto tem menos iluminação directa. No Campus a escala humana perde-se, os ventos e as intempéries são mais sentidas, tem menos acessos, apesar de serem muito mais directos, mas a iluminação solar é mais generosa, e oferece mais espaços de estadia e elementos de possível interacção (água, árvores, etc).

As vilas, ainda que separadas por milhares de quilómetros de distância e diferenciação na linha temporal e cultural, são os casos de estudo gémeos que mais se assemelham nas características e utilizações. Ambas apresentam um pátio central, em redor do qual se organizam as entradas das habitações. O ambiente é tranquilo e familiar nos dois casos. No entanto, a vila de São Paulo, por permitir a presença de automóveis no interior do espaço, dificulta as trocas entre interior e exterior e compromete a utilização do espaço vazio e o potencial dos pontos de acesso.

Os restantes casos de estudo em São Paulo deixam transparecer as diferenças culturais entre as duas cidades escolhidas. A preocupação com a segurança e a tentativa de controlo de atitudes humanas contra vários tipos de possíveis vandalismos e atentados aos “bons costumes” são características que se reflectem um pouco por toda a cidade de diversas maneiras. A escassez e pouco cuidado e investimento dos espaços públicos e o encerramento das classes sociais mais ricas em condomínios privados são reflexos desse tipo de preocupações. Numa cidade de grandes contrastes económicos, sociais e educacionais, vários tipos e níveis de segregação são verificados. Os quarteirões da cidade são muito diferentes entre eles, centrados numa divisão de terrenos de forma irregular e ocupação privatizada dos espaços internos dos lotes (deixados vazios pelos recúos e desalinhamentos dos edifícios em relação à rua e aos outros edifícios), não existindo uma ideia de conjunto ou uma preocupação de composição à escala urbana.

Especificamente sobre os casos de estudo escolhidos em São Paulo, e por comparação com os exemplos de Lisboa, existem muito mais restrições de utilização e de horários e tentativas de privatizar e controlar cada vez mais os espaços. A existência de vazios no interior de quarteirões é rara e está quase sempre associada a funções comerciais ou de serviços. O carro é um elemento presente em todo o lado na cidade, não sendo os interiores de quarteirão uma excepção. No entanto as pessoas tendem a utilizar os espaços em quaisquer condições, e a adaptar-se às mais diferentes formas da cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias e reflexões que se foram desenrolando ao longo desta dissertação permitiram contextualizar, relacionar e sistematizar conhecimentos acerca de três grandes temas interligados: o pátio, o quarteirão e o espaço público. Estes inserem-se na complexa discussão sobre espaços públicos e privados e as suas ambiguidades e indefinições reflectidas em espaços intersticiais e usos pouco tradicionais. O levantamento destas questões permitiu iniciar reflexões sobre a possibilidade de olhar para a cidade como um lugar a redescobrir e redesenhar à luz de elementos, à partida, estáveis ou garantidos, procurando sempre a redefinição de conceitos para o bem colectivo. Procurou-se, também, defender o elemento quarteirão enquanto unidade compositiva da cidade, a exemplo das ruas e praças e, por essa razão, desempenhando, como aqueles, um papel estruturante no conjunto urbano, de modo a que este possa conter espaços públicos e semi-públicos de proximidade, mas que sempre sejam parte do planeamento urbano e da estrutura da cidade, respeitando as suas diferentes camadas e especificidades. Neste âmbito, foi possível reflectir sobre o verdadeiro motivo de ser das cidades e dos seus espaços comuns: a interação entre pessoas e como potencializa-la através de instrumentos físicos observáveis.

Com estas, foi possível aplicar conhecimentos a casos práticos através da criação de uma matriz “universal” de análise por observação directa, que procura verificar a aplicabilidade dos temas e elementos estudados. Apesar da diversidade morfológica, funcional e contextual dos exemplos em estudo, estes puderam ser comparados à luz dessa matriz, que permitiu chegar a conclusões tanto específicas como colectivas, podendo ser estendidas para outros exemplos. Através da compreensão das “características em falta” é ainda possível a ponderação de opções a tomar na elaboração de novos projectos e intervenções na cidade ou o melhoramento de situações existentes. A partir destas constatações, é possível resumir algumas condições a ter em conta na elaboração de novos espaços urbanos funcionais e atractivos nesta categoria:

Morfológicamente:

- Legibilidade e simplicidade da geometria da forma.
- Relação directa e visível dos edifícios com o espaço (e a rede urbana onde se insere), e interdependência entre ambos, utilizando acessos directos e articulados com o espaço, se possível oferecendo algum tipo de protecção atmosférica e variações nas fachadas.
- Ausência de barreiras físicas.

Funcionalmente:

- Possibilidade de realizar actividades diferentes no espaço e este ser articulador de funções urbanas diferentes.
- Conforto térmico e acústico criado pela oportunidade e opção de dife-

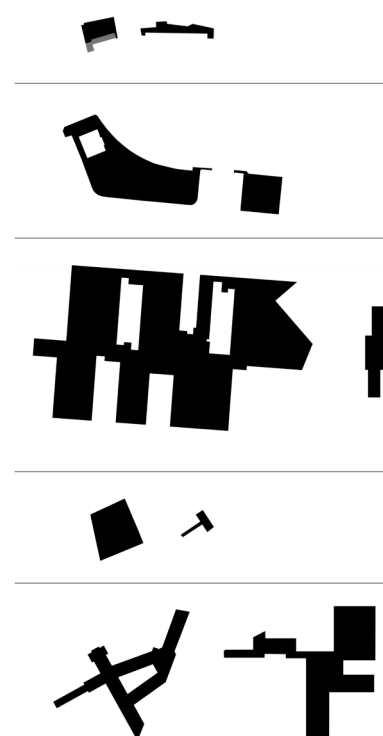


Figura 5.1: Espaços vazios dos quarteirões estudados à mesma escala. De cima para baixo: Chiado; Alvalade; Parque das Nações; Vilas; São Paulo

rentes lugares para sentar, apoiar e interagir (primeiramente nas bordas e junto às entradas) e pelo encerramento do espaço e protecção dos edifícios contra ventos, ruído e poluição e, se possível, existência de elementos naturais de interacção no espaço.

Sensorialmente:

- Limites do espaço bem definidos e uma atmosfera contrastante com exterior de maneira a criar uma memória forte do lugar.
- Dimensões e proporções confortáveis e humanas, através de elementos como nichos e recortes no espaço que permitem a proximidade e interacção de pessoas mas também a individualidade pessoal necessária.

Assim é possível sistematizar as características essenciais das premissas iniciais desta dissertação, definindo um “pátio urbano” como um espaço de uma atmosfera contrastante e especial, que faz a transição entre os edifícios e o espaço urbano tradicional, aproveitando os terrenos do interior do quarteirão.

123

Acerca dos casos de estudo analisados, observou-se que nenhum dos exemplos cumpria todas as características desejadas, o que levou à compreensão de algumas deficiências causadas pela falta destas, e permitiu visualizar de que maneira a implementação de algumas medidas melhoraria as características internas e o funcionamento dos espaços.

No caso das vilas, a utilização do espaço central poderia ser potencializada pela existência de bancos e lugares para sentar, por exemplo perto das portas de entrada. Faltam também mais pontos de apoio e elementos de interacção, como árvores, que também contribuiriam para a possibilidade de escolhas da atmosfera interna através de sombras. A diversidade de usos ajudaria no tipo e quantidade de pessoas que frequentam o espaço, pois teriam mais motivos para o usar, que não apenas habitação. Se existisse mais do que uma entrada (ligação com outra rua) o espaço poderia ser utilizado como passagem e a presença de pessoas iria aumentar também. No caso da vila de pinheiros, a presença dos automóveis é prejudicial à vivência do espaço, e deveria ser evitada.

No Chiado o maior problema identificado é a acessibilidade condicionada pela mudança de cotas que compromete muito a visibilidade dos espaços internos e a interrupção do percurso de ligação ao Carmo (no caso do bloco B).

De todos, o exemplo considerado mais completo são os blocos urbanos de Alvalade, pois reúnem maior número de condições e características desejáveis e definidas. Isso reflecte-se na utilização intensa dos espaços internos. A grande mais-valia destes quarteirões é serem atractivos pelas suas fun-

ções e possibilidade de escolha dos lugares e das actividades a realizar.

No Parque das Nações a forma do espaço interno do campus é demasiado dispersa, e poderia ser melhorada pela maior afirmação dos nichos de estadia através da delimitação espacial por elementos físicos que iriam transmitir uma escala mais humana ao lugar e uma conseqüente maior identidade e sentido de pertença. A diversidade de funções seria uma grande mais valia para o espaço, pois mais pessoas iriam utiliza-lo e em mais horários.

No Centro Comercial do Bom Retiro a presença de automóveis também poderia ser evitada, contribuindo para uma sensação de segurança e individualidade maior. A forma do espaço interno seria possivelmente mais equilibrada através da existência de bolsas de estadia complementadas por espaços verdes com sombras e pontos de apoio.

124 Na Cetenco Plaza a diversidade de uso nos espaços internos poderia contribuir para a maior utilização do interior. O espaço é amplo e perde a característica de protecção acústica e visual do ambiente interno, que podia ser melhorada com a presença de árvores e elementos verdes.

Em todos os exemplos, a contaminação destes espaços a nível urbano é bastante deficiente, e só poderia ser potencializada se a utilização dos terrenos urbanos do interior de quarteirões fosse generalizada.

Existe a possibilidade de pensar a matriz de análise como uma espécie de check-list de características a utilizar em novos projectos. No entanto, o objectivo não é transformá-la numa receita a aplicar indiscriminadamente, mas sim ser útil na compreensão da raiz do funcionamento dos espaços ou envolventes ou existentes para poder trabalhá-los aproveitando melhor as potencialidades e especificidades de cada caso.

Nem todos os espaços de interior de quarteirões podem ou devem ser espaços de destino, utilizados a todas as horas. É importante que eles se interliguem numa rede complementar e que esta vá de encontro às necessidades de cada região da cidade e contribua para o melhoramento da vida dos seus utilizadores, tanto os próximos e habituais como os esporádicos e visitantes.

Esta dissertação permitiu, então, lançar a temática do papel do espaço público enquanto estruturador da cidade e o desafio da utilização dos espaços intersticiais dentro do quarteirão urbano formando um conjunto compositivo da cidade e recuperando o papel do pátio enquanto vazio regulador. Os exemplos em estudo permitiram verificar essa possibilidade, enquanto que o enquadramento histórico mostrou a sucessiva mudança de importância do quarteirão e do pátio, que se quer recuperar e apresentar como uma alternativa de desenho urbano, seguindo directrizes apoiadas em referências teóricas sobre a vivência e utilização do espaço.

6. BIBLIOGRAFIA

Livros:

BENEVOLO, Leonardo - *Historia da Cidade*. Editora Perspectiva, 2ª edição, São Paulo, 1993

BLASER, Werner - *Pátios: 5000 Años de Evolucion Desde La Antigüedad Hasta Nuestros Dias*. GG, Barcelona, 1997

BYRNE, Gonçalo - *Reconstrução na cidade: A Lisboa de Pombal*. Lisboa, 1986. In: SIZA, Álvaro - *A Reconstrução do Chiado*. Lisboa, Figueirinhas ICEP, 2000

Câmara Municipal de Lisboa, Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas - *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*. Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura. Lisboa: Contexto, 1994.

126

CARMONA, Mathew; TIESDELL, Steve; HEATH, Tim; OC, Taner - *Public places urban spaces: the dimensions of urban design*. Second editio , Architectural Press, 2010

CASCIATO, Maristella - *The Amsterdam School*. 010 Publishers, Rotterdam, 2003

CORBUSIER, Le - *Planejamento urbano*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2004

CORRÊA, Roberto Lobato – *O espaço Urbano*. Editora Ática, São Paulo, 2005

COSTA, João Pedro - *O bairro de Alvalade: Um paradigma no urbanismo Português*. Livros Horizonte, Lisboa, 2002

CULLEN, Gordon - *Paisagem Urbana*. Edições 70, Lisboa, 1993

DERTÔNIO, Hilário - *O bairro do Bom Retiro*. Prefeitura Municipal – Secretaria de educação e cultura departamento de cultura, São Paulo, 1971

ECHAVARRI, Julio; et al. - *La ciudad Paseable*. CEDEX, Madrid, 2009

GEHL, Jan - *La humanizacion del espacio urbano*. Editorial Reverté, S.A, Barcelona, 2006

GOITIA, Fernando Chueca - *Breve história do urbanismo*. Editorial Presença, Lisboa, 1982

HERTZBERGER, Herman - *Lições de Arquitetura*. Martins Fontes, São Paulo, 1999

JACOBS, Jane - *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

KORNGOLD, Lucjan - *Centro comercial do Bom Retiro*. Acrópole, n. 253, São Paulo, Novembro 1959.

LAMAS, José - *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, Junho 2004

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1997

LYNCH, Kevin - *A boa forma da cidade*. Edições 70, Abril 2007

MICHELL, George – *La Arquitectura del Mundo Islámico: Su Historia y Significado Social*. Alianza Editorial, Madrid, 1985.

PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário*. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3.º), 509-524

PORTZAMPARC, Christian. - *A terceira era da cidade*. Revista Óculum 9, Fau Puccamp, Campinas, 1997.

SCHOENAUER, Norbert - *6000 years of housing*. W.W.Norton, New York, 2000

SITTE, Camilo - *City planning according to artistic principles*, Random House, New York, 1965

SOARES, Luís Jorge Bruno et. al. - *Exposição Mundial de Lisboa, Arquitectura*. Editorial Blau, Lisboa, 1998

VIEIRA, Alice. *Esta Lisboa*. Caminho, Lisboa, 1993

WHYTE, William H. - *The Social Life of Small Urban Spaces*. Conservation Foundation, Washington, D. C., 1980

Dissertações:

BAIXINHO, Judite - *Projecto de um edifício-praça no vazio urbano poente à estação de Entrecampos em Lisboa*. Dissertação de mestrado em arquitectura, FAUTL, Dezembro 2010

OLIVEIRA, Nathalia. *Miolos de quarteirão, ou a cidade pelo avesso*. Dissertação de mestrado em arquitectura, UFRGS, Porto Alegre, 2009

PINTO, Sónia – *Vilas operárias em Lisboa, Emergência de novos modos de habitar: O Caso da Vila Berta*. Dissertação de mestrado em arquitectura, ISTUTL, Lisboa, 2008

PEREIRA, Rui – *A reinvenção da casa-pátio mediterrânica, Land Vineyards, Alentejo; um caso de estudo*. Dissertação de mestrado em arquitectura, ISTUTL, Lisboa, Junho 2011

RASTEIRO, Luís Filipe Fonseca - *Espaços Públicos interiores de Passagem*. Dissertação de mestrado em arquitectura, ISTUTL, Lisboa, 2008

REIS-ALVES, Luiz Augusto - *O pátio interno como lugar simbólico*. Dissertação de doutoramento em arquitectura, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006

SANTOS, Filipa C. Antunes dos - *Características físicas e sociais do espaço público*. Dissertação de mestrado em arquitectura, ISTUTL, Lisboa 2008

TREVISAN, Ricardo Marques - *Condomínios tipo vila em São Paulo*. Dissertação de Mestrado FAUUSP, São Paulo, 2006

Internet:

ARAÚJO, Ilidio A. de - *On the Origins of the Patios and Gardens of the Islamic Period in Spain and Portugal*. ICOMOS conference, Granada, UNESCO, 1973. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/publications/islam11.pdf> [11/2011]

128

BARNEY CALDAS, Benjamin - *O elogio do pátio*. *Arquitextos*, São Paulo, 02.014, Vitruvius, Julho 2001. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/864> [12/2011]

FIGUEROA, Mário - *Habitação coletiva e a evolução da quadra*. *Arquitextos*, São Paulo, 2006, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/385> [11/2012]

GUERRA, Abilio - *Quadra aberta*. Uma tipologia urbana rara em São Paulo. *Vitruvius*, Abril 2011. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.124/3819> [08/2012]

ILLESCAS, Alberto - *La lección del pátio argelino*. *Revista DPA: Documents de Projectes d'Arquitectura*, nº 13, p. 12-15, Barcelona, 1997, Disponível em: http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/12156/1/DPA%2013_12%20ILLESCAS.pdf [11/2011]

MATOS, Fátima Loureiro. *As ilhas do Porto: Lugares de Resistência*, OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.1, p.33-57, Janeiro 2009

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos - *O que é o pátio interno? – parte 1 e parte 2*. *Arquitextos*, São Paulo, 06.063, Vitruvius, Setembro 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/436> [10/2011]

Archdaily - <http://www.archdaily.com.br> [09/2012]

Mar do Oriente - <http://www.mardooriente.com> [09/2012]

Pro-Eixample - <http://www.proeixample.cat> [01/2012]